



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA- UNILAB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO INSTITUTO DE
HUMANIDADES
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

Gabriel de Matos Correia

**A LUTA DOS POVOS INDÍGENAS POR INSERÇÃO, PERMANÊNCIA E
CONCLUSÃO NA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA/UNILAB/CE**

REDENÇÃO-CE

2023

Gabriel de Matos Correia

**A LUTA DOS POVOS INDÍGENAS POR INSERÇÃO, PERMANÊNCIA E
CONCLUSÃO NA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA/UNILAB/CE**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre Interdisciplinar em Humanidades do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB.

ORIENTADOR: Roberto Kennedy Gomes Franco.

LINHA DE PESQUISA: Trabalho, Desenvolvimento e Migrações.

REDENÇÃO-CE

2023

Gabriel de Matos Correia

**A LUTA DOS POVOS INDÍGENAS POR INSERÇÃO, PERMANÊNCIA E
CONCLUSÃO NA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA/UNILAB/CE**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB.

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco – UNILAB (ORIENTADOR)

Profa. Dra. Francisca Rosalia Silva Menezes/UNILAB (CO- ORIENTADORA)

Profa. Dr Aline Cristina de Oliveira Abbonízio/UNILAB

Prof. Dr Edson Holanda Lima Barboza/UNILAB

REDENÇÃO-CE

2023

Dedicatória

Ao meu Deus, que através de sua misericórdia iluminou meus pensamentos, me proporcionando chegar até aqui, lutando sempre pelo que acredito e pelo próximo.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, que me fez passar o processo que eu deveria percorrer para entender todas as vezes que Ele me disse para esperar mais um pouco, pois algo melhor sempre estava por vir. Foram anos de muita renúncia e de lutas com o objetivo de realizar o sonho de ser mestre em Humanidades por uma Universidade Federal, representando meu povo Tapeba e minhas raízes.

À minha família, nas pessoas de minha amada mãe, Marta Amélia e ao meu estimado pai, Francisco José, sendo ambos minha inspiração na docência, ela como minha colega de profissão e, ele, como meu aluno e exemplo de perseverança. Agradeço também à minha irmã, Gabriele Emilly, por todo o apoio e a irmandade. Aos meus avós, Cleide e Elias, que são meus portos seguros em todos os momentos. Por fim, e não menos importante, a minha saudosa avó. Maria José ou dona Cota (-In memorian), que sempre protegeu seu neto de todo o perigo e que sempre terá meu eterno amor.

Sou grato ao meu orientador e professor Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco, por toda orientação durante meu processo acadêmico, sempre compreensível e como um verdadeiro amigo nesse processo tão desafiador. Aos meus professores do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades e aos meus colegas de turma, em especial a amiga Ana Keully, que foram essenciais em meus estudos.

Às minhas escolas que tanto amo, Instituto Batista Maria Carmélia Barros e a todos que fizeram e fazem parte desse lugar de aprendizagem, assim como a EEEP Professor Antônio Valmir da Silva. Aos meus colegas de trabalho da Escola Indígena Tapeba do Trilho, assim como da Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé. Agradeço também ao Município de São Gonçalo do Amarante e toda a equipe da Secretaria da Educação, em especial ao Prefeito Marcelo Teles, a vice-prefeita Beth Rose, ao Secretário da Educação, Dr. Ivan, Claudete, Irisneide e toda a equipe de supervisão, assim como as escolas que fui supervisor e os grandes profissionais que conheci. Agradeço também a Faculdade UNIPLAN e as turmas de Pedagogia e Administração.

Aos meus amigos que a vida me deu e que a fazem ser mais proveitosa, Jean, Sonny, Eliane Diniz, Jhon, Eduardo, Davi, Germano, André, Alex, Valber, Rômulo, Jailson, Janaina e Lia que sempre foram motivadores. Assim como aos amigos da Escola Sesi da EJA e do Fundamental II, e aos da Escola Antônio Correia Lima que foram sempre ombros amigos e ao meu empreendimento e sonho, Caucaia Concursos.

“Quem estará nas trincheiras ao teu lado? – E isso importa?
– Mais do que a própria guerra.” **Ernest Hemingway**

Índice de Figuras

Figura 01: Primeiras aulas da Escola Indígena Tapeba do Trilho, ainda embaixo de uma mangueira, onde me encontro de blusa azul e branca olhando em direção ao fotógrafo. Arquivo pessoal.

Figura 02: Fotografia de minha participação representando a Escola Indígena Tapeba do Trilho na Premiação dos Correspondentes do Jornal O Povo. Arquivo pessoal.

Figura 03: Registro de minha participação como primeiro indígena Tapeba a ser aprovado em um intercâmbio na Espanha. Arquivo pessoal.

Figura 04: Registro da Formatura de meu pai o qual acompanhei em toda sua trajetória estudantil em 2020. Arquivo pessoal

Figura 05: Fotos de Formatura dos alunos do EJA médio da Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé, em 2020. Arquivo pessoal.

Figura 06: Entrevista do processo seletivo do Mestrado em Humanidades, em 2021. Arquivo pessoal.

Figura 07: Registro de minha participação na Formação Indígena MAIS PAIC Seminário Indígena, em 2019. Arquivo pessoal.

Figura 08: Evento em alusão ao dia dos povos indígenas promovido pelo Coletivo de estudantes indígenas da UNILAB em 20 de abril de 2023.

Figura 09: Dados da UNILAB referentes a indígenas na graduação presencial. Fonte-Site UNILAB em números em 2023.

Figura 10: Dados da UNILAB referentes a indígenas na graduação a distância. Fonte-Site UNILAB em números em 2023.

Figura 11: Dados da UNILAB referentes a indígenas na Pós-graduação em 2023. Fonte-Site UNILAB em números em 2023.

Figura 12: Dados da UNILAB referentes a indígenas egressos entre graduação e pós-graduação em 2023. Fonte- Site UNILAB em números em 2023.

Figura 13: Registro da assinatura do concurso público para professores indígenas do estado do Ceará, sendo assinado pelo Governador Elmano de Freitas na Assembleia do Povos Indígenas em julho de 2023.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas.

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio.

FIES- Fundo de Financiamento Estudantil.

MEC- Ministério da Educação.

PROUNI- Programa Universidade para Todos.

SISU- Sistema de Seleção Unificada.

SISURE- Sistema de Seleção Utilizando os Resultados do Enem.

UECE- Universidade Estadual do Ceará.

UFC- Universidade Federal do Ceará.

UNILAB- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

A LUTA DOS POVOS INDÍGENAS POR INSERÇÃO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA/UNILAB/CE

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a luta pela inserção e permanência, assim como a conclusão de alunos indígenas no ensino superior da UNILAB. Busca-se entender esse processo, as dificuldades e conquistas com a chegada ao espaço acadêmico nessa Universidade pelos povos originários. Para isso, metodologicamente, serão realizadas entrevistas nas aldeias indígenas para registro de falas de estudantes matriculados, assim como de egressos desta Universidade, assim como a aplicação de um formulário enviado a partir do grupo de WhatsApp do coletivo de estudantes indígenas-COESI, além da utilização de fontes escritas diversas, por exemplo, da metodologia da história oral. Temos como ponto de partida minha trajetória como aluno do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB. Graças a um edital voltado especificamente para os povos indígenas e quilombolas, pude ingressar e realizar meus estudos em 2021 nesta Universidade. Minha pesquisa faz parte da linha: Trabalho, desenvolvimento e migrações que foi essencial para a inclusão de minha pesquisa, pois vai ao encontro do tema escolhido, evidenciando os desafios que nós povos indígenas passamos ao desejarmos participar e ser incluído em algo que ainda é tão excludente, a Universidade. A participação de indígenas no Ensino Superior, salienta o comprometimento e a consideração pelos povos originários de nosso país, nos possibilitando a inserção em ambientes acadêmicos, antes não sendo uma realidade para minha aldeia, meu povo e meus parentes de todo Brasil. Contudo, não somente o ingresso, mas a permanência e a finalização desse processo educacional inclusivo deve ser ênfase nessa pesquisa, evidenciando dados e relatando as comprovações e estratégias para um futuro melhor para nós, povos originários. Com a visitação nas aldeias indígenas, registrando metodologicamente os relatos dos estudantes e com o registro de formulário e pesquisas bibliográficas, almejassem obter registros que possibilitem a ampliação de fontes de pesquisas e de reconhecimento dos povos indígenas do Ceará e destacar essa importância da ocupação do ambiente universitário pelos povos originários.

Palavras-chave: Indígenas; Ensino Superior; UNILAB.

THE STRUGGLE OF INDIGENOUS PEOPLES FOR INSERTION, PERMANENCE AND COMPLETION AT THE UNIVERSITY OF INTERNATIONAL INTEGRATION OF AFRO-BRAZILIAN LUSOPHONY/UNILAB/CE

ABSTRACT

This research aims to analyze the struggle for insertion and permanence, as well as the completion of indigenous students in higher education at UNILAB. It seeks to understand this process, the difficulties and achievements with the arrival to the academic space in this University by the original peoples. For this, methodologically, interviews will be conducted in the indigenous villages to record the speeches of enrolled students, as well as graduates of this University, as well as the application of a form sent from the WhatsApp group of the collective of indigenous students-COESI, in addition to the use of various written sources, for example, the methodology of oral history. We have as a starting point my trajectory as a student of the Interdisciplinary Master's Degree in Humanities of the Graduate Program of the Institute of Humanities, of the University of the International Integration of Afro-Brazilian Lusophony-UNILAB. Thanks to an edict aimed specifically at indigenous peoples and quilombolas, I was able to enter and carry out my studies in 2021 at this University. My research is part of the line: Work, development and migrations that was essential for the inclusion of my research, because it meets the chosen theme, highlighting the challenges that we indigenous peoples go through when we wish to participate and be included in something that is still so exclusionary, the University. The participation of indigenous people in Higher Education emphasizes the commitment and consideration for the native peoples of our country, enabling us to enter academic environments, before not being a reality for my village, my people and my relatives from all over Brazil. However, not only the entry, but the permanence and completion of this inclusive educational process should be emphasized in this research, evidencing data and reporting the evidence and strategies for a better future for us, indigenous peoples. With the visitation in the indigenous villages, methodologically recording the students' reports and with the registration of form and bibliographic research, I aimed to obtain records that allow the expansion of sources of research and recognition of the indigenous peoples of Ceará and highlight this importance of the occupation of the university environment by the original peoples.

Keywords: Indigenous; University education; UNILAB.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1.A MINHA ETNOBIOGRAFIA ALIADA AO MOVIMENTO INDÍGENA.....	16
2.A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA INDÍGENA, INTERCULTURAL E DIFERENCIADA.....	26
2.1 Conhecendo a realidade de estudantes indígenas matriculados, egressos da UNILAB na graduação e pós-graduação.....	33
2.2 Entrevista aos indígenas membros do COESI- Coletivo de Estudantes Indígenas da UNILAB.....	37
2.3 Análise dos dados do formulário e entrevista.....	41
3.A QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL E NO CEARÁ, ASSIM COMO UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE CONQUISTA DAS LEIS 10.639/03 E 11.645/08.....	44
3.1 Análise sobre as políticas afirmativas nas Universidades e na UNILAB voltadas aos povos indígenas.....	47
3.2 Dados da reserva de vagas para indígenas em universidades públicas e na UNILAB, em números de estudantes-graduação e pós-graduação.....	50
3.3 A conquista do Concurso específico para professores indígenas do estado do Ceará.....	59
3.4 Covid-19, um dos principais desafios para os estudos de indígenas na UNILAB.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

De início, é interessante ter ciência que o Brasil é um país com grande diversidade étnica, social e cultural. Essa pluralidade, no entanto, nem sempre foi reconhecida social e legalmente e, muito menos, problematizada do ponto de vista educacional. As políticas educacionais dominantes até a década de 1980, conceberam os indígenas como incapacitados (tutelados ao Estado) ou como objeto de catequese e de instrução. Esse quadro mudou substancialmente desde a década de 1980, quando inúmeros movimentos e organizações sociais ganham visibilidade, denunciando relações de dominação, formulando propostas alternativas e assumindo identidades que foram negadas historicamente. É nesse contexto que as políticas de ações afirmativas ganham formulações mais objetivas, com destaque especial para as proposições relativas aos negros e indígenas.

A seguinte pesquisa teve o intuito de estudar práticas que perpassam o ingresso de indígenas no ensino superior, ressaltando a importância no que tange a possibilidade de nosso grupo étnico em pertencer a espaços antes privados. O centro da dissertação - pesquisa descritiva de caráter exploratório com abordagem qualitativa. Dados obtidos - através de entrevistas, formulário e pesquisa de caráter bibliográfico

A demanda por profissionais indígenas de nível superior das diversas áreas nas aldeias é grande, com foco tanto na docência, quanto na área de saúde. O conhecimento teórico da sociedade envolvente pelos parentes indígenas também é importante na luta pelos direitos das comunidades. Além disso, a presença do indígena por si só em uma universidade traz mudanças e questionamentos no pensamento e na ação dos colegas e professores que talvez nunca tivessem parado para refletir na questão indígena antes. Fazer uma faculdade não é tudo, mas é um considerável instrumento importante para a construção de novos caminhos.

Embora tenha se impulsionado o ingresso de indígenas nas universidades nos cursos de graduação e pós-graduação, com dados apresentados ao decorrer da leitura, a presença de indígenas ainda é pouco frequente. A reserva obrigatória de vagas para povos indígenas nas universidades federais foi estabelecida pela Lei 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas. Essa lei visa garantir o acesso de grupos historicamente excluídos do ensino superior, como negros, indígenas e estudantes de escolas públicas, à universidade.

A reserva de vagas para indígenas é um importante mecanismo de inclusão social e reconhecimento dos direitos dos povos originários do Brasil. A lei determina que as

Universidades Federais devem reservar no mínimo 5% das vagas em cada curso de graduação para candidatos indígenas.

Além disso, a lei estabelece que as Universidades devem adotar políticas de ações afirmativas como, incluir a oferta de programas de apoio pedagógico e financeiro, bem como o respeito às diferenças culturais e linguísticas dos estudantes indígenas. Em resumo, a reserva obrigatória de vagas para povos indígenas nas Universidades Federais é uma importante medida para garantir a inclusão social e o reconhecimento dos direitos dos povos originários do Brasil.

Sem deixar de dar ênfase à importância do ingresso, é essencial destacar as políticas que proporcionam a permanência na graduação e torna-se necessário que o Estado, viabilize condições para que isso ocorra se amplie também a pós-graduação. Serão examinados os documentos que são reveladores dos dados analisados.

Dentre os estudos e explanações relacionadas ao ingresso na UNILAB estão: a Lei de cotas, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Aplicado nas Universidades particulares temos o Programa Universidade para todos (PROUNI), Financiamento Estudantil (FIES). Baseado nisso, a seguinte pesquisa busca estudar essas estratégias, desde o ingresso até a finalização desse período universitário, com foco na UNILAB, com o público-alvo voltado aos povos indígenas a nível de graduação e pós-graduação.

A Seleção por meio do SISURE começa a partir de um Edital consiste no aproveitamento de resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), onde podem concorrer às vagas previstas somente candidatos que tenham concluído o Ensino Médio. Participam também deste edital os candidatos de ampla concorrência, também os com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). Os Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). Da mesma forma os candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

Candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 13.409/16 que altera a Lei nº 12.711/2012). Candidatos com deficiência que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 13.409/16 que altera a Lei nº 12.711/2012). Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 13.409 que altera a Lei nº 12.711/2012). Importante saber que do total das vagas definidas nos editais, um mínimo de 50% (cinquenta por cento) é destinado a candidatos que cursaram todo o Ensino Médio em Escolas Públicas na modalidade Ação Afirmativa, em atendimento à Lei Nº 12.711, de 29/08/2012, ao decreto Nº 7.824 e à Portaria Normativa Nº 18, ambos de 11/10/2012.

Mas o que de fato são os desafios e dificuldades enfrentadas por estudantes indígenas no espaço acadêmico da UNILAB? Diante desse questionamento, visou-se primeiramente analisar o modelo de ensino ofertado durante a jornada educacional, correlacionando as histórias de vida de cada entrevistado para dar maior ênfase nos fatores apontados por eles, de acordo com as relações pessoais e sociais desde sua formação inicial antes da universidade e no decorrer do curso.

Com esta pesquisa, o que se espera são os registros de dados e vivências que possibilitem o reconhecimento de indígenas que buscam o ensino superior como forma de mudança de vida e da realidade de nossas comunidades, sabendo as estratégias para o ingresso, assim como a permanência, findando na conclusão dos estudos e os impactos que serão causados após isso. Espera-se que tais registros sirvam de exemplo e pesquisa para os parentes que veem no ensino superior, uma forma de tentativa de mudança na qualificação de jovens das aldeias, ingressando em cursos que promovam estudos eficientes e que lhes proporcionem gerar um retorno a suas comunidades.

Através desses dados, será viável proporcionar aos entrevistados, à comunidade, aos parentes e demais públicos, um projeto que viu, na causa indígena, uma forma de levantar um assunto pouco discutido, porém importante para a educação brasileira. Nós, indígenas, buscamos ocupar os espaços que nos eram antes proibidos, e a sala de aula de uma

universidade nunca foi tão desejada por nós como atualmente, já ressaltando a UNILAB como destaque nessa fala. A permanência dos povos indígenas no ambiente acadêmico, também foi estudada e foram observados os diversos fatores, tais como a adaptação social, o financeiro, a locomoção, o material pedagógico, a alimentação, e a discriminação étnica.

Em síntese, a estrutura de capítulos até aqui pensado sobre a luta dos povos indígenas por inserção, permanência e conclusão na UNILAB foi dividido e cada capítulo foi pensado e desenvolvido com base de coleta de informações por entrevistas, dados disponibilizados no próprio site da Universidade, e de demais pesquisas bibliográficas.

Referente ao capítulo I, Estudos teóricos sobre minha autobiografia foram registrados como forma de contribuição e de afirmação de muitos apontamentos que foram levantados durante este trabalho. Registro de minha participação no movimento e ativismo indígena, meus estudos na graduação, especialização e mestrado, assim como minhas realizações pessoais possibilitadas pela dedicação em lutar pelo que acredito. Finalizando o capítulo, foi relatado um exemplo de luta e resistência do movimento indígena dentro da UNILAB, sendo contada um pouco da trajetória acadêmica de Suzenilson Kanindé, um grande líder indígena e agora, mestre em humanidades.

No capítulo II, apresentamos dados referente a UNILAB em números de indígenas matriculados no ensino superior, assim como dados específicos da graduação e pós-graduação, para entender também esse processo e dados trajetórias de indígenas egressos da graduação da UNILAB. Também um destaque para o feito histórico da questão indígena no Brasil e no Ceará, assim como uma análise do processo de conquista das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e de Cotas, finalizando a questão da educação diferenciada no Ceará e as demandas profissionais para formação de professores indígenas.

No capítulo III, também foram levantadas situações enfrentadas durante a pandemia de Covid-19 e seus impactos na vida dos discentes indígenas e os desafios do ensino remoto. As entrevistas e análise de cada uma delas foram evidenciadas e discutidas mediante a contribuição para o ambiente universitário e na parte da luta pelos direitos básicos.

1.A MINHA ETNOBIOGRAFIA ALIADA AO MOVIMENTO INDÍGENA.

Todas estas questões acima se entrelaçam com minha autobiografia de participação no movimento indígena e na educação Tapeba. Pertencente ao povo Tapeba, indígena declarado desde o ventre de minha mãe, iniciei minha participação no movimento desde cedo. Nasci na comunidade do Trilho, localizado em Caucaia, que do Tupi significa “mato queimado”, mais precisamente no bairro de Capuan. Criado à beira de uma mata e uma linha férrea, tive uma infância bem simples e rica culturalmente. Fui uma criança e, logo depois, um jovem curioso.

Gostava de participar de reuniões comunitárias, onde observava tudo o que era discutido e o porquê sempre saímos às ruas e sofremos ameaças de despejo e morte.

A luta de meu povo Tapeba pela saúde, saneamento, educação, identificação e demarcação de nossas terras se dá desde os anos noventa. Mesmo sem o reconhecimento de indígenas no Estado do Ceará, nós Tapeba de Caucaia nunca desistimos de lutar, não somente pelo território, assim como pelo acesso à saúde de qualidade e à educação diferenciada.

Segundo Carneiro da Cunha (2009, p. 125):

A história dos povos indígenas no Brasil está mudando de figura. Até os anos 1970, os índios, supunha-se, não tinham nem futuro, nem passado. Vaticinava-se o fim dos últimos grupos indígenas, deplorava-se sua assimilação irreversível e a sua extinção tida por inelutável diante do capital que se expandia nas fronteiras do país.

As retomadas são, até hoje, nossa forma de demonstrar que somos fortes. São por elas que temos um teto hoje, uma escola, um posto de saúde e um povo, continuamente, guerreiro. São delas que nossos agricultores plantam com a esperança de colher bons frutos para nosso povo e de onde os artesãos tiveram seus materiais de trabalho para fazer os trajes, cocares e adereços que são a marca de meu povo.

Como forma de ocupar espaço e investir em uma nova geração de indígenas e, principalmente, como forma de distanciar nossas crianças do preconceito dos brancos, como aconteceu com um de nossos curumins, que foi intimidado por discriminação racial e pelo tamanho grande de seu cabelo, surge na Aldeia do Trilho, ali mesmo debaixo de uma mangueira, tendo como primeira professora uma moradora da comunidade, Bete Tapeba.



Figura 01- Primeiras aulas da Escola Indígena Tapeba do Trilho, em 2023, ainda embaixo de uma mangueira, onde me encontro de blusa azul e branca olhando em direção ao fotógrafo. Arquivo pessoal.

A educação escolar indígena me proporciona participar de forma mais ativa no movimento Tapeba, já que é uma característica de nosso povo, o apoio das escolas em prol de nossas causas, sejam elas por território ou políticas públicas. Estar junto a meus parentes na luta pela demarcação de nossas terras e dos demais direitos básicos vem como forma de me fortalecer.

Por falta de infraestrutura e de séries para dar continuidade as turmas tive que mudar de escola, cursando o ensino fundamental no Instituto Batista Maria Carmélia Barros, uma escola pública municipal de Caucaia. Nessa escola comecei a gostar do ensino integral, pois oferecia o Projeto Mais Educação, que tem como objetivo promover atividades no contraturno, fazendo com que o aluno busque novos conhecimentos nas diversas áreas da educação e esporte.

Como resultado do meu gosto pelos estudos e sempre me dedicar, em 2012 fui aprovado na escola de ensino profissional EEEP Professor Antônio Valmir da Silva, matriculado no curso de eletromecânica, onde cursei todo meu ensino médio. Com os estudos básicos concluídos, em 2015 busquei um curso superior que me levasse a área que tanto me identifico, que é a educação.

Não conseguindo através do SISU-Sistema de Seleção Unificado e de vestibulares, decidi aguardar e tentar um emprego temporário. Consegui então uma vaga de monitor do

projeto Mais Educação, justamente o que participei como aluno e na mesma escola a convite da diretora Benedita. Trabalhar no ano de 2015 me fez ter recursos para cursar, na modalidade semipresencial, Pedagogia na Faculdade Excelência de Maranguape. Sempre busquei planos alternativos, logo me dediquei a cursar também uma licenciatura específica. Com isso, em 2017 ingressei no curso de Letras-Português e Inglês, pela Faculdade Anhanguera, em Caucaia.

Ainda cursando o 4º semestre em pedagogia, fui convidado pela diretora da Escola Indígena Tapeba do Trilho, para fazer parte de seu quadro de professores. Confesso que retornar à escola que foi meu primeiro local de ensino, agora reformada e equipada pelo Governo do Estado do Ceará, foi extremamente gratificante, me possibilitando transmitir à minha aldeia todo o conhecimento que absorvi até então.



Figura 02- Fotografia de minha participação representando a Escola Indígena Tapeba do Trilho em 2019 na Premiação dos Correspondentes do Jornal O Povo. Arquivo pessoal.

Um ponto importante ocorrido em 2015 que teve resultado impactante na minha vida em 2017 foi o Projeto Academia Enem, criado pela Prefeitura de Fortaleza como um preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM. Ao final do curso, onde era aluno, foram disponibilizadas para os 5 mil candidatos do projeto, 100 bolsas de estudos, sendo 50 para a Espanha e 50 para o Canadá. Na semana seguinte à minha inscrição, fui comunicado que estava entre os 50 que iriam para o intercâmbio em Salamanca-Espanha, pelo meu bom desempenho e frequência no projeto e no ENEM.



Figura 03- Registro de minha participação como primeiro indígena Tapeba a ser aprovado em um intercâmbio na Espanha, em 2019. Arquivo pessoal.

Os dois meses na Europa me fizeram perceber o quão longe a educação pode levar as pessoas que se dedicam a ela, independentemente de sua etnia. Esse é o meu desejo aos meus parentes Tapeba, que possam viver rompendo as barreiras do preconceito e fronteiras do mundo. Em 2019, tive mais uma oportunidade única. Comecei a fazer parte do quadro de professores da Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé, localizada no bairro Garrote, em Caucaia. Conhecer a realidade de outra comunidade indígena foi de grande proveito e fui muito bem recebido na reserva por meus parentes.

Os Anacé têm uma história de luta bem parecida com a de meu povo. Lecionei para turmas da Educação de Jovens e Adultos, com alunos de dezoito a sessenta e cinco anos, além do primeiro e segundo ano do ensino médio nas disciplinas de linguagens e códigos. Um fato interessante é que tive a oportunidade de ter meu pai como um de meus alunos, isso foi marcante na minha história, pois ele deixou de estudar aos 17 anos, justamente, para procurar trabalho, abandonando os estudos, assim como também fez minha mãe, voltando a estudar somente alguns anos depois, também pela EJA.



Figura 04- Registro da Formatura de meu pai o qual acompanhei em toda sua trajetória estudantil em 2020. Arquivo pessoal.

Por muitas vezes refleti sobre minha capacidade, pois tenho vinte e cinco anos e ensinar turmas com uma diversidade tão grande de idades foi desafiador. Contudo, sempre fui movido a desafios. Ao final de meu contrato, me despedi da escola Direito de Aprender do Povo Anacé deixando concluídas as turmas de EJA anos finais e médio, e com o carinho da comunidade e da escola.



Figura 05- Fotos de Formatura dos alunos do EJA médio da Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé, em 2020. Arquivo pessoal.

Vi nos meus professores, um caminho que me guiou nesta trajetória. Porém, ao ouvir relatos, pude perceber que muitos deles ainda não eram, tampouco, formados em pedagogia ou demais licenciaturas. Isso me fez pesquisar o motivo e entender todo esse processo, o que é evidenciado nessa pesquisa.

Sinto que logo, com muita dedicação, darei meus primeiros passos como docente na área universitária. Lutarei para que meus alunos da educação básica sejam meus futuros alunos universitários e enquanto isso não ocorrer, estarei conscientizando e defendendo o direito à igualdade étnica, demonstrando que lugar de indígena também é na Universidade, assistindo ou dando aula.

Essa pesquisa torna-se importante pois dará visibilidade ao tema que decidi relatar e registrar em meu projeto de mestrado. Vale ressaltar que, participar de uma seleção em um

programa de Pós-Graduação em Humanidades com vagas destinadas a indígenas torna-se uma atitude plausível, principalmente em meio a um cenário tão excludente. A participação de nós indígenas no Ensino Superior, principalmente no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades-MIH, realizado anualmente, com editais específicos para nós indígenas, salienta o comprometimento e a consideração pelos povos originários de nosso país, nos possibilitando a inserção em ambientes acadêmicos, antes não sendo uma realidade para minha aldeia, meu povo e meus parentes de todo Brasil. Ao final do mestrado, será possível deixar registrado a nossa história de luta e resistência.

Iniciei o mestrado em agosto de 2021, ainda em período remoto. Mesmo com aulas no formato online, foi grande a dificuldade em conciliar com o trabalho de Supervisor Pedagógico, na Secretaria de Educação de São Gonçalo do Amarante.



Figura 06-Entrevista do processo seletivo do Mestrado em Humanidades, em 2021. Arquivo pessoal.

Foi necessário buscar estratégias com minha Diretora e Coordenadora Pedagógica, que me cederam os horários necessários para estudos. Esse acordo me deu flexibilidade para estudar e trabalhar, porém a dedicação em ambos acaba sendo comprometida. Tive que ouvir comentários desnecessários de colegas de trabalho e algumas vezes perder algumas atividades solicitadas por meus professores.

Também fiz parte do quadro de professores da Escola SESI-Serviço Social da Indústria, em Fortaleza, atuando nos anos finais do ensino fundamental, nas disciplinas de língua portuguesa e redação. Escrevo esse texto já com poucas palavras, pois minha passagem por lá foi breve, pois tive que assumir meu lugar que conquistei com muito esforço e dedicação no quadro de professores efetivos do município de Fortaleza, pois fui aprovado recentemente no Concurso de professores efetivos aqui da capital.

Mais uma vez reafirmo que como indígena, sempre acreditei, mesmo sem tanto espaço, que meu lugar e de meus parentes deveria ser onde quiséssemos. Quero continuar sendo uma referência para minha comunidade, meu município, estado e para minha pátria.

Entre minhas experiências, uma das que mais me marcou foi a aprovação para formador de língua portuguesa do programa Foco pela Aprendizagem, promovido pela Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação do Ceará-CREDE 1. Fui aprovado após uma seletiva séria e que visava escolher formadores de língua portuguesa para atuarem nas escolas estaduais do Ceará. Após ter meu relatório aprovado, ser encaminhado para entrevista foi emocionante, pois não imaginava que a educação me levaria tão longe, saindo recentemente das cadeiras da universidade, para estar à frente, capacitando professores de nosso estado.



Figura 07- Registro de minha participação na Formação Indígena MAIS PAIC-Seminário Indígena, em 2019. Arquivo pessoal.

Fui então anunciado como o primeiro indígena a fazer parte do grupo de formadores da CREDE 1, e pude compreender a diferença que a educação faz na vida de nós, povos originários. Anunciado na primeira formação de professores, ainda de forma remota, a professora e coordenadora da CREDE 1, Ana Geovanda, me recepcionava com boas-vindas ao grupo de formadores do Foco na Aprendizagem, voltado à língua portuguesa do ensino médio da rede estadual. Enquanto formador, realizava levantamentos de índices de simulados e avaliações externas, assim como auxiliava grupos de estudos e preparava materiais teóricos e práticos para as formações bimestrais. Mesmo sem cotas, ou qualquer indicação, conquistar esse feito me levou a ser referência também para os demais professores das escolas indígenas,

os motivando-os a futuramente, também estarem tentando espaços, antes não ocupados pelos indígenas. Sem dúvidas, o currículo que conquistei com muita luta, muito esforço, e muitas portas fechadas, mas com muita persistência e vontade de vencer, me fez abrir algumas portas, não somente para o povo Tapeba, assim como, para meus parentes de outras etnias.

Aliado as aulas em Fortaleza, também, em 2023, volto a lecionar na EJA em uma escola indígena, anexo da escola Direito de Aprender do Povo Anacé, escola Joaquim da Rocha Franco, localizada na aldeia do Cauípe-Caucaia, local bastante visado pelos grandes empreendimentos de loteamentos e indústrias para tentarem expandir seus negócios, porém a comunidade permanece firme.

Com o ingresso no Mestrado em Humanidades da UNILAB, sempre ouvia falar a respeito de um parente, os elogios eram frequentes e a curiosidade em conhecê-lo foi ficando evidente. Tive então a oportunidade de conhecer o parente Suzenilson Kanindé, que teve destaque sendo o primeiro indígena a concluir o mestrado em Humanidades da UNILAB, sendo referência para todos os indígenas do nosso estado e de nosso país, deve-se compreender que concluir uma pós-graduação tem maiores desafios que os da graduação.

Indígena do povo Kanindé do Estado do Ceará, Suzenilson Kanindé é mestre no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades- MIH pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB Redenção. Ele também é Coordenador do Centro Educacional do Museu Indígena Kanindé, professor da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos e articulador da Rede Indígena de Museus. Sua participação é importante e ativa para todo os parentes indígenas, assim como os que também já concluíram o mestrado na UNILAB.

Em registros publicados no site da UNILAB, como forma de destacar o feito do primeiro indígena a defender uma dissertação na UNILAB, o orientador da pesquisa, Roberto Kennedy Franco, Professor do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades e orientador de Suzenilson ressalta que a presença de Suzenilson Kanindé nesta Universidade faz parte da política de ingresso desenvolvida pelo Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) através do Processo Seletivo Específico para Quilombolas e Indígenas.

“Fruto da luta dos movimentos sociais, a história da educação da UNILAB é inspirada pelos princípios da integração, cooperação e interculturalidade entre o Brasil e demais países falantes da língua portuguesa, especialmente os países africanos. Neste sentido, a oportunidade de inserção de indígenas na graduação e pós-graduação na UNILAB é um ato político fundamental que se agrega aos 521 anos de lutas e resistências dos povos indígenas por terra, trabalho, educação, saúde, alimentação, entre outros meios mínimos necessários à produção da vida para além dos ‘historicídios’ que se articulam com as violências de classe, raça, gênero, etnia e

diversidade sexual, praticadas em nome da fé e da ganância de lucros da expansão mercantilista colonial/capitalista”¹ (Kennedy, 2021)



Figura 08- Evento em alusão ao dia dos povos indígenas promovido pelo Coletivo de estudantes indígenas da UNILAB em 20 de abril de 2023.

<https://unilab.edu.br/2023/04/20/coletivo-de-estudantes-indigenas-e-gestao-superior-se-unem-na-realizacao-de-um-evento-historico-no-dia-dos-povos-originarios/>

A passagem indígena pela educação superior da UNILAB, configura-se como uma oportunidade para reverter nossas condições de vida em caráter social e educacional, tanto individual como coletivo, considerando que em muitos casos temos um ganho para nossas comunidades, para aplicarmos o conhecimento adquirido e propor uma interculturalidade entre estes conhecimentos e outros que nos foram ensinados no âmbito familiar como conhecimento étnico tradicional.

A presença indígena perpassa a universidade e é atravessada por ela, uma vez que nós indígenas questionamos a hierarquia e o conhecimento proposto pela instituição como forma

¹ Cf. Disponível em:

<https://unilab.edu.br/2021/10/28/suzenalsn-kaninde-e-o-primeiro-estudante-indigena-a-defender-dissertacao-na-unilab/#:~:text=Universidade%20da%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20da%20Lusofonia%20Afro%20Brasileira%3A%20Universidade%20Brasileira,a%20defender%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20na%20Unilab.> Acesso em 10.11.2022.

de romper a hegemonia eurocêntrica rompendo o pensamento colonial, passando nos colocar na mesma condição de intelectual que os demais.

2. A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA INDÍGENA, INTERCULTURAL E DIFERENCIADA.

A educação indígena no Brasil é um tema complexo e histórico, que envolve desafios e oportunidades para garantir o direito à educação para as comunidades indígenas e a valorização de suas culturas e saberes. Alguns aspectos importantes a serem destacados incluem a história da educação indígena no Brasil. Essa forma de educar é marcada por uma história de opressão e extermínio das culturas indígenas, com as missões religiosas e escolas de catequese sendo utilizadas como ferramentas de colonização e "civilização" dos índios (Fragozo, 2002).

Atualmente, existem políticas públicas voltadas para a educação indígena, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que garante o direito à educação para os povos indígenas e reconhece a importância da valorização de suas culturas e línguas na educação (Brasil, 1996).

Ainda assim, importante dizer que

Existem desafios para garantir a efetiva inclusão e permanência dos estudantes indígenas no ensino superior, como a falta de professores indígenas e de currículos que valorizem os saberes e culturas indígenas, além de barreiras culturais, linguísticas e geográficas que dificultam o acesso à educação (Almeida, 2010).

Por outro lado, vale ressaltar que

A educação indígena também oferece oportunidades para o fortalecimento das comunidades indígenas e a valorização de seus saberes e culturas, como por exemplo, a valorização de línguas e saberes indígenas pode ser uma oportunidade para o desenvolvimento de pesquisas e estudos que possam contribuir para a formação acadêmica (Orlandi, 2008).

A mudança no tecido social das Universidades brasileiras está nos relatórios do último Censo da Educação Superior, divulgado pelo Ministério da Educação em 2017. A pesquisa mostra que o número de indígenas matriculados em instituições públicas e privadas cresceu 52,5% de 2015 para 2016, passando de 32.147 para 49.026. O dado é mais representativo se levado em conta o histórico do Censo, que passou a contabilizar a presença de estudantes por raça/cor a partir de 2009. Em menos de 7 anos, a quantidade de indígenas matriculados anualmente nas universidades cresceu mais de cinco vezes. No início da contagem eram apenas 7.960. Importante ressaltar que somente a partir de 2015 passou a ser obrigatório declarar a raça, o que possibilitou um retrato mais fiel da presença dos indígenas nas

universidades.

Exemplos na história mostram que, desde os primeiros contatos, os povos indígenas manifestaram interesse em aprender com o europeu: “a ávida incorporação de bens industriais pelos povos indígenas, durante os primeiros contatos com as sociedades ocidentais foi uma característica proeminente das relações interétnicas nas Américas, durante séculos”, diz Little (2010, p. 272). E esse interesse continua, como por exemplo, a apropriação de tecnologias—celular, internet —, bem como a vontade de conhecer a sociedade ocidental por meio da escola, tanto a que se instala nas Terras Indígenas, quanto a que procuram fora de seus territórios, efetivada também no movimento que traz estudantes desses povos para a universidade.

Esses processos de troca não nos tornam menos indígenas, como se chegou a acreditar por muito tempo, pois continuamos afirmando identidades étnicas e conhecimentos originários. O que ocorre é uma desvantagem, devido a uma relação assimétrica engendrada no processo colonizador, quando vimos nossos conhecimentos depreciados, e inúmeras aprendizagens que as sociedades não indígenas constituem nesses encontros não são reconhecidas. “Claro que a ciência de tradição euro descendente está mudando, desconstruindo o paradigma cartesiano e aprendendo dos indígenas americanos” diz Gauthier (2011, p. 43) ao defender a cientificidade dos conhecimentos indígenas e a dialogicidade entre as ciências de origem europeia e as dos povos ameríndios.

Entende-se que a educação, quando se refere ao aprendizado, pode vir a contribuir no auxílio do discente a reconhecer o outro, e a respeitar suas características e desigualdades, uma questão fundamental considerando a realidade social do país, onde se convive com grandes formas de violência, tais como preconceitos e discriminações contra as diferenças étnico-raciais e culturais, não apenas entre os alunos, mas envolvendo professores, funcionários técnicos administrativos, pessoal de apoio, pais, etc.

Nas instituições educativas públicas a situação não é diferente, por esse motivo, debater a prática ética na sociedade atual tornou-se um desafio, para nós, sendo que frequentemente são deslegitimadas a relação ética-cidadania e a relação ética-dignidade humana, devido à ocorrência de inúmeras ações que atentam contra a dignidade, contrapondo-se à necessidade do respeito e da solidariedade, entendidos como as bases para a construção da cidadania (Rios, 2002).

É necessário considerar a necessidade de nivelamento de conhecimento dos estudantes indígenas ao iniciarem seus estudos nas universidades e a sua adaptação ao mundo acadêmico de forma a estimular a sua permanência e não permitir a evasão, uma vez que a

distância da família, a nova cultura e modos de vidas tendem a estimular a desistência dos seus objetivos.

Quando o assunto se torna essa permanência na universidade, temos em questão o programa pulsar que visa o acompanhamento e orientação acadêmica dos estudantes do curso de graduação ponto vinculado a pró-reitoria de graduação da UNILAB e se constitui como um instrumento institucional permanente de acompanhamento e orientação acadêmica dos estudantes na forma de ações de tutoria. Seus objetivos são: promover a adaptação dos novos estudantes a UNILAB, orientar os estudantes nas escolhas curriculares, incentivar a Independência autonomia dos estudantes no ambiente acadêmico um promover atividades que auxiliam o fortalecimento o desempenho acadêmico dos estudantes. Os alunos dos dois primeiros semestres de cada curso são os principais alvos do programa. Entre esses àqueles com maior dificuldade de acompanhamento nos cursos podem tornar-se tutorados, a serem acompanhados mais de perto para os tutores-juniores.

Neste sentido, não basta disponibilizar sistemas de cotas, mas complementá-las e reforçá-las com projetos e programas que possibilitem o apoio e acompanhamento dos acadêmicos indígenas viabilizando o sucesso em todo processo de formação. Uma proposta viável seria disponibilizar bolsas de pesquisas que mantenham os alunos indígenas em conexão permanente com sua comunidade durante os estudos, além de ações pedagógicas que reduzem nas universidades práticas de discriminação, racismo e humilhação de que eles são constantemente vítimas.

Na UNILAB, seguindo o Manual de Gestão do Programa Bolsa Permanência, este programa “é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício.” A UNILAB realiza a gestão local do Programa que tem por objetivos: I- viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; II – reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; III – promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.

Também é beneficiado pelo Programa Bolsa Permanência o aluno que acumular as especificidades de : I – possuir renda familiar per capita não superior a um salário-mínimo e meio; II – estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias; III – não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do

curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar; IV – ter assinado Termo de Compromisso; V – ter seu cadastro devidamente aprovado e mensalmente homologado pela Instituição Federal de Ensino Superior no âmbito do sistema de informação do programa. Na UNILAB, a PROPÆ realiza a gestão local do Programa e a COEST divulga chamadas públicas por meio de editais específicos para inscrição de novos estudantes.

Com isso, mostra-se essencial que as políticas de acesso e demais bolsas continuem a existir e proporcionar a afirmação que o lugar dos povos indígenas deste país continua incluindo a sala de aula, seja na cadeira como aluno, ou ministrando como professor. São essas estratégias que surgem como positivas para nós indígenas, pois por muito tempo fomos limitados a rótulos de que não éramos capazes de cursar uma faculdade, quanto mais um mestrado ou doutorado. Essa ampliação da educação e da fuga do tradicionalismo retrógrado do ensino, possibilitou que diversos paradigmas fossem rompidos. Metodologicamente para realização deste trabalho, haverá uma pesquisa bibliográfica; e, também, um trabalho de campo com indígenas universitários, professores e com lideranças.

O diálogo entre os autores Gaudêncio Frigotto, Walter Mignolo e Aníbal Quijano aborda a interdisciplinaridade e os estudos decoloniais nas ciências sociais. Frigotto argumenta que a interdisciplinaridade é necessária para superar a fragmentação do conhecimento, mas também pode ser problemática se não houver uma integração crítica entre as disciplinas. Já Mignolo propõe uma abordagem descolonial, que questiona a centralidade do pensamento europeu e busca valorizar outras formas de conhecimento, especialmente das comunidades subalternas. Para ele, a identidade não deve ser vista como algo fixo, mas como algo construído a partir de múltiplas experiências e perspectivas.

Quijano, por sua vez, destaca a colonialidade do poder na América Latina, que perpetua a dominação e a exploração em níveis epistêmicos, políticos, econômicos e culturais. Ele propõe uma descolonização do saber, que envolve a desnaturalização das hierarquias raciais e a valorização dos saberes populares e indígenas. Em conjunto, os autores defendem a necessidade de uma abordagem interdisciplinar crítica e descolonial, que considere as múltiplas dimensões da dominação e busque promover a emancipação das comunidades marginalizadas.

A tese de doutorado de Talita Lazzarin Dal'A, intitulada: "A presença de estudantes indígenas nas universidades: entre ações afirmativas e composições de modos de conhecer", por exemplo, aborda a questão da presença de estudantes indígenas nas universidades brasileiras e a sua relação com as políticas de ações afirmativas. A autora realiza uma pesquisa etnográfica em duas universidades federais brasileiras, acompanhando a trajetória de

estudantes indígenas que ingressaram por meio de cotas raciais e/ou sociais. Ela analisa as formas como esses estudantes se relacionam com a universidade e como a universidade se relaciona com eles, destacando as tensões e os desafios envolvidos nesse processo. Além disso, a autora explora as diferentes formas de conhecimento presentes nas universidades e como os estudantes indígenas lidam com elas, articulando saberes acadêmicos e saberes tradicionais.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é uma instituição de ensino superior criada em 2010 com o objetivo de promover a integração entre os países de língua portuguesa e a valorização da cultura afro-brasileira e lusófona. A presença de estudantes indígenas na UNILAB é resultado de uma política de cotas específica para essa população, que reserva 5% das vagas em todos os cursos de graduação da instituição. Desde a sua criação, a UNILAB tem se esforçado para oferecer condições adequadas para a permanência e o sucesso desses estudantes, com a implementação de programas de acompanhamento pedagógico, apoio psicológico e valorização da cultura indígena.

Quando a pauta envolve o ingresso dos povos originários, as Licenciaturas Interculturais Indígenas, no Ceará e em outras partes do Brasil, atuam como cursos de graduação voltados especificamente para estudantes indígenas. Esses cursos buscam valorizar e respeitar as culturas indígenas, além de preparar os graduandos para atuarem como professores nas suas próprias comunidades. Eles oferecem uma abordagem pedagógica que integra o conhecimento tradicional indígena com o conhecimento acadêmico. As vagas para os cursos de Licenciaturas Interculturais Indígenas geralmente são reservadas para candidatos indígenas ou que possuam vínculos com comunidades indígenas. Essas licenciaturas, como o KUABA e o LII PITAKAJÁ têm como objetivo a formação de professores indígenas qualificados para atuar nas escolas indígenas, promovendo uma educação intercultural e respeitando os saberes tradicionais das comunidades.

Vale ressaltar que a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é uma instituição de ensino superior pública, credenciada em 2010 pelo Ministério da Educação (MEC) e com sede em Redenção (CE). Sendo uma instituição de ensino superior pública federal brasileira no estado do Ceará, Redenção foi escolhida para ser seu polo por ter sido a primeira cidade a abolir a escravidão no Brasil segundo alguns historiadores.

Sobre o ingresso dos estudantes brasileiros na UNILAB é feito por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação, onde os candidatos se inscrevem no SISU a partir da nota obtida no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). A UNILAB realiza processos seletivos diferentes para estudantes brasileiros e estrangeiros. Para os cidadãos brasileiros, a única forma de acesso é através do SISU (Sistema de Seleção Unificada), do Ministério da Educação. Vale ressaltar que existem as vagas que são ocupadas por meio do Sistema de Seleção Especial, utilizando os resultados do Enem, chamado de SISURE.

Nesta dissertação, a coleta de dados foi realizada através de entrevistas presenciais nas aldeias Tapeba do Trilho e Taba dos Anacé, com três participantes do ambiente universitário da UNILAB, Crislane Tapeba, Cleber Tapeba e João Kennedy Tapeba. O critério de escolha foi de início, registrar os relatos de um recém ingresso na universidade, no caso de João Kennedy, outro que estivesse cursando mestrado e uma que fosse egressa da Especialização desta Universidade. Cada questionamento foi elaborado com o intuito de registrar fatos que sejam de importância para pesquisadores, leitores e para as comunidades indígenas em si. Também com a ajuda da elaboração de um formulário pelo google forms, serão coletadas informações através do preenchimento de questões pré-estabelecidas voltadas aos membros de um importante grupo responsável pelo COESI- Coletivo de Estudantes Indígenas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, que tem grande influência no espaço acadêmico da UNILAB e que somará, através de suas respostas, a coleta de dados e informações.

Para isso, foram realizadas entrevistas nas comunidades indígenas do Trilho, com Crislane, Taba dos Anacé, com Cleber e comunidade de Sobradinho, com João Kennedy, todas localizada em Caucaia-Ce. Com isso, seguimos o que Freitas afirma quando fala que “[...] dialogar com ‘o outro’, e dessa forma, fazer história oral indígena, então, é realizar essa tarefa de maneira mais profunda possível, pois se trata de contatar ‘o outro’ no sentido pleno da conceituação cultural” (FREITAS, 2004. P. 187). Essas entrevistas foram registradas pelo meu gravador do celular e transcritas através de um aplicativo.

De forma complementar, Silva e Silva (2010) são enfáticos na valorização das fontes orais indígenas para a escrita historiográfica, sobre isso, comentam eles que,

[...] a experiência de se deslocar do etnocentrismo e de apreender que há muitas outras soluções possíveis para o viver e outras saídas para a escrita da história vivida. Escrever história, a partir do ponto de vista dos grupos indígenas, enfatiza-se, é também um dever dos historiadores. As vozes indígenas têm sido condenadas ao silêncio, por meio do genocídio sofrido pelos índios, da invisibilização ou de um

sistemático processo de se ignorar sua presença pretérita e presente. (Silva; Silva, 2010, p. 47).

A este respeito, de forma contundente, (Barbosa; Mezacasa & Fagundes, 2018, pg. 121, 122), nos ensina que,

[...] Esse processo de uso da fonte oral para pesquisas que envolvam populações indígenas contemporâneas engendra o saber-fazer capaz de articular arcabouços teóricos interdisciplinares. No entanto o debate teórico-metodológico em torno do uso da oralidade nos estudos com populações indígenas pela historiografia ainda é pouco explorado. A história indígena tem apresentado importante desenvolvimento no curso das últimas décadas, mas são poucos estudos historiográficos em que os povos indígenas são protagonistas na construção de um ponto de vista sobre o passado. A tradição oral desses povos apresenta-se como aspecto inerente à problematização metodológica pensada a partir das pesquisas que tenham esse viés. O fortalecimento desse campo historiográfico, no entanto ainda descortina caminhos profícuos no que diz respeito a metodologias de pesquisa. (Barbosa; Mezacasa & Fagundes, 2018, pg. 121, 122)

Com os levantamentos em mãos, foram elaborados passos que viabilizassem a construção de todo um processo que proporcionasse efetivar os levantamentos obtidos durante a pesquisa. Foram devidamente visitadas as comunidades indígenas Tapeba com representantes que desejaram relatar e registrar suas experiências na tentativa de ingresso ao ensino superior e os benefícios e retorno que isso irá trazer para a comunidade.

Roberto Cardoso de Oliveira, destaca que a etnografia se funda nas etapas do olhar, ouvir e escrever (Oliveira, 2000) para construir um dado saber/conhecimento sobre determinada situação social/cultural. Encontramos muitas afinidades no saber-fazer do historiador e do antropólogo; dessa forma, os diálogos são caminhos frutíferos para os historiadores em territórios indígenas. Inúmeras questões perpassam esse saber-fazer. Entre eles, vale destacar o ouvir e o olhar (O, 2000). Sobre o ouvir, os historiadores já estão familiarizados, a história oral propiciou amadurecimentos nesse campo. Entretanto, a necessidade de olhar em múltiplos ambientes, em outras interações, em outros contextos faz a etnografia ser de muita importância.

Quando ampliamos nossa noção de fontes, podemos ter a etnografia enquanto método para acessar as historicidades que compõem os cotidianos indígenas, que, muitas vezes, não são revelados através de entrevistas formais. Essas historicidades indígenas podem estar nas expressões da pintura corporal, Conforme Oliveira (2012),

Os estudos arqueológicos, geográficos, linguísticos [...] são fundamentais para compor a interdisciplinaridade necessária para a escrita das histórias indígenas, e então, compreender a dinamicidade dos povos indígenas. "[...] a história indígena aqui defendida possui um caráter marcadamente interdisciplinar, isto é, para além das fronteiras disciplinares, e se opõe a todo tipo de arecentrismo ou fobia em relação a outros campos do saber" (Oliveira, 2012, p. 198).

Traçados esses breves lugares da história oral e da etnografia, segue-se para uma discussão sobre o processo de tornar o oral em escrito, e talvez para o terceiro ponto do fazer etnográfico, segundo Oliveira (2000), o escrever, que também é questão para o historiador. Essa etapa do saber-fazer que transforma o oral em escrito é tema de reflexão tanto para historiadores, quanto para antropólogos.

A antropologia mais contemporânea preocupa-se com o sujeito que enuncia, superando assim o discurso homogeneizante das etnografias do passado, em que grupos étnicos eram interpretados e descritos, em muito a partir da autoridade etnográfica do pesquisador, "na experiência do scholar que observava/participava (Clifford, 2008, p. 33).

Ainda sobre a educação, Gersem Baniwa (2010, p. 8), reconhece que “o interesse dos povos indígenas pelo ensino superior está relacionado à aspiração coletiva de enfrentar as condições de vida[...], a educação superior como “ferramenta para promover suas próprias propostas de desenvolvimento, por meio do fortalecimento de seus conhecimentos originários, de suas instituições e do incremento de suas capacidades de negociação, pressão e intervenção dentro e fora de suas comunidades”. Com essas ideias, fica evidente a compreensão de intelectual da oralidade, muito próximo do que, no século XVII, Guaman Poma de Ayala apresentou como filósofo indígena, um sábio, um intelectual da e na tradição, que sabe do cosmos e seus movimentos, que sabe da vida e seus desdobramentos, que tem o reconhecimento dos seus, pois é no seio de sua sociedade que é formado e regulado por processos próprios de aprendizagem que, em geral diz de como os conhecimentos são transmitidos e devem circular entre seus membros.

2.1 Conhecendo a realidade de estudantes indígenas matriculados, egressos da UNILAB na graduação e pós-graduação.

O livro Na mata do Sábua, revela que a presença indígena no Ceará, está longe de ser ponto pacífico nos círculos intelectuais, assim como nos políticos, nos midiáticos e populares, revela também que essa presença é marcada pela multiplicidade de enfoques e opiniões. Desde o início do ressurgimento político das etnias indígenas cearenses na década de 1980, o tema que era considerado superado, repetindo a frase final do romance Iracema – “Tudo passa sobre a terra” – tornou-se objeto de candentes disputas simbólicas e jurídicas.

Sobre a metodologia de pesquisa de campo, foram aplicadas entrevistas presenciais e no modelo on-line pelo forms,

Entendendo que um complementaria o outro, pois entende-se que a partir de Verena Alberti, enquanto “[...] um método de pesquisa [...] que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam, acontecimentos,

conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo” (Alberti, 2005, p.18).

Dito isso, os métodos de transcrição desses registros também foram de grande valia para esta pesquisa. Foram pensadas estratégias que pudessem me levar a cada localidade, mesmo com uma intensa rotina de trabalho e estudos de ambas as partes, seja do entrevistador, seja dos entrevistados, mas por um cronograma de visitas e pensando em um bem maior, estratégias foram pensadas e articuladas para conseguir todos os registros e falas.

É indispensável registrar a questão da cultura indígena nas aulas do ensino superior, os valores, conceitos e história do povo através de atividades voltadas ao conhecimento enraizado sobre a cultura dos povos indígenas, tornando-se mediadores para outros alunos que buscam conhecer os costumes e princípios da população indígena.

Como afirma Amaral e Baibich-Faria (2012), “A permanência desses sujeitos no ensino superior somente se faz possível mediante a efetivação de um duplo pertencimento acadêmico e étnico-comunitário.”

As fontes de pesquisa para embasamento e credibilidade desta pesquisa estão respaldadas nos relatos dos alunos indígenas, assim como dos demais já citados. Ao final dos levantamentos e demais registros, esta escrita será publicada como Dissertação de Mestrado, servindo de material para pesquisas futuras sobre a inserção e permanência de indígenas no ensino superior.

Para melhor respaldar minhas pesquisas relacionadas ao ingresso, permanência e conclusão dos estudos na UNILAB, tive o prazer de entrevistar alguns parentes indígenas da etnia Tapeba, que compõem a UNILAB no corpo discente e de um professor que atua na docência na UNILAB, Cleber Tapeba. Cleber, que atualmente é diretor da Escola Indígena da Ponte, localizada em Caucaia, região metropolitana de Fortaleza, também sendo uma liderança indígena do povo Tapeba, mas que também possui grande influência junto ao povo Anacé, por morar na primeira reserva indígena do Estado do Ceará, a Reserva Taba dos Anacé, localizada na região do Garrote, em Caucaia.

Cleber, também conquistou recentemente sua vaga no Mestrado em Antropologia da parceria da UNILAB com a Universidade Federal do Ceará-UFC, sendo um dos alunos das ações afirmativas que é uma importante política das Universidades Cearenses. Cleber, efetivou sua participação no movimento indígena como jovem e após isso com a chegada ao magistério, o que proporciona a muitos de nós um maior engajamento. De início em sua fala ressaltou a importância do magistério indígena para os parentes Tapeba e de outras etnias:

O magistério intercultural foi formado pelos três povos da região metropolitana de Fortaleza. O povo Tapeba, Pitaguary e Jenipapo Kanindé deram início com o curso de extensão proporcionado pela Universidade Federal do Ceará-UFC, sendo inicialmente somente um curso de extensão, o que depois de um tempo achamos que não iria contribuir para a graduação ou para formação de professores. Mas, não conseguimos que, de início, fosse um curso de graduação, mas de nível médio especificamente para os povos indígenas, afirmou Cleber Tapeba.

Questionamentos sobre o apoio do Ministério da Educação e do Governo Federal ou Estadual, também foram levantadas e Cleber afirmou que:

A gente tinha um grande apoio do MEC, diferente de hoje, a gente já pode fazer esse contraponto, do que foi lá o do que a gente tem hoje. A gente tinha no MEC, um assessor indígena, depois com o desenrolar do curso, o próprio gestor do MEC, era uma pessoa muito próxima dos indígenas, então ele era um indigenista, então era como se a gente tivesse assim, um cheque em branco pra gente poder agir dentro das escolas.

Só que uma grande tristeza para nós, era de saber que muitos de nossos parentes não tinham as escolas reconhecidas, então elas não emitiam certificados dos alunos. Éramos 60 professores, desses se formaram 45, desses 45 ficamos na batalha de saber quem iria formar a gente. A gente ia na prefeitura, ia na Secretaria de Educação, ia na FUNAI, até que a SEDUC pudesse bancar esse projeto. Até que 14 anos depois recebi esse título do terceiro pedagógico habilitado pela SEDUC, mas o que a gente queria mesmo era uma graduação específica, já que no Estado não tínhamos professores, nem cursos específicos indígenas.

Fiquei impressionado com o desenrolar da história educacional de meu povo e meus parentes, vi que todo esse processo histórico é de grande valia para registro. Continuei com os questionamentos e nessa perspectiva, quis entender como se deu a conquista de seu mestrado.

Em seguida, o segundo entrevistado foi João Kennedy Tapeba. Fiquei surpreso com seu histórico e força de vontade, mesmo jovem, mas com uma bela trajetória no movimento indígena e com destaque para seu cargo de Presidente da APROINT- Associação dos Professores Indígenas a nível local e da AJIT- Associação da Juventude Indígena Tapeba, sendo duas das principais associações do povo Tapeba. João Kennedy também estava à frente da Escola Indígena Marcelino Alves, como diretor escolar, caso que não ocupa mais até a presente data. Mesmo com tantos compromissos, ele ingressou no mestrado em Humanidades da UNILAB e frequenta presencialmente as aulas. Vale destacar que os entrevistados residem atualmente em Caucaia, sendo um desafio a questão do deslocamento até a Universidade.

Em uma de suas falas, João Kennedy ressalta que:

Um dos principais desafios que está pegando mais é a questão do tempo, ter que ir até lá, é distante e estou tendo dificuldade, tenho que programar minha noite. Porque eu venho pra escola tentar resolver as coisas, chego aqui acabo não fazendo, por isso só sobra a noite pra estudar.

Esse não foi um relato único, tanto Cleber, quanto Crislane tem essa fala. Percebe-se então que mesmo com as oportunidades de ingresso que a Universidade proporciona, os

desafios do grande deslocamento acompanham os estudantes indígenas de Caucaia, desde o ingresso até o final do processo acadêmico, pois os estudantes não têm intenções de residir na localidade onde está localizada a universidade.

Perguntada sobre sua experiência no curso de especialização da UNILAB e seus impactos na vida pessoal e profissional, Crislane afirma que:

A experiência foi muito boa, apesar que nós fizemos esse curso durante a pandemia, ele foi cem por cento online, mas a grande curricular desse curso me agradou bastante. Aprendi muito, ainda mais sobre o continente africano. Agora pretendo continuar na pesquisa desses assuntos. Gostei bastante.

Mesmo com essa fala Crislane ressalta que:

Os desafios foram muitos, como já abordei, fizemos esse curso na pandemia, então nós não tínhamos aquele apoio do presencial, sempre tudo online. Pra gente que trabalha e tem que conciliar o trabalho e os estudos, e pra mim também que sou dona de casa, é sempre muito corrido fazer um curso desse de pós-graduação com muitas leituras, textos, os desafios foram grandes, mas ao final a recompensa é bem maior.

Com isso, essa pesquisa foi pensada como uma forma de evidenciar a luta dos povos indígenas, já citados, por inserção e permanência na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB/CE.

Em 2023, a UNILAB conta com estudantes de 8 etnias indígenas, são esses os: Anacé, Tapeba, Jenipapo-Kanindé, Pitaguary, Kanindé, Gavião, Tremembé, Karão Jaguaribaras. Em resumo, a presença de estudantes indígenas na UNILAB representa um importante avanço na luta pela inclusão e valorização da diversidade cultural no ambiente acadêmico. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) no Ceará é um exemplo de instituição de ensino superior que tem se destacado pela presença de estudantes indígenas em seu corpo discente.

Desde sua criação, a UNILAB tem se proposto a ser uma universidade inclusiva, que valoriza a diversidade e busca promover a integração entre diferentes culturas e povos. Nesse contexto, a presença de estudantes indígenas é vista como uma forma de fortalecer essa proposta e de ampliar o diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes tradicionais.

Os estudantes indígenas na UNILAB têm acesso a políticas de ações afirmativas, como cotas para povos indígenas. Além disso, a UNILAB tem se destacado por suas iniciativas de pesquisa e extensão que buscam valorizar a cultura e os conhecimentos indígenas. No entanto, apesar dos avanços, a presença de estudantes indígenas na UNILAB ainda enfrenta desafios. Um deles é a falta de representatividade e participação efetiva dos estudantes indígenas nos espaços de decisão da universidade. Em resumo, a presença de

estudantes indígenas na UNILAB representa um importante avanço na promoção da diversidade e da inclusão nas universidades brasileiras.

Interessante observar que, na última década do século XX e no início do XXI, cresceu de forma rápida a quantidade de escolas em aldeias Indígenas, principalmente tendo docentes pertencentes às comunidades, colocando em prática as propostas curriculares diferenciadas e os recursos didáticos específicos e bilíngues, iniciando um movimento de apropriação de uma instituição eminentemente ocidental em sua origem, mas que aos poucos toma a forma do povo indígena que a realiza.

2.2 Entrevista aos indígenas membros do COESI- Coletivo de Estudantes Indígenas da UNILAB.

Após o registro do formulário com os estudantes indígenas, também foi pensado na iniciativa de um formulário fazendo parte da pesquisa de campo deste processo de Dissertação do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades realizado na UNILAB, contemplando a contribuição de 10 estudantes indígenas ingressos na graduação e pós-graduação desta Universidade, participantes do COESI-Coletivo de Estudantes Indígenas. O questionário trouxe como foco de interesse questões pertinentes para a comunidade indígena no contexto universitário da UNILAB. visando coletar mais informações sobre o ingresso e a permanência dos indígenas que contribuam com o desenvolvimento dessa pesquisa.

Vale ressaltar que o coletivo de estudantes indígenas surge como uma representação das vozes indígenas que pertencem a UNILAB e permite que nossos parentes tenham uma participação mais ativa nas contribuições e movimentos universitários. Importante saber que "Questionários e entrevistas são métodos fundamentais na pesquisa qualitativa, proporcionando uma compreensão aprofundada das experiências, opiniões e percepções dos participantes" (Creswell, 2013). Desta forma é importante se pensar o que se quer e como se vai avaliar, devendo haver rigor na organização e seleção do tipo de questionário que se irá aplicar de forma a aumentar a credibilidade da pesquisa.

Na sequência, serão apresentados todos os questionamentos e respostas dos estudantes: Francisco Thomas dos Santos Silva, Marcos Alves de Lima, José Cléber da Silva Nogueira, Francisco Climério lima da Silva, Viviane Moraes da Silva, Jurandir Pereira de Sousa da

Silva, Macione Ferreira dos Santos, Lauriane Castro do Nascimento, Jaciane Alves Silva Menezes e João Kennedy de Lima Oliveira.

Os entrevistados participam ativamente do Coletivo de estudantes seja presencialmente ou de forma remota, através das redes sociais. Com isso, foram respondendo ao questionário proposto e contribuindo com informações essenciais para essa dissertação. Foram participantes desse momento os parentes Tapebas, Anacés, Kanindé, Pitaguary e Tremembé, de idades que variam de 19 anos aos 41, dos mais diversos cursos entre graduação e pós-graduação.

Diante da pergunta de qual a forma de ingresso na UNILAB, foram apresentadas respostas como de Viviane Moraes, aluna da graduação em Letras-Inglês relatando ter sido através do SISURE-Sistema de Seleção Utilizando os Resultados do ENEM, como também os alunos Francisco Climério e Viviane Moraes. Já pelas Políticas afirmativas para estudantes indígenas e quilombolas ingressou o aluno Marcos Alves, e pelos editais com cotas indígenas ingressaram José Cléber, Jurandir Pereira, Macione Ferreira, Lauriane Castro, Jaciane Alves e João Kennedy.

Mediante a pergunta da importância do coletivo para os estudantes indígenas da UNILAB, Francisco Thomas, estudante de Administração Pública diz que o COESI é a principal organização de estudantes indígenas que fortalece a permanência dos indígenas na UNILAB, através de atos, de reconhecimento dentro da universidade e organização dos estudantes indígenas, é necessário existir o grupo. Nesse mesmo pensamento opinaram Marcos Alves, Francisco Climério e Viviane Moraes, reafirmando a importância desse coletivo. Também foi relatado por Lauriane, estudante de Agronomia, que o COESI é onde nos unimos enquanto indígenas dos diferentes povos e nos fortalecemos para as batalhas diárias. Além disso é por dele que lutamos pela garantia de nossos direitos na universidade, como: acesso específico, permanência, pesquisa, extensão, respeito e dignidade. Concordando com essa fala estavam os estudantes Jurandir Pereira, Macione Ferreira, Jaciane Alves e João Kennedy. Neste quesito, José Cléber não conseguiu opinar.

O próximo apontamento foi sobre como se deu a criação desse coletivo e tivemos caso como o de José Cléber que não opinou sobre o assunto em questão, mas alunos como Francisco Climério afirma que essa criação surgiu a partir da inquietação para a auto-organização e sobrevivência na UNILAB, tendo como apoio nessa fala estudantes como Thomas, Lauriane e João Kennedy. Como também, surgiu a partir da inquietação para a

auto-organização e sobrevivência na Unilab e a partir da necessidade de uma voz representativa dentro da universidade, que pudesse falar por todos os indígenas matriculados na Unilab, afirmou Jurandir. As demais contribuições foram de encontro ao pensamento de Macione, quando afirma que essa criação se deu em 2018 a fim de juntar os indígenas da UNILAB para pensarmos nossas pautas e ações para garantir nossos direitos e gerar visibilidade.

Durante o questionário também foi interessante saber qual a participação que esses estudantes exercem no coletivo e as respostas foram diversas, desde os que participam ativamente, como Thomas e Jurandir, como fazendo parte da coordenação, como Climério e Marcos, assim como os que não tem tanta participação no exemplo Viviane, até os que atuam de forma indireta com consultorias, a exemplo de João Kennedy. Também teve o caso do que não opinou, sendo este Cléber.

Em relação aos avanços do coletivo, Thomas disse que a organização dos estudantes indígenas, a luta incessante para busca de novos indígenas dentro da universidade, seja através de reuniões com a UNILAB ou próprios atos, luta pela permanência dos estudantes indígenas e a autoafirmação e reconhecimento dentro da Universidade, indo no mesmo pensamento de alguns como de Jurandir e João Kennedy, por exemplo. Também foi acrescentado por Marcos Alves que acredita que seja a luta por políticas afirmativas que gerou um comitê e desse comitê teve a criação do CAPAF que é comitê de acompanhamento de políticas afirmativas, já Climério reforça que um dos principais avanços foi o aumento de estudante indígenas, bolsa permanência, espaços de poder e de decisão.

Em dúvida, quis saber em quais momentos do ambiente universitário o coletivo indígena mais atua e Cléber ressaltou que em nenhum. No entanto, Jaciane conclui que em quase todos os momentos, pensamento esse defendido também por Macione e Lauriane. Thomas diz que essa atuação se dá na semana dos povos indígenas, em outros movimentos sociais e culturais, reivindicações e Climério finaliza com seu posicionamento direcionado nas questões de assistência estudantil e nas pautas específicas e que atua em diferentes momentos, sobretudo naqueles em que se fala das políticas de ações afirmativas e povos tradicionais e originários.

Tema dessa dissertação, a próxima pergunta foi relacionada a como o coletivo vê o ingresso e a permanência de indígenas na UNILAB e foi respondido por Thomas que o ingresso deve ser mais facilitado para os povos indígenas, em questão de regras e diretrizes

classificatórias a UNILAB é bastante rígida e foge bastante da realidade das comunidades indígenas, apesar de haver um avanço na educação, as oportunidades se dão através sem ser exclusivamente do ENEM, assim a permanência também tem que ser facilitada, muita burocratização em pouco tempo. Nessa mesma linha de pensamento, também foi dito por Marcos Alves que não existe garantia, mas que nós enquanto participante do COESI, vimos como uma possibilidade de fortalecer as bases nos territórios, mas para isso é necessário políticas para garantir a permanência. E outros responderam como Climério que disse que vê de forma problematizada, pois defendemos a entrada e permanência porém muitos não atuam ou colaboram com a organização do coletivo. Diferente de Macione que vê como uma vitória dos povos indígenas e o coletivo que atua dentro da universidade, sendo da mesma forma o pensamento de Lauriane e Jaciane com a defesa de que essa é a principal luta, garantir que nossos povos acessem a UNILAB e permaneçam, mas sobretudo por meio de um processo que dialogue com a realidade dos povos, com um processo específico e simplificado.

Sabendo que tudo gira em torno da política, outro questionamento foi sobre quais os possíveis avanços o COESI e a UNILAB poderão conquistar com a mudança recente do Governo Federal. Os estudantes como Thomas, Jurandir e Macione, opinaram que continuarão lutando e reivindicando os direitos estudantis dentro da universidade e fora dela. No entanto tiveram apontamento como o de Cléber e Viviane que não afirmaram saber e Climério que diz ainda ser incerta essa relação. O aluno Marcos Alves, afirma que acredita que deva mudar em relação a bolsas, mas em relação a políticas voltas para as minorias, acreditando que não mude muito, a gestão ainda agir de má fé e sorrateiramente. Diferente de Jurandir que diz que com um governo favorável as minorias, acreditamos termos avanços nas políticas afirmativas dentro da UNILAB.

Ainda nesse pensamento, outro questionamento perguntava se as políticas afirmativas e vagas para indígenas atualmente suprem a demanda, seja por povo ou por curso. A contribuição de Lauriane quando diz que hoje as vagas destinadas a indígenas, assim como outros segmentos, são somente por meio do Sisure, utilizando a nota do enem, para muitos indígenas é inviável visto que muitos não conseguem fazer por diversos problemas, como a distância da aldeia para o local da prova, dentre outros. Portanto, o atual modelo não contempla a demanda do coletivo e dos demais povos e comunidades tradicionais. Nesse mesmo pensamento relataram todos os demais alunos em concordância.

Seguindo as perguntas, a próxima apontou sobre a relevância de uma Universidade como a UNILAB, para os povos indígenas e foi dito por Lauriane que a universidade é uma

importante ferramenta de luta e promoção de melhorias para os territórios indígenas, assim é extremamente importante que demarquemos a universidade, por ser um direito, para que nós sejamos nossas próprias referências e possamos fortalecer os povos e territórios. Tal apontamento foi apoiado por Macione, Lauriane e João Kennedy, por exemplo. Também tiveram opiniões como de Jurandir que disse que poderia ter uma relevância ainda maior, se respeitasse o que está no seu próprio nome, Integração. Uma curiosidade que quis saber dos parentes foi a respeito de como eles classificam a participação indígena no ambiente universitário e em paralelo, como analisam essa participação a nível nacional e Jurandir respondeu que tem sido crescente, porém a grande preocupação dos parentes que ingressam, é como permanecer dentro da universidade, entendi que essa contribuição foi ao encontro do motivo dessa dissertação que é justamente analisar essa permanência, desde seu ingresso. Resposta interessante também foi dita por Climério quando afirma que a nível de estado, precisamos melhorar muito, em nível nacional está muito bem. Tal comentário acaba fazendo uma referência a resposta de Macione, que considera razoável.

De forma mais ampla, nas últimas perguntas foram pensadas questões mais abertas aos trabalhadores indígenas e foi questionado a como eles percebem a inserção de trabalhadoras e trabalhadores indígenas no mundo do trabalho. Cleber e Viviane não souberam opinar, mas tivemos casos como o de Lauriane que disse que ainda é um grande problema, pois muitos questionam nossa cognição e capacidade, mas oportunidades têm sido geradas nos próprios territórios e no movimento. Thomas e Climério apresentaram opiniões que concordam com esse posicionamento. Ainda tivemos falas como a de João Kennedy que afirmou que tem crescido nos últimos anos, a nova geração está deixando o roçado, a caça e pesca de lado e buscando mais espaço no mercado de trabalho, não que essa busca seja exitosa na maioria das vezes.

Por fim, como última questão desse proveitoso momento, foi levantado qual outro comentário a mais, para além do que apontamos no questionário, você faria a respeito da luta dos povos indígenas por inserção e permanência a universidade e os estudantes contribuíram com diversas falas, entre elas a de Thomas que disse que não deixar de lutar, de reconhecer suas origens, e reafirmando a luta indígena, para não nos tirarmos aquilo que estamos reconquistando novamente, pelos nossos antepassados. Assim como ele, Climério ressaltou que precisamos de indígenas que tenham a responsabilidade em ocupar estes espaços contribuindo com a luta coletiva no Coesi e que é necessário que pautemos mais o ensino superior nos nossos movimentos, sobretudo nas escolas e organizações de juventude, para

assegurar nossa presença na universidade e que esta presença venha a ser para levar outros e gerar mudanças dentro da universidade e dos territórios. Cleber, Viviane e Macione não opinaram ou não tinham mais questionamentos até o momento.

2.3 Análise dos dados do formulário e entrevista.

Mediante as respostas ao questionário aplicado no google forms e das entrevistas, foi possível entender parte da realidade atual dos participantes do coletivo de estudantes indígenas na UNILAB, sendo possível coletar informações pertinentes a essa dissertação. Importante saber que os formulários e as entrevistas têm sido procedimentos de coleta de dados amplamente utilizados em pesquisa em ciências humanas. Para alguns são designados como métodos; para outros, instrumentos de pesquisa; e, para outros, técnicas (Nogueira, 1968; Triviños, 1987; Rea; Parker, 200; Manzini, 2006).

Foi evidenciado que não somente as entrevistas, assim como os formulários foram de extrema valia para o levantamento de dados. Vale ressaltar que todos os estudantes que responderam ao questionário foram ingressos por meio de políticas afirmativas seja pelo SISURE, editais específicos e cotas indígenas. Vale ressaltar que por muito tempo, essas políticas eram negligenciadas em nosso país, excluindo essa participação dos povos originários.

Em relação à importância de um coletivo indígena dentro da UNILAB, se opondo a terceira resposta, todas as outras falaram sobre a relevância desse coletivo fortalecer a política de acesso a universidades públicas a estudantes indígenas e do engajamento que ele proporciona.

Sobre o surgimento do coletivo indígena, a terceira e quinta contribuição não souberam como se deu esse surgimento, porém as demais respostas relataram que partiu da necessidade de uma voz representativa dentro da UNILAB, que pudesse representar todos os estudantes indígenas. Importante saber que a criação de um coletivo indígena em uma Universidade como a UNILAB, proporciona um pluralismo de ideias que antes poderia ser negligenciado.

Quando o questionamento foi sobre a participação desses estudantes no coletivo indígena, as respostas foram diversas. Tivemos participantes da coordenação, ex-coordenadores, membros e aqueles que ainda não conseguiram se engajar a fundo nas atividades do coletivo. Vale ressaltar que quando mais ativo um movimento como esse, mais conquistas são alcançadas.

Perguntados sobre os avanços do COESI desde sua criação, foi discutido sobre o aumento de estudante indígenas desde então, assim como do bolsa permanência e da ampliação

dos espaços de voz alcançados, porém tivemos participantes que não souberam constatar por algum motivo esses avanços no coletivo.

Quando a vez foi acerca de onde o coletivo mais atua dentro do ambiente universitário, as falas sobre a atuação na semana dos povos indígenas, assim como em outros movimentos sociais e culturais, reivindicações, no auxílio das matrículas e concessão de bolsas, foram alguns dos apontamentos respondidos no formulário.

Em continuidade, quando foi perguntado sobre como o coletivo de estudantes indígenas vê o ingresso e a permanência dos estudantes indígenas na UNILAB, obteve-se resposta bem heterogêneas indo como uma vitória dos povos indígenas, a lutas e desafios para o movimento que se enfrentam e que ainda estão a serem enfrentadas, nesse meio também tivemos participantes que não conseguiram opinar sobre o questionamento. Quando se tem respostas como nesse caso, deve-se buscar estratégias para que se discuta sobre a importância desse coletivo, nesta Universidade.

Perguntado sobre os possíveis avanços que o COESI e a UNILAB podem ter com a mudança de governo em 2023, mais uma vez as respostas foram bem diversas, tanto de indígenas que acreditam que os avanços serão consideráveis tanto para o ingresso como para a permanência na Universidade, como de outros que acreditam ser incerto e os que preferem esperar mais para opinar sobre a atual gestão.

Quando o questionamento envolveu as políticas afirmativas e vagas para indígenas e se atualmente suprem a demanda, seja por povo ou por curso foi unânime a insuficiência de vagas mediante o público. Vale ressaltar que cada um colocou seus argumentos além dessa perspectiva de insuficiência.

Questionados sobre a relevância da UNILAB para os povos indígenas, também foi de senso comum que a Universidade fortalece a luta dos povos indígenas em inclusão social, assim como ao mundo do trabalho, aos mais meios de inclusão, proporcionando também os direitos a educação e a continuidade da luta e resistência.

Sobre a participação indígena no ambiente universitário a nível de estadual e nacional a heterogeneidade nas respostas prevaleceu. Os estudantes destacaram pontos de melhorias e os demais reafirmaram que essa participação está em uma crescente, ressaltando que a UNILAB tem destaque enquanto ambiente para políticas afirmativas em comparação com outras universidades.

Perguntados sobre como analisam a inserção de trabalhadoras e trabalhadores indígenas no mundo do trabalho atualmente, as contribuições giraram em torno de estudantes que

ainda não conseguiram analisar o atual cenário trabalhista voltado aos povos indígenas, assim como aos que relataram que estamos em uma crescente em relação a isso, com indígenas saindo do roçado e da pesca, para profissões externas as aldeias.

Por fim, foi solicitado alguma contribuição a mais sobre a luta dos povos indígenas por inserção, permanência e conclusão na Universidade, e a luta foi destaque nesse ponto, assim como a continuidade na organização e nos movimentos por mais espaço no ambiente universitário, valorizando as origens e conquistando mais voz na UNILAB.

A importância dessa coleta de dados e informações dos estudantes indígenas participantes do coletivo indígenas irá contribuir não somente com a pesquisa em questão, assim como para demais pesquisadores do movimento indígena e do público externo à causa.

3.A QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL E NO CEARÁ, ASSIM COMO UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE CONQUISTA DAS LEIS 10.639/03 E 11.645/08.

No Ceará, o processo de constituição das escolas indígenas começou no final da década de 1990, com a luta das diferentes etnias indígenas. Atualmente, segundo a Secretaria de Educação do Estado do Ceará, existem 38 escolas indígenas na rede estadual e 4 escolas das redes municipais de ensino de Maracanaú e Caucaia e uma creche localizada em Itapipoca, distribuídas em 16 municípios: Acaraú, Aquiraz, Aratuba, Canindé, Caucaia, Crateús, Itapipoca, Itarema, Maracanaú, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Pacatuba, Poranga, São Benedito, Tamboril e Quiterianópolis, assegurando uma matrícula de 8240 alunos, distribuídos da educação infantil ao ensino médio.

Também é notório que:

Por vezes, são os professores indígenas aqueles que conviveram com consciência crítica e profética os problemas de uma comunidade ou de seu Povo, de tal modo que a escola tem sido o lugar em que se originaram movimentos de resistência e de reivindicação de direitos sobre a terra, contra a discriminação e a falta de respeito. (Bartolomeu Melir, 1979, p.5)

Observa-se nesse crescimento o impacto das ações do governo, mas, principalmente, dos movimentos dos povos indígenas que, entre outros, elegeram também a universidade como um espaço de afirmação aliadas em suas lutas.

A resolução nº 1, de 7 de janeiro de 2015, institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências. O capítulo 1 “Dos princípios e objetivos da formação de professores indígenas” diz que:

Art. 2º Constituem-se princípios da formação de professores indígenas: I - respeito à organização sociopolítica e territorial dos povos e comunidades indígenas; II - valorização das línguas indígenas entendidas como expressão, comunicação e análise da experiência sociocomunitária; III - reconhecimento do valor e da efetividade pedagógica dos processos próprios e diferenciados de ensino e aprendizagem dos povos e comunidades indígenas; IV - promoção de diálogos interculturais entre diferentes conhecimentos, valores, saberes e experiências; V - articulação dos diversos espaços formativos, tais como a comunidade, o movimento indígena, a família e a escola; e VI - articulação entre docentes, gestores e demais profissionais da educação escolar e destes com os educadores tradicionais da comunidade indígena.

O capítulo 2 da mesma Resolução, que fala “Da construção e do desenvolvimento de programas e cursos específicos para a formação de professores indígenas” ressalta que:

Art. 4º A formação inicial de professores indígenas deverá ser realizada em cursos específicos de licenciaturas e pedagogias interculturais e, quando for o caso, em outros cursos de licenciatura, programas especiais de formação pedagógica e aproveitamento de estudos ou, ainda, excepcionalmente, em outros cursos destinados ao magistério indígena de Nível Médio nas modalidades normal ou técnica. Art. 5º A formação continuada de professores indígenas dar-se-á por meio de atividades formativas, cursos e programas específicos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado. Art. 6º Os sistemas de ensino devem garantir aos professores indígenas a formação inicial em serviço e, quando for o caso, a formação inicial e continuada concomitante com a sua escolarização. §1º A formação inicial e continuada em serviço deve ser assegurada aos professores indígenas, garantindo-se o seu afastamento, sem prejuízo do calendário letivo das escolas indígenas. §2º Essas garantias são extensivas aos indígenas que atuam na docência e na gestão dos programas de Educação Escolar Indígena, tanto os ofertados nas escolas indígenas quanto os realizados em secretarias de educação, seus órgãos regionalizados e conselhos de educação.

Ainda baseada na Resolução, o Capítulo 3 fala “Da promoção e oferta da formação de professores indígenas: colaboração e responsabilidades”, afirmando que:

Parágrafo único. Os sistemas de ensino e suas instituições formadoras e de fomento a programas de iniciação à docência e à pesquisa devem definir estratégias e mecanismos que permitam a utilização de formas diferenciadas de acesso e permanência nos cursos destinados à formação de professores indígenas, tanto no âmbito da Educação Superior quanto no do Nível Médio.

Tais estratégias são essenciais para nosso contexto, pois nossa realidade foge a realidade do contexto não indígena, a rotina em nossas comunidades não se compara com ações fora dela.

De acordo com (Franco, 2021),

O movimento indígena busca sobreviver diante do constante ataque da lógica do capital, valendo ressaltar que, histórica e gradativamente, a classe dominante se organiza para conter toda e qualquer forma de movimento social que incida em conquistas para os setores menos favorecidos da população, reprimindo-os pela força das ameaças, violência e/ou cooptando-os, pelo menos assim é possível observar nas entrevistas dos ativistas.²

O reconhecimento da Educação Escolar Indígena na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, o Plano Nacional de Educação, de 2001, as Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Indígena no Brasil, bem como a Legislação recente da Lei Federal n.12.416, de 09/06/2011, que altera a LDB de 1996, torna nossos direitos reconhecidos.

De acordo com Bonin (2000, p.2), a educação é:

² Cf. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2021/10/28/suzenalsn-kaninde-e-o-primeiro-estudante-indigena-a-defender-dissertacao-na-unilab/#:~:text=Universidade%20da%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20da%20Lusofonia%20Afro%20Brasileira%3A%20Universidade%20Brasileira,a%20defender%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20na%20Unilab>. Acesso em 10.11.2022.

A afirmação da existência de distintas formas de educar construídas historicamente pelos povos indígenas. A educação indígena compreende os processos pelos quais esses povos garantem sua continuidade, reproduzindo e reconstruindo a identidade, a tradição, os saberes, os valores, os padrões de comportamento e de relacionamento, na dinâmica própria de suas culturas. A educação é um processo que ocorre de modos distintos e por meio de pedagogias e mecanismos próprios em cada cultura. Os povos indígenas possuem espaços e tempos educativos dos quais participam a pessoa, a família, a comunidade e todo o povo. Deste modo a educação é assumida como responsabilidade coletiva.

A política pública voltada à educação superior indígena torna-se uma necessidade em uma sociedade com atitudes e pensamentos capitalistas e globalizada e mediante uma dívida histórica. Ocupar o espaço acadêmico passou a ser uma recente conquista de nós, povos indígenas. A partir do ingresso na universidade, nascem diversos desafios para o discente indígena, desde a forma de locomoção, passando pela alimentação, residência etc.

No Ceará, o movimento indígena ganha destaque a partir dos anos de 1980. Em 1990, iniciava as primeiras campanhas a favor da demarcação das terras indígenas de meu povo Tapeba, dos parentes Pitaguary, Tremembé de Almofala e Jenipapo-Kanindé. A partir de muita luta, iniciaram também as manifestações por uma educação diferenciada considerando nossas especificidades e anseios.

No Ceará, conforme dados apontados pelo movimento indígena, neste momento temos 15 povos indígenas, situados em 106 aldeias, distribuídos em 18 municípios, totalizando cerca de 27.128 indígenas. Espacialmente, esta ocupação é a seguinte: os Tremembé (Itarema, Itapipoca e Acaraú), Anacé (Caucaia), Tapeba (Caucaia), Pitaguary (Maracanaú e Pacatuba), Jenipapo Kanindé (Aquiraz), Kanindé (Aratuba e Canindé), Tapuia Kariri (São Benedito), Tabajara (Crateús, Monsenhor Tabosa, Poranga, Quiterianópolis e Tamboril), Potiguara (Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Crateús e Tamboril), Gavião (Monsenhor Tabosa), Kalabaça (Crateús), Tupinambá (Crateús), Kariri (Crateús e Crato), Tubiba Tapuia (Monsenhor Tabosa e Boa Viagem), Karão Jaguaribara (Aratuba e Canindé).

A Educação Escolar Indígena é assegurada na Constituição Federal Brasileira de 1988, assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que assegura às comunidades indígenas o direito à educação diferenciada, específica e bilíngue. Outro documento importante é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada no Brasil por meio do Decreto nº 5.051/2004, bem como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 da

Organização das Nações Unidas (ONU) e a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas de 2007.

3.1 Análise sobre as políticas afirmativas nas Universidades e na UNILAB voltadas aos povos indígenas.

A presença de indígenas no ensino superior tem sido um tema relevante no contexto dos estudos sobre a democratização do acesso a esse nível de ensino. Com o avanço da escolarização em territórios indígenas há uma constante procura de estudantes indígenas pela busca ao ensino superior, no entanto existem grandes desafios para nossa permanência no ensino superior, o que ocorre tanto pelas dificuldades materiais e financeiras, quanto pelo modelo eurocêntrico das Instituições de Educação Superior – IES que com sua hierarquia e seu currículo branco e eurocêntrico dificultam uma aproximação daqueles que são diferentes deste padrão, em especial, nós indígenas.

Segundo BERGAMASCHI e KURROSCHI (2013):

Observamos, na última década, um aumento substancial da presença de estudantes indígenas em universidades brasileiras. Esse crescimento mostra o impacto das políticas afirmativas fomentadas pelo governo federal, mas, principalmente, decorre do movimento dos próprios povos originários que, entre outros caminhos, elegeram também o ensino superior como um espaço político de afirmação e as universidades como aliadas em suas lutas.

A Constituição de 1988 possibilitou muitos avanços na área da educação escolar indígena no Brasil. Segundo Medeiros (2018, p.41) “Representou um marco institucional na política de educação escolar indígena, assegurando aos indígenas o direito a sua organização social, língua, costumes, rituais e crenças, assim, uma educação diferenciada, específica, intercultural e bilíngue”.

De acordo com Dal Bó (2018):

Os últimos quinze anos foram marcados por um aumento expressivo de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras, propiciando, entre muitas coisas, uma presença significativa de estudantes indígenas em cursos de graduação e, mais recentemente, de pós-graduação por todo o país.

Com a conquista do direito à educação, vem sendo conversada por pesquisadores, referentes às questões que envolvem o ensino pensado para estudantes indígenas nas Universidades, como vemos a seguir:

Decorrente dos processos de escolarização conquistados nas duas últimas décadas pelas sociedades indígenas no Brasil, o ensino superior público vem se tornando, muito recentemente, uma das pautas reivindicatórias do movimento indígena nacional. A universidade, como potencial e institucional espaço de produção e socialização do conhecimento acadêmico-científico e da constituição da inteligência nacional, torna-se alvo de direito e lugar a ser alcançado e ocupado pelos povos indígenas como sujeitos históricos e epistêmicos (Amaral e Baibich-Faria, 2012, p. 1).

Ainda nesse pensamento,

A presença dos índios na universidade pública oportuniza ainda mais a manifestação das contradições, dos paradoxos e das incoerências que nela residem e a constituem, fundamentalmente, a partir das estratégias de ingresso e de permanência desses sujeitos no ambiente universitário. É nele que passam a se constituir e identificar como estudantes indígenas universitários – categoria emblemática, uma vez que se forja a partir de relações sociais marcadas por interações, intercâmbios, resistências, resiliências, ocultamentos, negações e afirmações (Amaral e Baibich-Faria, 2010, p. 3).

Baseado nisto, nós estudantes indígenas que ingressamos em uma Instituição de Ensino Superior, procuramos por uma oportunidade de igualdade no que se refere a nossa formação, onde buscamos alguns interesses, como por exemplo, termos um futuro promissor, possibilitando melhorias para nossas famílias e nossa própria comunidade. Oportunidade de igualdade e possibilidade de transformação no cenário histórico de desigualdade com relação aos povos tradicionais, melhoria das condições de vida, não apenas pessoal, mas também familiar, comunitária e uma maior conscientização política de governos e sociedade da importância da população indígena como formadora da cultura nacional. Os povos indígenas precisam ter acesso aos bens e serviços conquistados pela sociedade, sabendo que historicamente fomos excluídos ao acesso desses direitos.

Além de sermos um espelho para outros parentes se manifestarem e irem a luta por uma formação que nos proporcione mudanças relativas por meio de conhecimentos científicos que antes nos impediam de termos voz ativa e sermos ativos no nosso próprio meio, diminuindo as desigualdades sociais.

A Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) estabeleceu a reserva obrigatória de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, pessoas negras, pardas e indígenas nas universidades federais do Brasil. Desde então, o sistema de seleção unificada (SISU) é utilizado como meio

de ingresso para esses estudantes.

Na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), por exemplo, a reserva de vagas para indígenas é de 5% do total de vagas ofertadas. Em 2021, segundo dados divulgados pela instituição, foram ofertadas 1.620 vagas no Sisu, das quais 81 foram destinadas para indígenas.

De acordo com a Unilab, 66 estudantes indígenas foram aprovados em cursos de graduação no ano passado, o que representa um aumento de 38% em relação ao ano anterior. Ainda segundo a universidade, a maioria dos estudantes indígenas ingressantes em 2021 é proveniente da região Nordeste do país e se autodeclara como pertencente a etnias como os Pitaguary, Tapeba, Tremembé etc.

Esses dados mostram que a reserva de vagas para estudantes indígenas tem sido importante para promover a inclusão desses povos no ensino superior e para ampliar a diversidade étnica e cultural das universidades federais brasileiras.

Sobre os editais específicos na UNILAB: 1º Edital específico nº33/2017: 5 vagas indígenas / 6 quilombolas. O Edital específico nº33/2017 da UNILAB foi voltado para a seleção de candidatos indígenas e quilombolas para ingresso nos cursos de graduação da universidade. O edital ofereceu cinco vagas específicas para candidatos indígenas e seis vagas específicas para candidatos quilombolas. Essas vagas foram reservadas para garantir a inclusão e a diversidade na universidade, além de ter promovido a valorização e o reconhecimento das culturas indígenas e quilombolas.

Os candidatos interessados em concorrer a essas vagas tinham que atender aos requisitos estabelecidos no edital, como comprovar a sua condição de indígena ou quilombola, além de participar do processo seletivo da UNILAB. Essa seleção foi realizada por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do Ministério da Educação, que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como critério de avaliação.

O edital nº33/2017, propôs o processo seletivo específico para ingresso de estudantes quilombolas e indígenas no curso de graduação presencial ofertado pela instituição na Unidade Acadêmica. Foi uma iniciativa importante da UNILAB para promover a inclusão e a diversidade na universidade, valorizando as culturas indígenas e quilombolas e contribuindo para a formação de profissionais mais sensíveis e comprometidos com a diversidade cultural

do país.

No contexto da pós-graduação temos a Portaria MEC n 13, de 11 de maio de 2016 que estabeleceu as diretrizes para a oferta de educação a distância em cursos de graduação presenciais no Brasil. O documento definiu que as instituições de ensino superior devem obedecer a critérios rigorosos para a oferta de cursos a distância, como a necessidade de possuir autorização prévia do Ministério da Educação (MEC), além de garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e o cumprimento da carga horária mínima exigida para o curso presencial equivalente. A portaria também define a obrigatoriedade de encontros presenciais periódicos entre os estudantes e os professores-tutores, bem como a utilização de tecnologias adequadas para a realização das atividades a distância. O objetivo da Portaria MEC nº 13 é garantir a qualidade da educação a distância no Brasil e ampliar o acesso dos estudantes ao ensino superior, sem comprometer a qualidade da formação oferecida.

De 2016 a 2021, somente o MIH ofertou vagas específicas para indígenas. A partir de 2021 foi aprovada resolução do CONSEPE UNILAB regulando as políticas afirmativas na pós e na graduação. Isso significa que agora as universidades têm diretrizes claras para implementar ações que promovam a inclusão e o acesso de estudantes indígenas em seus cursos, o que é um passo importante para a construção de uma educação mais igualitária e democrática.

Mas o que de fato são os desafios e dificuldades enfrentadas por nós, estudantes indígenas, no espaço acadêmico? Diante desse questionamento, visa-se primeiramente analisar o modelo de ensino que nos foi ofertado durante nossa jornada educacional, correlacionando nossas histórias de vida e de cada entrevistado para dar maior ênfase nos fatores apontados, de acordo com as relações pessoais e sociais desde nossa formação inicial antes da UNILAB e no decorrer do curso.

3.2 Dados da reserva de vagas para indígenas em universidades públicas e na UNILAB, em números de estudantes-graduação e pós-graduação

Atualmente, o ingresso de indígenas no ensino superior público tem maior impacto por meio de ações em dois segmentos: a constituição de cursos específicos, como o Programa de Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND), criado pelo Ministério da Educação (MEC), suprimindo, embora parcialmente, a necessidade de formação diferenciada de

professores indígenas; e a oferta de vagas especiais ou suplementares em cursos regulares, tema deste estudo. Antes da Lei Federal nº 12.711/2012, cerca de 50 instituições de ensino superior desenvolviam políticas de ingresso de estudantes indígenas por meio de licenciaturas interculturais, ou vagas reservadas ou suplementares, o que em boa parte garantiu o ingresso efetivo desse público nas universidades brasileiras até a promulgação da referida lei (Amaral, 2010).

O Conselho Nacional de Educação admite, com pouca segurança, que cerca de 5.000 indígenas estariam, atualmente, nas diversas universidades do país. Seriam, certamente, relevantes dados mais precisos sobre estes alunos que iniciam sua vida acadêmica e sobre aqueles que não conseguiram ingressar. Com certeza, a maior parte deles é egressa de escolas públicas, em especial de escolas localizadas em aldeias, nas quais as condições de ensino e aprendizagem são precárias.

Em menos de sete anos, a quantidade de indígenas matriculados nas universidades cresceu mais de cinco vezes. O aumento na procura por formação acadêmica entre os povos indígenas deve-se a necessidade de formar profissionais qualificados e inseridos em contextos políticos e socioculturais e que ainda colaborem com a luta pela conquista da autonomia e da sustentabilidade de seu povo.

A partir de 1990 o quadro mudou. Hoje, várias universidades públicas e privadas possuem convênios com a Funai para garantir o acesso desses estudantes ao Ensino Superior. A UNB foi uma das primeiras a firmar convênio com a Fundação e o Ministério da Educação (MEC). A prática teve início em 2004, e funciona da seguinte forma: um teste seleciona aqueles que demonstrem vínculo com suas comunidades indígenas para vagas adicionais em diversos cursos. As provas são aplicadas em diferentes lugares do Brasil, para facilitar o acesso da comunidade indígena. Só no ano de 2017 foram ofertadas 72 vagas, em 17 cursos.

Atualmente, existem na UnB 51 estudantes indígenas nos cursos de graduação e 21 na pós-graduação (Mestrado e Doutorado). Em 2017 entraram 16 novos alunos na UNB por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no vestibular de 2017, os cursos com maior procura foram Medicina, Psicologia, Direito e Enfermagem.

Configurando uma política mais sólida no campo da assistência estudantil direcionada aos estudantes que ingressam nas universidades por meio de ações afirmativas, o Ministério da Educação (MEC) instituiu, em 2013, o Programa de Bolsas Permanência, para viabilizar a

permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, entre os quais indígenas. Desde então os estudantes indígenas passaram a ter direito a uma bolsa diferenciada, sendo o dobro do valor da bolsa dos demais estudantes, o que se justifica em “decorrência das especificidades desses estudantes com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal” (Brasil. MEC, 2013, p. 12).

Um estudo realizado na UFRGS, que, junto a outras instituições, optou por criar vagas suplementares e específicas para indígenas. Para tanto, instituiu um processo seletivo diferenciado para o ingresso de estudantes pertencentes aos povos originários, visto que, até o ano de 2007, não havia nenhum estudante indígena entre seus mais de 30 mil alunos que frequentavam os 93 cursos presenciais de graduação.

A abertura do diálogo entre a universidade e os povos indígenas foi propiciada pela criação da política específica de ações afirmativas, regulamentada pela Decisão nº 134/2007 do Conselho Universitário, que, entre outras providências, prevê o ingresso dos estudantes indígenas em seus cursos de graduação. Art. 12 – No ano de 2008, serão disponibilizadas 10 vagas para estudantes indígenas cuja forma de distribuição será definida pelo Cepe, ouvidas as comunidades indígenas e a Comgrad dos cursos demandados. [...].

§1º – Institui-se a Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena, que terá sob sua responsabilidade os processos seletivos dos estudantes indígenas, bem como o seu acompanhamento e inserção no ambiente acadêmico. (UFRGS, 2007).

Conforme instituído formalmente, o processo de ingresso inicia com a participação indígena: anualmente, a universidade promove uma assembleia, reunindo lideranças e representantes de terras indígenas do estado do Rio Grande do Sul, para que sejam indicados dez cursos que vão oferecer as dez vagas. A partir da abertura do edital, os candidatos indígenas pertencentes às etnias residentes no território nacional fazem suas inscrições e, posteriormente, realizam uma prova de língua portuguesa e redação. Na inscrição, além dos dados de identificação, os candidatos preenchem um importante formulário, a fim de afirmar seu pertencimento, declarando-se membro de comunidade ou aldeia indígena. Esse procedimento surgiu a partir da pergunta: como identificar o candidato indígena? Reconhecer que essa é uma decisão de cada comunidade foi consensual no processo que levou a universidade a optar por essa forma de ingresso. Porém, a reflexão sobre quem são os

indígenas é uma preocupação recorrente, em função da imagem genérica de um suposto ser “índio” que historicamente se estabeleceu no Brasil.

Ainda é imprescindível o aprimoramento das ações de permanência nas instituições de ensino superior, tanto materiais quanto pedagógicas, que podem ser construídas com os estudantes, e das que precisam ser implementadas com técnicos e docentes, carentes de uma reflexão aprofundada sobre o tema. Há fortes motivos para dizer que a política de ações afirmativas nas instituições federais de ensino superior, de modo especial as políticas para os povos indígenas, vem se consolidando enquanto política de estado. Contudo, os desafios não se restringem aos espaços dessas instituições. É preciso estender a política de cotas para os espaços de trabalho em que os futuros profissionais atuarão, bem como para o ensino de pós-graduação.

De acordo com MEC, os processos de seleção para ingresso de indígenas nas universidades são muito variados. A maioria das instituições criou metodologias específicas, tendo como exemplos mais usuais a indicação dos candidatos feita pelas comunidades e suas organizações indígenas, seguida de provas específicas e entrevistas ou apresentação de memoriais.

No âmbito do Governo Federal, o principal acesso se dá com a nota do Exame Nacional do Ensino Médio e por meio de processos como o Sistema de Seleção Unificada, para instituições públicas, e Programa Universidade para todos, com bolsas para instituições privadas. Segundo o Ministério da Educação, por meio do Sistema de Seleção Unificada, sistema pelo qual instituições públicas de educação superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem, a Lei de Cotas reserva um percentual de vagas para indígenas. O número varia de acordo com o índice populacional dos indígenas apresentado no último Censo do IBGE para aqueles candidatos que estudaram em escolas públicas e que se autodeclararam indígenas.

Já o Programa Universidade para Todos (Prouni) foi criado com a finalidade de conceder bolsas de estudo, integrais e parciais, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas, a estudantes oriundos de escolas públicas ou privadas com bolsa integral e cuja renda familiar per capita seja de até 3 (três) salários-mínimos, nos termos do § 1º e 2º da Lei nº 11.096, de 2005. Além disso, a maioria das universidades criou reservas de vagas ou cotas especificamente para indígenas.

Observando a nível Federal, o MEC explica ainda que outra ação importante para

garantir o espaço dos indígenas nas universidades foi o investimento em melhorias na Educação Básica das escolas indígenas. Nos últimos anos, segundo este ministério através do GOV.BR, o Governo Federal investiu na Licenciatura Intercultural, voltada para a formação de professores indígenas que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio das escolas indígenas. Só em 2017, foram mais de 2,7 mil educadores atendidos pelo programa em 16 instituições de 14 estados brasileiros.

A presença dos acadêmicos indígenas nas universidades públicas constitui um fenômeno recente no Brasil, se considerarmos o período de invasão até os dias atuais, localizado principalmente na última década, decorrente da progressiva ampliação da escolarização de crianças, jovens e adultos em terras indígenas. Apresenta-se contextualizado mediante o reconhecimento da educação escolar indígena na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no Plano Nacional de Educação de 2001 e nas Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Indígena no Brasil, bem como associado às discussões e experiências de implantação das cotas para estudantes negros oriundos de escolas públicas e indígenas nas universidades públicas.

Pode-se fazer uma análise, por exemplo, do Estado do Paraná onde a aprovação da Lei Estadual no 13.134, de 18 de abril de 2001, publicada no site do governo, proporcionou, ineditamente no País, vagas suplementares nas universidades e faculdades estaduais aos povos indígenas do Paraná, e sua implementação através do Vestibular dos Povos Indígenas a partir do ano de 2002 provocaram intensas reflexões e problematizações acerca da trajetória de acesso e permanência dos indígenas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Interessante observar que, inicialmente garantidas três vagas anuais em cada universidade estadual, esse número foi ampliado para seis no ano de 2006, sendo que, em 2005, aderiu a esse processo a Universidade Federal do Paraná, com a oferta atual de dez vagas por ano. Nessa ocasião, nem as IES públicas do Paraná, tampouco os indígenas como principais sujeitos desse processo, tinham a ciência e o adequado debate acerca dessa ação e da saga que ela iniciaria.

Na última década, houve um aumento substancial da presença de estudantes indígenas em universidades brasileiras. Esse crescimento mostra o impacto das políticas afirmativas fomentadas pelo Governo Federal, mas, principalmente, decorre do movimento dos próprios povos originários que, entre outros caminhos, elegeram também o ensino superior como um

espaço político de afirmação e as universidades como aliadas em suas lutas.

Pesquisas também referentes a última década apontam que há um descompasso regional acentuado no oferecimento de vagas e cursos para o ensino superior indígena, pois, além de menor número de universidades em algumas regiões, há também menor envolvimento das instituições universitárias com a temática. Um exemplo disso é que na região norte do Brasil, onde vive a grande parte dos indígenas brasileiros, apenas 35% das universidades oferecem vagas para estudantes destes povos. Por outro lado, na região sul, mesmo com um menor índice da população indígena, 61% das universidades já contam com a presença de estudantes que coletivamente são identificados a uma das mais de 240 etnias dos povos originários. O mesmo ocorre na região sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais), onde há a maior concentração de instituições universitárias e um maior número delas envolvidas com a formação superior indígena, inclusive pós-graduação (Paladino, 2012).

Desde o início do ano 2000, movimentos junto às instituições educacionais amadurecem a discussão em torno do acesso indígena ao ensino superior. As manifestações têm sido no sentido de que não basta incluir cotas nas universidades, apesar de sua relevância enquanto ação afirmativa. É necessário que existam condições que possibilitem a permanência dos estudantes e que dialogue com nossa realidade.

A função do Estado em preservar e possibilitar os direitos considerados fundamentais para sua população e, neste caso, os grupos sociais, possibilita uma forma de garantia de direitos coletivos e individuais. Por meio de políticas públicas ocorre a minimização dos impactos causados a todo um grupo de pessoas que necessitam de atenção governamental. Quando se trata dos indígenas, vale ressaltar a invisibilidade social, possivelmente por sermos considerados um grupo extinto. Na contramão deste pensamento, surge o desejo de reafirmação de direitos, seja por território, saúde, saneamento, moradia e, neste caso, educação.

São inegáveis as conquistas e os avanços de inclusão social no campo das políticas públicas brasileiras nos últimos 20 anos, destacadamente no campo do acesso à educação superior por parte de segmentos sociais historicamente excluídos, como são os povos indígenas. A aprovação da Lei das Cotas é uma dessas importantes conquistas. Após 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, o projeto de Lei 180/2008 que cria uma política de ação afirmativa nas instituições federais de ensino foi aprovado e sancionado pela Presidenta da República em agosto de 2012 na forma da Lei 12.711/2012. Esta Lei estabelece a

obrigatoriedade da reserva de vagas nas Universidades e Institutos Federais, combinando frequência à escola pública com renda e cor (etnia).

Trata-se de uma conquista histórica digna de comemoração enquanto um passo importante no processo de democratização do direito à educação superior no Brasil e na promoção da igualdade de oportunidade para todos os brasileiros, na sua grande diversidade sociocultural, econômica e trajetória escolar. Mas, a política das cotas, assim como todas as políticas de Ações Afirmativas, não pode ser considerada como um fim em si mesmo e nem como uma solução única para todos os problemas de desigualdade e exclusão educacional no país.

Um exemplo disso foi o vestibular de 2022, onde a Universidade Estadual do Ceará-UECE, adotou um sistema de cotas de 50% para estudantes provenientes de escolas públicas e economicamente carentes com renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo. Dessas vagas, foram reservados o percentual equivalente de pretos, pardos e indígenas que compõem o estado do Ceará, a saber:

- Pretos: 4,65%;
- Pardos: 61,88%;
- Indígenas: 0,23%

A própria lei de cotas propõe a distribuição de vagas de acordo com a composição étnica da população “Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”

É um ponto de partida para se pensar o enfrentamento mais pragmático das desigualdades associadas à exclusão e discriminação racial, sociocultural, econômica e étnica. Neste sentido, o alcance da Lei depende de ações e estratégias a serem adotadas pelo Ministério da Educação e pelas Instituições Federais de Ensino.

Em síntese, a Lei 12.711/2012 determinava que em quatro anos, ou seja, até 2016, as Universidades e os Institutos Federais de Ensino deveriam reservar 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, com subcotas para estudantes de baixa renda, pretos, pardos e indígenas. No primeiro ano, 2013, 12,50% das vagas deverão ser reservadas para este público, seguido de crescimento proporcional a cada ano até completar os 50%. É

importante destacar que o limite de baixa renda a ser considerada será de até um salário-mínimo e meio, 1,5 equivalente a 933,00 reais em 2011, que será avaliada por meio da Declaração de Imposto de Renda, extrato bancário ou até mesmo visita ao domicílio do estudante, segundo o Ministério da Educação.

O Censo Demográfico é uma das principais fontes de informação sobre os povos indígenas disponíveis no País (Pagliaro; Azevedo; Santos, 2005; Wong, 2016). Ele fornece os totais que servem de denominadores para diversos indicadores (Bastos et al., 2017), ele consegue trazer dados sobre a organização dos povos indígenas em todo território brasileiro, além de proporcionar a identificação sociodemográfica de nosso grupo populacional. No Brasil, a população indígena é identificada por meio do quesito de cor ou raça desde 1872, antes mesmo da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Não houve operações censitárias no País nos anos de 1880, 1910 e 1930. No Censo Demográfico 1900, 1920 e 1970, o quesito de cor ou raça não foi investigado (Petrucci e Saboia, 2013; Okamoto, Antunes e Damasco, 2018).

Baseado no Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 896.917 pessoas se afirmavam e eram reconhecidas como indígenas, treze anos se passaram e com o Censo 2022 esse resultado avança para um número mais expressivo. De acordo com o atual Censo:

Contando com uma série de inovações operacionais e metodológicas, que perpassam as fases de cartografia censitária, abertura espacialmente controlada de quesitos, adaptações de redação nos questionários, planejamento, treinamento, sensibilização, consulta às lideranças indígenas, coleta, monitoramento durante a operação censitária e divulgação, o Censo Demográfico 2022 atualiza o total de pessoas indígenas residentes no Brasil para 1 693 535, entregando à sociedade brasileira os primeiros resultados do mais abrangente levantamento da população indígena residente no Brasil.

Ter essas informações atualizadas possibilitam um melhor conhecimento sobre nossa realidade, tanto de caráter populacional, social, econômico, como, nesse caso, para fins estudantis. Quando observamos em âmbito estadual, com base no Censo da Educação Superior de 2017, em 10 anos, 1.392 indígenas ingressaram no ensino superior no Ceará, configurando o quinto Estado brasileiro com mais indígenas na universidade.

Pensada como Instituição brasileira de caráter transnacional, a UNILAB está inserida no contexto de internacionalização e interiorização da educação superior (Graduação e Pós-Graduação) no Brasil. As Políticas de Ações Afirmativas para o ensino, a extensão e a pesquisa se efetivam via editais que possibilitam o acesso e a permanência de indígenas, quilombolas, negros, ciganos, povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, refugiados, pessoas com identidades trans e pessoas em situação de privação de liberdade ou

egressas do sistema prisional, conforme preconiza a Resolução do Conselho Universitário nº 40, de 20/08/2021.

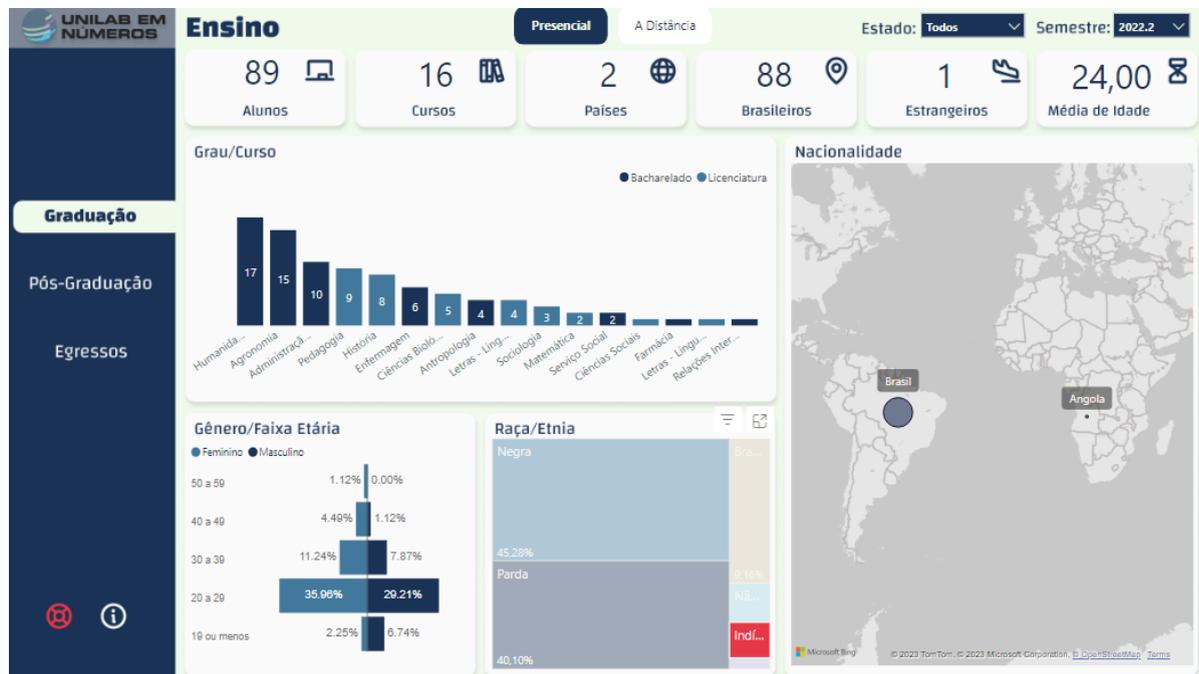


Figura 09- Dados da UNILAB referentes a indígenas na graduação presencial. Fonte- Site UNILAB em números em 2023.

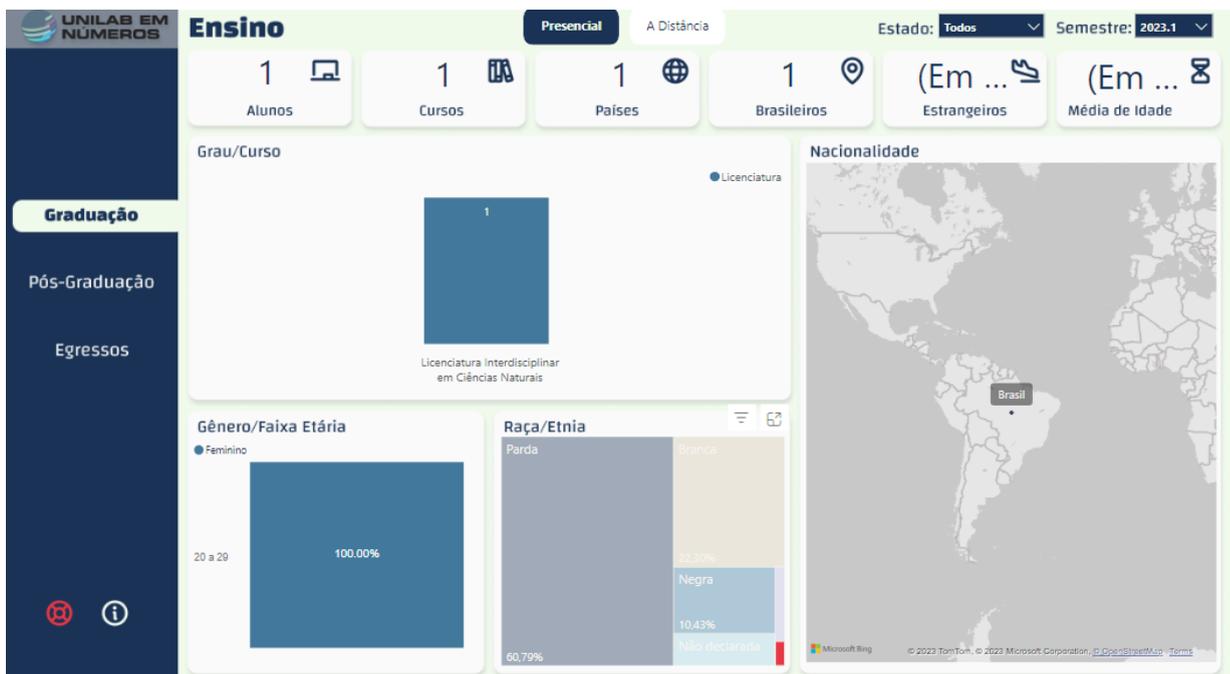


Figura 10- Dados da UNILAB referentes a indígenas na graduação a distância. Fonte- Site UNILAB em números em 2023.

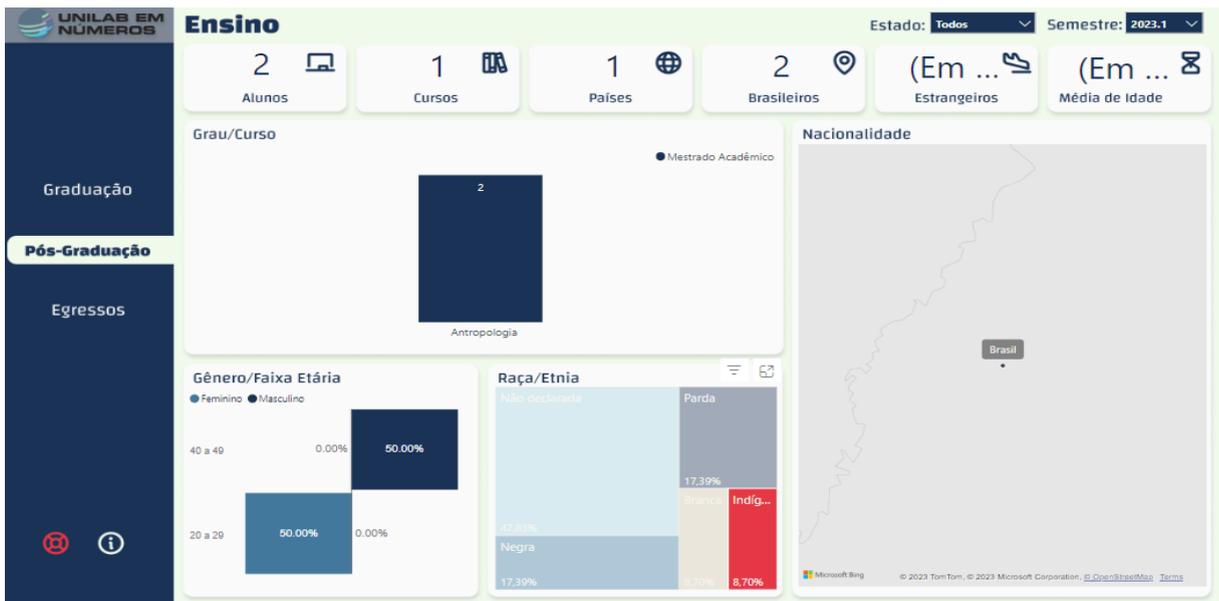


Figura 11- Dados da UNILAB referentes a indígenas na Pós-graduação em 2023. Fonte- Site UNILAB em números em 2023.

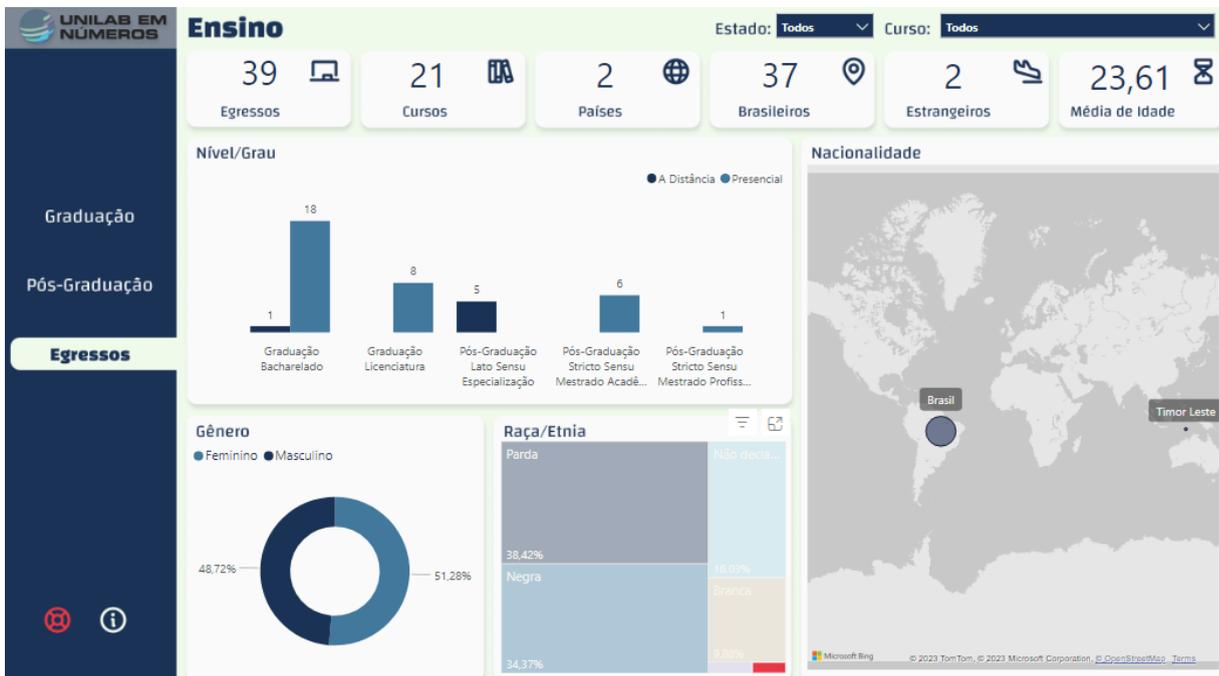


Figura 12- Dados da UNILAB referentes a indígenas egressos entre graduação e pós-graduação em 2023. Fonte- Site UNILAB em números em 2023.

Para nós indígenas, nos é solicitado: A Certidão de Nascimento Indígena, a Declaração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e a Declaração de três lideranças da Comunidade pertencemos. Esses são os principais documentos pela instituição que comprovam e dão a legalidade de nosso pertencimento étnico para que possamos ser inseridos

na UNILAB e nos possibilita receber algum auxílio que seja específico para estudantes indígenas.

3.3 A conquista do Concurso específico para professores indígenas do estado do Ceará.

O concurso, anunciado oficialmente em 2023 pelo Governador Elmano de Freitas na Assembleia dos povos indígenas, para professores indígenas do estado do Ceará é uma iniciativa do governo estadual para valorizar a cultura e o conhecimento de nossas comunidades indígenas locais, bem como para garantir uma educação de qualidade voltada às suas especificidades culturais e linguísticas.

Sendo o primeiro concurso indígena de nosso estado, seu objetivo busca selecionar profissionais capacitados e comprometidos com a educação em nossas comunidades, promovendo uma abordagem pedagógica inclusiva, que respeite e valorize as tradições, línguas e saberes dessas populações.



Figura 13- Registro da assinatura do concurso público para professores indígenas do estado do Ceará, sendo assinado pelo Governador Elmano de Freitas na Assembleia do Povos Indígenas em julho de 2023.

<https://www.ceara.gov.br/2023/07/20/inedito-concurso-do-governo-do-ceara-seleciona-professores-indigenas-para-escolas-de-14-etnias/>

Para participar do processo seletivo, foram estabelecidas regras específicas e com isso os candidatos precisam atender a requisitos, como serem membros de comunidades indígenas reconhecidas, possuir a formação adequada para o magistério ou áreas afins, nesse caso entra

a grande importância do acesso ao ambiente universitário, e demonstrar conhecimento sobre a cultura e a língua do povo a que pertencem.

As etapas do concurso incluem provas teóricas, práticas e de conhecimentos específicos, além de avaliações sobre o domínio da língua indígena e a capacidade de ensiná-la. A banca examinadora é composta por especialistas em educação intercultural e representantes das comunidades indígenas, garantindo uma avaliação justa e coerente com a proposta inclusiva do concurso.

Os aprovados são nomeados como professores indígenas e designados para atuar nas 39 escolas estaduais, de 14 etnias com 200 vagas disponibilizadas e cadastro de reserva, onde terão a missão de contribuir para o desenvolvimento educacional, social e cultural de nossas comunidades. Além disso, os selecionados serão incentivados a trabalhar em conjunto com os nossos anciãos e lideranças locais, para fortalecer nossa identidade e a autonomia de nossas comunidades, e assim, criar um ambiente educacional significativo e enriquecedor para nossos curumins.

É notório que uma conquista como essa ficará marcada na história do nosso estado e de nosso povo. Ficando evidente que a escolha governamental também é importante e influência em nossa existência e resistência. O concurso para professores indígenas do Ceará é uma importante iniciativa que reconhece a importância da valorização da diversidade cultural e a necessidade de uma educação inclusiva e respeitosa com os povos originários. Através desse concurso, o estado reafirma o seu compromisso em promover uma educação que respeite e celebre as diferenças.

3.4 Covid-19, um dos principais desafios para os estudos de indígenas na UNILAB.

Tendo como base a área da aldeia indígena Tapeba do Trilho, localizada em Capuan-Caucaia, e das vivências na reserva Taba dos Anacé-Garrote, assim como pelos relatos de outros parentes, o ensino remoto trouxe consigo muitas dificuldades para aqueles que necessitavam de internet para dar continuidade aos estudos. Nossas áreas, em sua maioria, ainda são de difíceis acessos, e as que têm essa cobertura, ainda não estão na qualidade ideal.

Não é raro ouvir de um parente que não conseguiu enviar um trabalho ou e-mail no momento certo, por estar sem conexão no momento. Logo, entende-se que as dificuldades foram grandes, mas que muitos de nós, contamos com a compreensão de nossos professores e orientadores nesses casos específicos.

A covid-19, nos proporcionou conhecer uma realidade que já era vivenciada por muitos de nós, o isolamento. Por anos, nos isolamos por ameaças a nossa integridade física, pois se hoje o preconceito ainda resiste em nosso meio, a anos atrás esses casos eram mais intensos. Mas, dessa vez, nosso isolamento foi para uma causa de saúde social e para o bem-estar de nossas comunidades e de toda sociedade, nos possibilitando também, dedicar momentos para as leituras propostas e as aulas remotas.

Infelizmente conheço amigos que desistiram da graduação na UNILAB, assim como de cursos da especialização de Ensino a Distância-EAD, que não conseguiram cumprir os prazos necessários de trabalhos, atividades e provas, pois além da dificuldade de internet e equipamentos eletrônicos, surgia também o fator psicológico do medo da doença covid, ou de luto por familiares, que acabou desestruturando o foco da Universidade.

Mas, assim como existiram casos de desistência, também é evidente que existem estudantes indígenas que conseguiram a tão sonhada conclusão dos estudos universitários na UNILAB. Fui apresentado a alguns parentes que concluíram a especialização interdisciplinar em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, assim como ao primeiro indígena a concluir o Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Suzenilson do Povo Kanindé, que como já ressaltado é uma das pessoas que inspiram nosso movimento a continuar a caminhada e lutar por nossos direitos e cadeiras na Universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando ingressei no mestrado em Humanidades da UNILAB, estava ciente que os desafios seriam grandes, mas tinha a convicção de que de alguma forma poderia contribuir com meu povo Tapeba e com a história de meus parentes, principalmente em memória a minha avó, dona Cota, uma das primeiras lideranças do Estado do Ceará. Tenho convicção de que o movimento indígena precisa avançar muito, mas que após as análises dos dados apresentados, os avanços são notórios, comparados com o início dessa história em nosso estado.

Defender uma dissertação que contemple a trajetória de um povo tão importante, não somente para o Ceará, mas para todo o Brasil é algo marcante. Espero que cada palavra registrada nesse documento sirva de orientação, referência e objeto de pesquisa para outros admiradores da cultura indígena, seja sobre nossa Terra, nossa educação, nossa saúde e tantas outras experiências que temos a compartilhar.

O retrocesso, a escassez, a fome, o preconceito, a desapropriação e a morte estão sendo combatidos, mediante o espaço que estamos conquistando a nível Estadual e Federal, com a liderança de governos que em suas pautas apresentam falas concretas em apoio aos povos originários do Brasil. Isso torna-se perceptível com a chegada da primeira Secretaria dos Povos Indígenas ao Estado do Ceará, outros cargos relevantes também sendo criados a nível Federal, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas e da primeira vez que a Fundação Nacional do Índio-FUNAI, sendo liderada com a presença de uma indígena.

Além dos citados acima, também gostaria de deixar registrado a relevância das lideranças indígenas para estarmos ocupando esses espaços. A cada indígena na universidade, cursando uma graduação, especialização, mestrado ou doutorado, a cada território retomado, possibilitando uma moradia digna para todas as etnias, a cada escola levantada ou reformada com professores da própria comunidade, ensinando com capacitação para isso e a cada posto de saúde com médicos, enfermeiros e assistentes sociais da própria aldeia, a sensação de que tudo está valendo a pena vai surgindo. O acesso, a permanência e a conclusão de nossas pesquisas nas universidades públicas, devem ser compreendidas como conquistas políticas que podem possibilitar um maior acesso dos povos indígenas aos postos de trabalho, ao direito de permanência na terra, a vida digna na conquista de nossos direitos como povos originários. Muitos de nossos ancestrais e troncos velhos sempre serão lembrados por toda essa trajetória.

Vale ressaltar também que, cada relato, cada entrevista leva a realidade de indígenas e suas vivências, seja no espaço acadêmico ou no dia a dia na aldeia. Essa pesquisa me trouxe essa experiência de relatos do chão da comunidade que contribuem firmemente como fontes de pesquisa para evidenciar que a luta indígena no estado do Ceará permanece viva e que a cada desafio seja por terra, reconhecida ou não como nossa ainda, ou seja por direitos básicos, nossa força só aumenta. O ambiente universitário também é nosso! Diga ao povo que avance! Avançaremos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBEERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: 2005.

ALMEIDA, A. M. . **Educação indígena no Brasil**: desafios e perspectivas. *Tempo social*, v.22, n.2, p. 7-22 2010.

AMARAL, Wagner R. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná**: sujeitos e pertencimentos. 2010. 594f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/23999/Tese%20Wagner%20R.%20Amaral.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04. mar. 2023.

AMARAL, Wagner Roberto Do; Baibich-Faria, Tânia M. **A presença dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná**: trajetórias e pertencimentos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Impresso)*, v. 93, p. 818-835, 2012.

BARBOSA, J. M. A. ; MEZACASA, R. ; FAGUNDES, M. G. B. A oralidade como fonte para a escrita das Histórias Indígenas. *Tellus*, v. 18, n.37, p. 121-145, 2018. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/558>. Acesso em: 04. out. 2023.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; KURROSCHI, Andreia Rosa da Silva. Estudantes Indígenas no Ensino Superior: programa de acesso e permanência na UFRGS. **Políticas Educativas**, v. 6, n.2, p. 02-20, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/45654/28834>. Acesso em: 04. mar. 2023.

BONIN, Iara Tatiana. **A organização do trabalho pedagógico da escola Kambeba**: quando a cultura alicerça o fazer pedagógico. Brasília: UCB-DF, 2000.

BRASIL. (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05. ago. 2023.

BRASIL. **Lei N° 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011_2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 05. abr. 2023.

CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade etnográfica**. In: *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CRESWELL, J. W. (2013). **Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Sage Publications.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Por uma história indígena e do indigenismo**. In: *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DAL BÓ, Talita Lazarin. **A presença de estudantes indígenas na universidade:** entre ações afirmativas e composições de modos de conhecer. 2018. 250f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-25102018-105344/pt-br.php>. Acesso em: 05. Fev. 2023.

DURHAM, Eunice R. Desigualdades educacionais e cotas para negros nas universidades. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n.66, p.3-22, jul.2003.

FRAGOZO, J. P. Educação e colonização: a escola como instrumento de opressão dos índios no Brasil. **Educação e Realidade**, v.27, n.2, p. 57-73, 2002.

FRANCO, Roberto Kennedy Gomes. A consciência étnica do trabalho docente indígena no Ceará (1988-2018). **Revista Labor**, v. 1, n. 23, p. 131-152, 29 jun. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/53151>. Acesso em: 22. jan. 2023.

FREITAS, Edinaldo Bezerra de. Fala de índio, história do Brasil: o desafio da etno-história indígena. **História Oral**, São Paulo, n. 7, p. 181-97, jun. 2004. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/110>. Acesso em: 07. fev. 2023.

MAGALHÃES, Justino; ESCOLANO, Agustín. **Os Professores na História**. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação/ Sociedad Española de Historia de la Educación, 1999.

MANZINI, E. J. **Entrevista semi-estruturada:** análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2. A pesquisa qualitativa em debate, Bauru, 2004. **Anais...**, Bauru: SIPEQ, 2004. 1 CD.

MELÍR, Bartomeu. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Loyola, 1979.

MORAIS, Luana Garcia de; AQUINO NETO, Rodrigo. GARCIA, Juliane Ferreira. Ética e moral: Diversidade étnico-racial no âmbito universitário. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, ed. 06, v. 10, pp. 28-38. Junho de 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/ambito-universitario>.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa social:** introdução as suas técnicas. São Paulo: Ed. Nacional, 1968. p. 111-119.

OKAMOTO, Leandro; ANTUNES, Marta; DAMASCO, Fernando. **Povos indígenas nas estatísticas oficiais:** identificação étnica, recomendações internacionais e a experiência brasileira. In SIMÕES, André; ATHIAS, Leonardo; BOTELHO, Luanda (orgs.) Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. 352 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101562.pdf>. Acesso em: 01. ago. 2023.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. **A História Indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul**. In: *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 178-218, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

ORLANDI, E. (2008). **Língua e educação escolar indígena**: desafios e perspectivas.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Org.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz; Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2005. 192 p. (Coleção saúde dos povos indígenas). Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/qdgqt/pdf/pagliaro-9788575412541.pdf>. Acesso em: jan. 2023.

PALITOT, E. M.. Introdução. In: Estêvão Martins Palitot. (Org.). **Na Mata do sabiá**: contribuições sobre a presença indígena no Ceará.. 1ed.Fortaleza: SECULT/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009, v. , p. 19-42.

PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (Org.). **Características étnico-raciais da população**: classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 206 p. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 2). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: agosto. 2023.

REA, L. M.; PARKER, R. A. **Desenvolvendo perguntas para pesquisas**. Tradução Nivaldo Montigelli Jr. Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 57-75.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e vida social**: Programa de formação de professores em exercício. Módulo I. Unidade 6. Identidade, Sociedade e Cultura. 4. ed. Brasília: MEC/FUNDESCOLA, 2002, p. 53-73.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes; SILVA, Giovani José da. **História Indígena, antropologia e fontes orais**: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente. História Oral, v.13,n.12010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987

WONG, L. L. R. Tendências da fecundidade dos povos indígenas nos censos demográficos brasileiros de 1991 a 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, v. 33, n. 2, p. 399-421, maio/ago. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982016000200399&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 09. ago. 2023.

ANEXOS

ENTREVISTAS

WhatsApp Audio 2022-12-11 at 18.35.15.mp4

1º MOMENTO DE ENTREVISTA EM 29 DE JULHO DE 2022.

CLEBER TAPEBA.

- [00:00:01] Gabriel Tapeba Pronto, boa tarde Cleber.
- [00:00:03] Gabriel Tapeba Queria saber se você me autoriza a realizar essa gravação para o nosso mestrado aqui em humanidades.
- [00:00:08] Cleber Tapeba Sim.
- [00:00:09] Gabriel Tapeba Sim, né?
- [00:00:09] Gabriel Tapeba Então Cleber, vamos lá.
- [00:00:11] Gabriel Tapeba Uma conversa bem tranquila, certo?
- [00:00:13] Gabriel Tapeba A respeito de como é que foi, ou como é que está sendo teu processo de...
- [00:00:18] Gabriel Tapeba Como começou, né?
- [00:00:19] Gabriel Tapeba A questão da tua graduação intercultural, como é o Cleber no movimento.
- [00:00:24] Gabriel Tapeba Queria saber de ti como é que está sendo.
- [00:00:29] Cleber Tapeba O magistério, a gente tinha determinadas situações de formação para professores.
- [00:00:36] Cleber Tapeba É interessante que a gente faça uma retrospectiva antes da licenciatura, né? Nós tivemos um magistério intercultural formado pelos três povos da
- [00:00:40] Cleber Tapeba Nós tivemos um magistério intercultural formado pelos três povos da região metropolitana.
- [00:00:46] Cleber Tapeba O povo Tapeba, Pitaguari e Canidé.
- [00:00:49] Cleber Tapeba O gene Papo e Canidé, o pessoal de Aquiraz.
- [00:00:53] Cleber Tapeba Esse magistério, inicialmente, era um curso de extensão dentro da UFC.
- [00:00:58] Cleber Tapeba E aí a gente percebeu que esse curso de extensão não seria um, assim, ah...
- [00:01:03] Gabriel Tapeba Indiferencial, né?
- [00:01:05] Cleber Tapeba Uma coisa que vai contribuir para a graduação ou para a formação de professor.
- [00:01:11] Cleber Tapeba E aí a gente pensou, buscou várias outras fontes e naquele instante a gente não conseguiu fazer com que fosse um curso de graduação.
- [00:01:20] Cleber Tapeba O que a gente conseguiu?
- [00:01:21] Cleber Tapeba Que fosse um curso de nível médio.
- [00:01:24] Cleber Tapeba Então a gente pensou em fazer um curso de nível médio voltado especificamente para a comunidade indígena.
- [00:01:31] Cleber Tapeba Deu uma reviravolta grande, a gente tinha um grande apoio no MEC, diferente de hoje, né?
- [00:01:37] Cleber Tapeba A gente já pode fazer esse contraponto do que foi lá e o que estamos tendo hoje.
- [00:01:41] Cleber Tapeba A gente tinha no MEC um assessor indígena, a gente, depois, com o desenrolar do curso, durante o desenvolvimento do curso, o próprio gestor do MEC era uma pessoa muito próxima aos indígenas, então ele era um indigenista.
- [00:02:00] Cleber Tapeba Na verdade, durante o período em que a gente fazia o magistério, então, era como se a gente tivesse, assim, um check-in branco.

[00:02:06] Cleber Tapeba Pode-se dizer assim, né?

[00:02:07] Cleber Tapeba Para a gente poder agir dentro das escolas.

[00:02:11] Cleber Tapeba Só que nesse período também, para a nossa tristeza, a grande maioria das escolas indígenas desses três povos da região metropolitana que faziam o curso, Tapéba, em Calcaia, Pitaguari, em Maracanaú e Ipacatuba, e Genipapo Canidé, em Aquiraz, não tinham suas escolas reconhecidas.

[00:02:29] Cleber Tapeba Então elas não emitiam certificado de alunos.

[00:02:32] Cleber Tapeba Qual era o nosso pensamento?

[00:02:33] Cleber Tapeba Por que o certificado?

[00:02:36] Cleber Tapeba As escolas sempre tiveram um ato de criação de nível fundamental e médio.

[00:02:41] Cleber Tapeba Então, se essas escolas fossem reconhecidas, qualquer escola poderia emitir o certificado desses alunos.

[00:02:48] Cleber Tapeba Se não me engano, nós éramos 60 professores.

[00:02:51] Cleber Tapeba Desses 60, ao longo do tempo, se formaram 45.

[00:02:55] Cleber Tapeba Então, desses 45, a gente ficou nessa batalha de saber quem era que ia formar a gente.

[00:03:01] Cleber Tapeba Começamos do nada, Gabriel, esse magistério que a gente chamava de Magistério Indígena, Pitaguari, Tapéba e Genipapo Canidé.

[00:03:10] Cleber Tapeba A gente fazia com que ele acontecesse com o próprio recurso.

[00:03:15] Cleber Tapeba Ia na prefeitura, pedia na secretaria de educação dessas três municípios, ia na FUNAI, tinha uma abertura com o pessoal da FUNAI.

[00:03:23] Cleber Tapeba E aí, depois, a gente conseguiu que a SEDUC bancasse todo o projeto.

[00:03:29] Cleber Tapeba Só que, como ele já tinha rolado mais de 50% dessa forma, aí ficou, durou-se, cara, perdurou aí cerca de 14 anos para a gente receber essa titularização.

[00:03:41] Cleber Tapeba Mas o pensamento era, era uma graduação.

[00:03:44] Cleber Tapeba Então, nós conseguimos fazer, concluir esse magistério, mas era apenas uma outra formação em nível médio.

[00:03:52] Cleber Tapeba Eu sou formado em nível médio normal na Escola José Alexandre e tenho essa, recebi no ano 2020, se não me engano, em julho de 2020, o outro título e aí saiu um título como se fosse o terceiro quarto pedagógico.

[00:04:08] Cleber Tapeba Uma coisa que já foi abolida muitos, muitos tempos atrás, mas a gente saiu como se fosse o terceiro quarto pedagógico, ou o normal, como se dizia antigamente, o ensino médio normal.

[00:04:19] Cleber Tapeba Então, eu sou o pedagogo, habilitado pela SEDUC, depois da gente em indas e vindas, mas o que a gente queria mesmo era uma graduação específica.

[00:04:30] Cleber Tapeba Muitos dos meus amigos acabaram fazendo uma pedagogia, uma licenciatura em letras, outros em matemáticas, alguns em físicas.

[00:04:40] Cleber Tapeba Teve o caso do Chiquinho e da Graciana, que conseguiram fazer o vestibular lá na Unemad, na Universidade de Mato Grosso, que é uma universidade específica para indígenas.

[00:04:51] Cleber Tapeba Então, eles foram, assim, os dois aqui no Estado do Ceará, os dois primeiros a conseguir esse título em uma universidade específica para indígenas, mas no Estado do Ceará não tinha nenhum curso e nenhum professor habilitado para isso.

[00:05:06] Cleber Tapeba Então, a gente ficou nessa expectativa.

[00:05:10] Cleber Tapeba Vale-se ressaltar que um professor que meteu as caras dentro da universidade e acabou fazendo com que isso acontecesse, o professor Babi Fonteles.

[00:05:20] Cleber Tapeba Eu acho super interessante, depois, por algum motivo, ele está aqui na universidade.

[00:05:25] Cleber Tapeba Se não me engano, na universidade de...

[00:05:28] Cleber Tapeba ou é de letras ou é da educação.

[00:05:30] Cleber Tapeba Eu sei que é aqui pelo Benfica.

[00:05:33] Cleber Tapeba Foi ele que começou junto com os tremembés, conseguiu com que a universidade aprovasse o curso específico para professores indígenas tremembés e a gente conseguiu fazer com que esse curso também viesse aí para as etnias da região metropolitana.

[00:05:50] Cleber Tapeba Só que das três, que eram Tapéba, Pitaguarí, Ginepapo e Canidé, entraram mais duas, Anacé e Canidé de Aratuba.

[00:05:59] Cleber Tapeba Então, juntando assim, a gente tinha 80 professores fazendo essa licenciatura.

[00:06:05] Cleber Tapeba Inicialmente, ela era chamada de MISE Pitacajá, que era Magistério Intercultural Superior Indígena.

[00:06:14] Cleber Tapeba Mas aí, esse nome não soava muito bem e aí a gente, ao longo do tempo, acabou tendo desentendimento com o coordenador, Babi Fonteles, e acabou mudando e também mudando o nome para Licenciatura Intercultural Indígena.

[00:06:27] Cleber Tapeba Achamos, por bem, as pessoas que estavam fazendo o curso, discutindo junto com a coordenação, que era uma licenciatura e não um Magistério Intercultural.

[00:06:37] Cleber Tapeba Então, o nome ficava bem mais específico junto a uma graduação.

[00:06:41] Cleber Tapeba Era um título que a gente buscava, né?

[00:06:43] Cleber Tapeba Então, aí, daí então, em 2010, começou essa primeira turma aqui.

[00:06:49] Cleber Tapeba Cara, entre idas e vindas, a gente foi se formar no 2016.1.

[00:06:55] Cleber Tapeba Falta recurso.

[00:06:57] Cleber Tapeba Aí, o pessoal do MEC começa a mudar.

[00:07:01] Cleber Tapeba Aí, cai ProLind, e não sei mais o que.

[00:07:05] Cleber Tapeba Os recursos de licenciatura começam a minguar.

[00:07:09] Cleber Tapeba E olha que nem era esse governo que está presente aí hoje, né?

[00:07:12] Cleber Tapeba Então, já começava esse desmonte lá atrás e aí a gente começou a sofrer com isso.

[00:07:19] Cleber Tapeba Conseguimos formar, nos 80, a gente conseguiu formar 75.

[00:07:25] Cleber Tapeba Cinco acabaram ou pedindo para desistir, ou trancando, ou até mesmo mudando.

[00:07:30] Cleber Tapeba Teve uma, a Nassek, que foi a Maria Délia, que acabou tendo, por consequências particulares dela, mudando de estado e não conseguiu concluir a graduação dela.

[00:07:43] Cleber Tapeba E aí a gente conseguiu fazer com que a gente tivesse esse momento muito bonito na concha acústica da universidade, sendo a segunda turma, porque a primeira foi os Tremembex que iniciaram antes da gente.

[00:07:58] Cleber Tapeba E a gente, a primeira turma a se formar na Universidade Federal, aqui de Fortaleza, mas sendo a segunda turma intercultural do estado do Ceará, porque a primeira foi o Tremembe..

[00:08:08] Cleber Tapeba Dentro do movimento, foram duas perguntas, né?

[00:08:11] Cleber Tapeba Só?

[00:08:12] Cleber Tapeba Uma foi entre como foi a formação.

[00:08:14] Gabriel Tapeba Sim, como é que foram essas aulas aí?

[00:08:16] Cleber Tapeba Dentro do movimento, cara, eu sempre tive essa posição ativa, dentro muito participando, sempre me mostrando, sempre estando presente nas lutas e manifestações culturais, que a gente podia estar presente.

[00:08:33] Cleber Tapeba Então, assim, o nome Kleber Tapeba, ele é muito ouvido e falado por aí, mas também como jovem, como uma pessoa que estava ali dentro de um espaço que, como eu vou te dizer, de disputa de identidade comigo mesmo, não com o próximo, mas comigo mesmo.

[00:08:56] Cleber Tapeba Então, eu vinha de uma formação em que eu não era indígena, até eu começar a cursar o ensino médio, que tem o contato com essa situação dentro do Zé Alexandre, com o próprio Weybe.

[00:09:09] Cleber Tapeba Então, a gente começou a ter uma parceria ali de colegas de sala.

[00:09:15] Gabriel Tapeba Vocês estudaram, né?

[00:09:15] Gabriel Tapeba No mesmo período.

[00:09:17] Cleber Tapeba Sim, estudamos junto, no mesmo período no Zé Alexandre, e a gente começa a conversar, a gente começa a ir junto, e aí a gente começa, e isso, fica esse conflito interno dentro de mim.

[00:09:26] Cleber Tapeba Cara, e agora?

[00:09:28] Cleber Tapeba Sou índio, não sou índio, eu sou só uma pessoa aí, mundana, então, alguns momentos eu acabei vacilando mesmo com relação a isso.

[00:09:39] Cleber Tapeba Eu saía, brincava, farriava, fazia besteiras que não condiziam com o papel de um professor que estivesse à frente, que a gente tem assim, o professor é uma coisa muito polida, né?

[00:09:51] Cleber Tapeba Professor não é gente, né?

[00:09:52] Cleber Tapeba Então, o professor não vai na praia, o professor não pode tomar um porre, o professor não pode isso, o professor não pode aquilo, então, o professor é um cara quase que um deus.

[00:10:02] Gabriel Tapeba Faz compras, né?

[00:10:03] Cleber Tapeba Não faz, não.

[00:10:04] Cleber Tapeba Acho que as compras a gente liga pro bluetooth e a compra aparece dentro da geladeira e das coisas dele, né?

[00:10:10] Cleber Tapeba Porque o cara, quando encontra a gente no supermercado, professor, o senhor tá aqui, e o cara tem coisa, né?

[00:10:17] Cleber Tapeba A gente come, a gente é gente.

[00:10:20] Cleber Tapeba Então, aí eu dei umas vaciladas e por conta dessas vaciladas também, e muito por aliança política partidária, eu não sei fazer política partidária, meu amigo.

[00:10:33] Cleber Tapeba Cara, se eu gostar de você e você for candidato, eu vou dizer meu voto é seu.

[00:10:38] Cleber Tapeba E acabou, se o resto pode se lascar, ali dentro.

[00:10:40] Cleber Tapeba Não, a gente tem um resto, ah, é uma coisa que...

[00:10:42] Cleber Tapeba Uma proposta, né?

[00:10:44] Cleber Tapeba Não, uma proposta.

[00:10:45] Cleber Tapeba Não, cara, o cara é meu amigo, cara.

[00:10:48] Cleber Tapeba Eu conheço, eu sei quem é, por que que eu não vou dar apoio, cara?

[00:10:52] Cleber Tapeba E tem gente que sabe fazer isso, né?

[00:10:54] Cleber Tapeba Tem gente que tem cinco, seis caras e chega um alguém pra você.

[00:10:58] Cleber Tapeba Não, cara, tá doido?

[00:10:59] Cleber Tapeba Eu tô contigo, tô fechado, chega outro.

[00:11:01] Cleber Tapeba Não, cara, eu tô fechado também.

[00:11:04] Cleber Tapeba Eu não, eu não, eu não sei.

[00:11:06] Cleber Tapeba Eu não sei fazer isso.

[00:11:07] Cleber Tapeba Eu acho que, eu não sei se seria uma característica ou uma fatalidade minha, mas eu não consigo.

[00:11:14] Cleber Tapeba Cara, se eu gosto de você, eu recebo na minha casa.

[00:11:18] Cleber Tapeba E você me pede uma ajuda, eu procuro lhe ajudar.

[00:11:20] Cleber Tapeba Se não dá, eu também digo, ah, Gabriel, cara, não deu.

[00:11:23] Cleber Tapeba Não dá não, vamos ver outra coisa aí, mas essa coisa aí não dá pra mim te ajudar não.

[00:11:27] Cleber Tapeba Mas eu não consigo ficar com duas caras.

[00:11:31] Cleber Tapeba Ah, não, dá um abraço aqui e depois...

[00:11:36] Cleber Tapeba cortar a pessoa por trás, não é muito do meu feitio.

[00:11:39] Cleber Tapeba Então, isso na política não é uma coisa legal, né?

[00:11:42] Cleber Tapeba Então, você tem que saber fazer isso.

[00:11:44] Cleber Tapeba Eu já digo que eu não sei.

[00:11:45] Cleber Tapeba Então, eu não sei fazer política, porque esse tipo de situação não dá pra mim.

[00:11:50] Cleber Tapeba Então, em 2008, 2007, durante as campanhas pra vereadores, eu não apoiei uma liderança política tapeba pra candidatura e daí então fui mal visto dentro das escolas e no ano seguinte não fui contratado.

[00:12:06] Cleber Tapeba Simples assim.

[00:12:07] Cleber Tapeba Não tive aviso, ninguém me comunicou.

[00:12:12] Cleber Tapeba Eu fiquei chateado?

[00:12:13] Cleber Tapeba Fiquei, porque cara, eu era solteiro, não tinha um tempo pra dar de comer, mas eu tinha minhas contas pra pagar.

[00:12:19] Cleber Tapeba E eu não achei interessante, se eu sou o seu superior e ano que vem eu não vou renovar seu contrato, Gabriel, pra ano que vem não vai dar pra gente renovar.

[00:12:28] Cleber Tapeba Não estaremos com o seu trabalho, né?

[00:12:29] Cleber Tapeba Busque outras formas aí pra você viver e pra mim não chegou essa notícia.

[00:12:35] Cleber Tapeba E até então eu fui lá, levei meu processo de contratação, tô contratado, não busquei outra escola, todas as escolas indígenas tapeba fecharam o quadro de lotação.

[00:12:47] Cleber Tapeba Claro, tem senhoras aqui, cara, tô contratado, tô fechada por lá, né?

[00:12:51] Cleber Tapeba Então, aí quando foi no dia do planejamento, eu tô lá, na sala pra fazer planejamento.

[00:12:59] Cleber Tapeba E aí um colega foi...

[00:13:02] Cleber Tapeba e a reunião não começava de planejamento, tinha aqueles olhares, né?

[00:13:06] Cleber Tapeba E eu digo, tá errado, né?

[00:13:07] Cleber Tapeba Só eu não sabia.

[00:13:09] Cleber Tapeba Aí quando um colega me chamou do lado assim, disse, cara, eu tenho que te dizer, você não tem contrato na escola.

[00:13:14] Cleber Tapeba Eu disse, cara, como assim?

[00:13:16] Cleber Tapeba Hoje estamos à véspera de iniciar o ano letivo.

[00:13:21] Cleber Tapeba E agora?

[00:13:22] Cleber Tapeba Não, não dá, não vai.

[00:13:24] Cleber Tapeba E aí tive que correr atrás.

[00:13:26] Cleber Tapeba Quem me socorreu nesse período foi Margarida Tapeba.

[00:13:30] Cleber Tapeba Margarida tava iniciando a minha vida matrimonial com a Lucilane, então ela me acolheu, me deu, se não me engano, naquele momento, 200 horas no laboratório da escola Conrado Teixeira, mas aí acabei me mudando pra morar em Pecém, como eu morava em Calcaia, e pra morar em Pecém aí ficou muito contra mão e eu acabei desistindo do contrato.

[00:13:57] Cleber Tapeba Agradei a ela no meio do ano, mas não dava pra dar continuidade e aí a gente acabou reincidindo.

[00:14:04] Cleber Tapeba Hoje o Kleber é uma pessoa casada com uma indígena Anacé, morando dentro da reserva Tábua dos Anacé, cursando mestrado em antropologia no programa de associação da Unilab com a UFC.

[00:14:20] Cleber Tapeba Eu já estou mestrando no segundo semestre.

[00:14:25] Cleber Tapeba É difícil esse negócio de mestrado, mas tô pensando, quando fui eu do lado de lá?

[00:14:30] Cleber Tapeba Ai Jesus, pois bem, e aí cara, tô hoje, já dei duas disciplinas na licenciatura intercultural Pitacajá II, a segunda turma já consegui dar etnomatemática.

[00:14:43] Gabriel Tapeba Inclusive depois eu te pergunto como é que foi esse processo.

[00:14:46] Cleber Tapeba Certo, etnomatemática e matemática I, se não me engano, esse era o nome da disciplina, e agora eu tô na disciplina do Coaba, que pega muito mais gente do interior, muito mais o pessoal do interior, que aí eu tô dando etnomatemática, ainda não finalizou.

[00:15:01] Gabriel Tapeba Hoje, 28 de julho, a gente tá ainda com a disciplina em aberto.

[00:15:06] Cleber Tapeba Tava até recebendo alguns áudios aí dos meninos que tão tentando fazer o trabalho de finalização da disciplina.

[00:15:12] Cleber Tapeba E a gente tenta colaborar aos troncos e barrancos.

[00:15:16] Cleber Tapeba A necessidade que eu percebo é a modificação desse quadro de polarização das escolas indígenas.

[00:15:29] Cleber Tapeba Muitas escolas indígenas estão fechadas em núcleos familiares.

[00:15:34] Cleber Tapeba Mas é verdade.

[00:15:35] Gabriel Tapeba Não, porque realmente eu concordo.

[00:15:37] Cleber Tapeba É, estão fechados em um núcleo familiar.

[00:15:40] Cleber Tapeba Aí, se tem algum problema, cara, não tem problema nenhum.

[00:15:43] Cleber Tapeba Se todo mundo tiver trabalhando pro bem comum da comunidade.

[00:15:47] Cleber Tapeba Não tem, eu não vejo nenhum problema nenhum.

[00:15:50] Cleber Tapeba Poderia contratar do avô ao bisneto.

[00:15:53] Cleber Tapeba Não tem problema nenhum.

[00:15:55] Cleber Tapeba Se todo mundo tiver fazendo um trabalho.

[00:15:57] Cleber Tapeba Mas o que eu percebo, e isso é uma visão minha, como indígena, vindo de fora hoje, é que as pessoas estão fazendo de algumas escolas indígenas, não todas, e ainda há essas exceções dentro das escolas tapebas, que eu participo mais, não sei de outros espaços, é que apenas é cabide de emprego.

[00:16:18] Cleber Tapeba É uma situação em que a pessoa está lá para ganhar o seu salário no final do mês.

[00:16:24] Cleber Tapeba Contribuir pedagogicamente não contribui.

[00:16:28] Cleber Tapeba E aí eu fico pensando, foi uma puxada que eu dei, assim, uma puxada de orelha junto com o pessoal que estava nessa disciplina, para eles poderem refletir.

[00:16:39] Cleber Tapeba Façam essa análise crítica para a gente mesmo, que serve para nós dois também, né, Gabriel?

[00:16:44] Cleber Tapeba Qual é a escola que eu, qual é o futuro que eu quero para esses meninos na aldeia?

[00:16:49] Gabriel Tapeba Com certeza.

[00:16:50] Cleber Tapeba Se eu não estou contribuindo positivamente para o desenvolvimento pedagógico dele, eu vou estar criando aí um curral eleitoral, que vai beneficiar uma determinada pessoa, e o que a gente vai poder fazer de modificação dentro da nossa comunidade indígena.

[00:17:10] Gabriel Tapeba Como é que o Kleber, diretor, ele consegue atuar nessa opinião?

[00:17:14] Cleber Tapeba Cara, é difícil.

[00:17:17] Cleber Tapeba O Kleber, diretor, trabalhando com isso, ele é bem machucado.

[00:17:24] Cleber Tapeba Porque isso não é uma coisa que a gente está vendo, assim, de bons olhos.

[00:17:30] Cleber Tapeba Ainda temos muito que a escola indígena é um local para empregar índio.

[00:17:35] Cleber Tapeba E o retorno.

[00:17:37] Cleber Tapeba O retorno de qualidade.

[00:17:39] Cleber Tapeba Eu não estou dizendo assim, ah, cara, mas vai botar outra pessoa de fora, vai botar os não índios para trabalhar?

[00:17:44] Cleber Tapeba Não, não é isso, cara.

[00:17:46] Cleber Tapeba A gente tem que ter uma escola indígena de qualidade.

[00:17:50] Cleber Tapeba Eu acho que quando você coloca a qualidade, dá para você fazer um trabalho maravilhoso.

[00:17:55] Cleber Tapeba Eu tento, como gestor, estar ali fazendo, lhe acompanhando, como professor.

[00:18:05] Cleber Tapeba Eu vou lá e digo, ó, cara, vamos melhorar isso aqui.

[00:18:09] Cleber Tapeba Conhecendo o Gabriel como um professor, Gabriel, eu sei que você pode mais. Vamos

[00:18:14] Cleber Tapeba pode mais. Vamos melhorar isso daqui.

[00:18:15] Cleber Tapeba Dá para dar uma incrementada.

[00:18:17] Cleber Tapeba Vamos fazer isso daqui.

[00:18:19] Cleber Tapeba Ah, mas vai dar trabalho.

[00:18:20] Cleber Tapeba Vai, cara.

[00:18:21] Cleber Tapeba Mas esse é o nosso papel.

[00:18:23] Cleber Tapeba É dar trabalho.

[00:18:24] Cleber Tapeba Esse é o nosso pulo do gato.

[00:18:27] Cleber Tapeba O que eu venho dizendo para a Israel, o que vai te fazer ser contratado depois, quando eu não estiver mais aqui.

[00:18:32] Gabriel Tapeba E não somente na educação indígena, né?

[00:18:34] Gabriel Tapeba Mas sim possibilitando para qualquer outra escola regular.

[00:18:38] Cleber Tapeba Quando você faz o seu trabalho bem feito, quando você faz aquilo e você demonstra que aquilo não é só por dinheiro, você faz, porque quer mudar a vida de alguém, você faz bem feito, cara.

[00:18:51] Cleber Tapeba E essa é a tentativa.

[00:18:53] Cleber Tapeba Eu tive agora a Semana do Índio, em abril, junto com o cacique, com a pajé Raimunda, na Semana Indígena da Escola da Ponte, e eu me comprometi com eles.

[00:19:05] Cleber Tapeba Olha, verbalmente, e que eu acho que isso conta muito, que a gente se comprometer com a palavra, que as pessoas não utilizam mais, né?

[00:19:14] Cleber Tapeba É de dizer que enquanto eu estiver na gestão da Escola da Ponte, o possível que eu posso fazer é que as lideranças daquela comunidade vão sair de dentro do espaço escolar.

[00:19:24] Cleber Tapeba Isso não é fácil.

[00:19:26] Cleber Tapeba Isso não é fácil.

[00:19:27] Cleber Tapeba Você construir pessoas pensantes não é uma coisa simples.

[00:19:31] Cleber Tapeba É você pensar fora da caixinha.

[00:19:33] Cleber Tapeba E isso, às vezes, incomoda.

[00:19:35] Cleber Tapeba Incomoda as pessoas que querem encapsular tudo.

[00:19:38] Cleber Tapeba Deixar tudo, não, deixa como tá, porque é mais fácil de fazer um domínio intelectual.

[00:19:44] Cleber Tapeba Então, isso é bem difícil.

[00:19:46] Cleber Tapeba Às vezes você leva uma rasteira aqui, leva uma escapadela por lá, mas você colocando o seu caminhãozinho na estrada certa, ele não sai não.

[00:19:59] Cleber Tapeba Ele corre os trilhos direitinho, vai no rumo, e eu tenho certeza que a gente vai conseguir.

[00:20:05] Gabriel Tapeba É, Cleber, tô gostando.

[00:20:07] Gabriel Tapeba Tô gostando, é uma linha de raciocínio que também eu concordo bastante com muitas coisas aí que tu tá falando.

[00:20:13] Gabriel Tapeba Mas assim, Cleber, deixa eu te perguntar.

[00:20:15] Gabriel Tapeba Fazendo aqui uma linha de raciocínio.

[00:20:18] Gabriel Tapeba Cleber é professor, não.

[00:20:20] Gabriel Tapeba Cleber é aluno da graduação, Cleber é professor, Cleber é diretor, Cleber é futuramente um mestre.

[00:20:26] Gabriel Tapeba Como foi essa evolução pra ti, essa migração toda, né, de tá sempre buscando essa evolução?

[00:20:33] Cleber Tapeba Gabriel, eu tava até, porque hoje, falando, a gente tava no magistério, três colegas meus estavam ontem na aula junto comigo, né.

[00:20:44] Cleber Tapeba E aí, eles ficavam me tratando, ah, professor Cleber, professor Cleber.

[00:20:48] Cleber Tapeba Eu disse, cara, que professor.

[00:20:50] Cleber Tapeba Eu sou o mesmo cara que sentava no banco do ônibus pra ir com vocês pro magistério indígena.

[00:20:56] Cleber Tapeba Eu não mudei, as pessoas veem assim, às vezes, a pessoa, agora ele é mestre, é o bichão.

[00:21:03] Cleber Tapeba Não, eu procuro continuar sendo essa mesma pessoa.

[00:21:07] Cleber Tapeba Receber os amigos, receber as pessoas que gostam de tá próximo a gente.

[00:21:12] Cleber Tapeba Ter uma conversa, dialogar.

[00:21:15] Cleber Tapeba Eu tô tratando isso aqui mais como um diálogo franco, aberto, pra gente poder trocar ideias, pensar o futuro.

[00:21:22] Cleber Tapeba O que a gente pode fazer dentro dessas comunidades, o que a gente pode pensar pra essas escolas indígenas, o que que falta dentro dessas escolas indígenas.

[00:21:30] Cleber Tapeba E é isso que eu tô fazendo o tempo todo.

[00:21:32] Gabriel Tapebae Cleber Tapeba Essa autoreflexão é necessária, né. É. Quando eu chego dentro da reunião

[00:21:34] Cleber Tapeba É.

[00:21:34] Cleber Tapeba Quando eu chego dentro da reunião e eu recebo todas aquelas demandas engessadas que vêm das credes, seduque, você sabe como é que a gente precisa chegar no chão da escola e fazer com que aquilo flua, mas não de uma forma engessada, de uma forma mais tranquila, mais dinâmica.

[00:21:55] Cleber Tapeba Eu me coloco sempre no lugar deles.

[00:21:58] Cleber Tapeba Deles, professores, não num patamar acima, como gestor.

[00:22:02] Cleber Tapeba Eu começo a história dizendo só, eu vou aqui dizer pra vocês a situação que está chegando da crédito.

[00:22:09] Cleber Tapeba Não é uma situação minha, mas que a gente tem que cumprir.

[00:22:13] Cleber Tapeba São normas.

[00:22:14] Cleber Tapeba Embora sejamos escolas indígenas, começa, né.

[00:22:17] Cleber Tapeba Sempre há aquela, ah, mas que a gente é índio, a gente não sei o que.

[00:22:20] Cleber Tapeba Meu povo, a gente pode ser índio.

[00:22:22] Cleber Tapeba índio. Isso foi pensado pra regular, né, não foi pensado pra nosso indígena.

[00:22:25] Cleber Tapeba Mas é isso que eu tô dizendo pra eles, olha.

[00:22:29] Cleber Tapeba Nós somos indígenas dentro de um sistema que não sabe trabalhar com essa população.

[00:22:37] Cleber Tapeba Se nós não fizermos isso daqui e dizer pra eles, olha, a gente fez e não deu certo.

[00:22:45] Cleber Tapeba Vamos pensar diferente?

[00:22:47] Cleber Tapeba A gente ficar só dizendo, não vai dar certo, não vai dar certo. Com que

[00:22:49] Cleber Tapeba Com que provas é que eu chego lá e digo, olha, não vai dar certo?

[00:22:53] Cleber Tapeba Não vai dar certo.

[00:22:54] Cleber Tapeba Aí a pessoa vai olhar na minha cara e vai dizer, você tentou?

[00:22:58] Cleber Tapeba Um fato é, eu chego pra você com uma proposta diferente.

[00:23:01] Cleber Tapeba Gabriel, cava um buraco ali de baixo pra cima, tu vai me dizer, não vai dar certo.

[00:23:07] Cleber Tapeba Você tentou?

[00:23:11] Cleber Tapeba Tente primeiro.

[00:23:11] Cleber Tapeba Como é que você vai cavar?

[00:23:13] Cleber Tapeba De baixo pra cima.

[00:23:15] Cleber Tapeba Então, tem aí que haver uma tentativa.

[00:23:18] Cleber Tapeba Vai que o cara começa um buraco daqui pra lá e lá no canto que ele quer ele cava de baixo pra cima.

[00:23:23] Cleber Tapeba Tentou e conseguiu.

[00:23:25] Cleber Tapeba Estratégia.

[00:23:25] Cleber Tapeba Então ele vai ter que pensar os meios dele.

[00:23:27] Cleber Tapeba Se não der certo, o que que acontece muito com as formações que estão vindo da CREDE, da SEDUC, as provas externas?

[00:23:35] Cleber Tapeba Eu tenho batido demais junto com os gestores.

[00:23:38] Cleber Tapeba Cara, não dá certo, não foi pensado pras escolas indígenas.

[00:23:41] Cleber Tapeba Meu povo, qual é a língua que é tratada dentro da escola indígena?

[00:23:45] Cleber Tapeba A gente tem uma língua diferente?

[00:23:48] Cleber Tapeba Tem, mas infelizmente a gente ainda não consegue dominá-la pra tá falando entre pares.

[00:23:54] Cleber Tapeba É uma língua comum dentro da comunidade, então a gente fala o português.

[00:23:58] Cleber Tapeba Por que que essas provas externas não dão certo? Qual é a disciplina

[00:24:02] Cleber Tapeba Qual é a disciplina que vem pra gente tratar em associação de números?

[00:24:07] Cleber Tapeba É a matemática.

[00:24:10] Cleber Tapeba Na comunidade tem uma outra disciplina que faz sobre isso?

[00:24:13] Cleber Tapeba Não, é a mesma coisa.

[00:24:14] Cleber Tapeba Então por que que não dá certo?

[00:24:16] Cleber Tapeba Você tentou, mas acha melhor dizer.

[00:24:20] Cleber Tapeba Não, não foi pensada pra comunidade indígena.

[00:24:22] Cleber Tapeba Pois vamos lá.

[00:24:23] Cleber Tapeba vamos lá. Envolve todo um trabalho, envolve a formação do professor pra essa disciplina, envolve a adaptação dele com a turma.

[00:24:29] Cleber Tapeba Às vezes, Gabriel, é só... A

[00:24:31] Cleber Tapeba A forma de transmitir o conhecimento.

[00:24:32] Cleber Tapeba É nem isso, isso daí é uma coisa que a gente vê facilmente nas graduações.

[00:24:38] Cleber Tapeba Às vezes falta sabe o que?

[00:24:39] Cleber Tapeba O querer.

[00:24:40] Cleber Tapeba Também.

[00:24:42] Cleber Tapeba Uma simples situação.

[00:24:43] Cleber Tapeba Você quer?

[00:24:44] Cleber Tapeba Ou é mais fácil dizer que o sistema tá engessando a escola e que não deixa trabalhar e a gente não tá conseguindo?

[00:24:52] Cleber Tapeba Eu passei por isso.

[00:24:53] Cleber Tapeba Eu dei dois meses.

[00:24:54] Cleber Tapeba Façam.

[00:24:55] Cleber Tapeba Como é que a gente vai fazer?

[00:24:56] Cleber Tapeba Não sei, vocês são professores.

[00:24:57] Cleber Tapeba Façam.

[00:24:59] Cleber Tapeba E depois você...

[00:25:00] Cleber Tapeba E aí, conseguiram chegar no resultado?

[00:25:02] Cleber Tapeba Não, a gente não tem isso aqui.

[00:25:03] Cleber Tapeba Agora vamos tentar aqui dessas formas.

[00:25:05] Cleber Tapeba Agora eu vou começar a dar aqui os meios.

[00:25:08] Cleber Tapeba Vamos tentar assim, dessa forma, assim, assim.

[00:25:11] Cleber Tapeba Ah, mas assim é mais fácil.

[00:25:12] Cleber Tapeba Se eu chegasse com isso aqui e dissesse pra vocês que era fazer assim, vocês iam dizer o quê?

[00:25:15] Cleber Tapeba Eu estou engessando a escola indígena.

[00:25:18] Cleber Tapeba Não era isso?

[00:25:20] Cleber Tapeba Aí fica aquele silêncio.

[00:25:22] Cleber Tapeba Uma coisa é, pode chegar um negócio todo engessado, eu pegar ele e trabalhar o meu estilo dentro da sala de aula e ainda dar uma vivência da escola indígena e uma vivência do mundo lá fora.

[00:25:35] Cleber Tapeba Que esses alunos não vão ficar o tempo todo presos dentro da comunidade indígena, Gabriel.

[00:25:40] Cleber Tapeba O mundo lá fora é onde eles vão achar esse recurso.

[00:25:42] Cleber Tapeba Nós estamos hoje vivendo um momento que nós dependemos do capital.

[00:25:47] Cleber Tapeba Você pra estar aqui, você precisou comprar seu carro, você precisou comprar seu telefone pra gravar essa nossa conversa, esse nosso diálogo, você precisou ter gasolina, você precisou um monte de outras coisas que dependem do capital.

[00:26:01] Cleber Tapeba Comprar um bolo, né?

[00:26:02] Cleber Tapeba Comprar um bolo, eu ter café pra ele receber, ter a minha estrutura de casa, banco, cadeira.

[00:26:10] Cleber Tapeba Infelizmente, a gente não pode fazer isso por meio de trocas, de escambos.

[00:26:14] Cleber Tapeba A gente precisa de quê?

[00:26:15] Cleber Tapeba De capital.

[00:26:17] Cleber Tapeba E o capital a gente vai encontrar, não dá pra encontrar dentro das comunidades, tem que sair, tem que ir lá fora.

[00:26:22] Cleber Tapeba Se ele não tiver preparado pra isso também, ele vai viver o tempo todo dentro da comunidade indígena?

[00:26:29] Cleber Tapeba Não dá, infelizmente não dá.

[00:26:32] Cleber Tapeba Ali a gente vai encontrar, e aí volta pra aquela situação de novo.

[00:26:36] Cleber Tapeba A escola indígena sendo cabide de emprego pra um núcleo familiar.

[00:26:40] Cleber Tapeba Por quê?

[00:26:40] Cleber Tapeba Porque pensou que o aluno vai ficar o tempo todo ali, e ele não está preparado, de novo, pra dar uma ação pedagógica pra que eles saiam disso.

[00:26:50] Cleber Tapeba A escola tem que ser muito mais do que você pensar só no emprego.

[00:26:54] Cleber Tapeba Por que a gente não pode pensar essas escolas que estão funcionando em tempo integral?

[00:26:59] Cleber Tapeba Eu já vi aí, porra, mas dá pra fazer um trabalho massa, bacana, mas a galera não explora.

[00:27:06] Cleber Tapeba Se botasse, olha, que maravilha seria, se pegasse a escola indígena que está lá do lado, botasse esses alunos, vamos fazer aqui, separa aqui, sei lá, 200, 300 metros, vamos botar aqui um roçado.

[00:27:20] Cleber Tapeba Esses alunos vão plantar milho e feijão, isso no contraturno, né?

[00:27:25] Cleber Tapeba Planta milho e feijão.
 [00:27:26] Cleber Tapeba As eletivas aí, né?
 [00:27:27] Cleber Tapeba As eletivas, 40 dias, você pode aplicar biologia, matemática, ciências humanas.
 [00:27:34] Cleber Tapeba Eles vão ter milho pra vender, vão ter feijão verde pra vender, se deixar secar, tem feijão seco.
 [00:27:40] Cleber Tapeba No final do ano, aí vamos fazer uma farinhada.
 [00:27:43] Cleber Tapeba Cara, o quanto que não dá uma farinhada, você não...
 [00:27:46] Cleber Tapeba Quanto rico não seria uma atividade farinhada, dizendo, foi o aluno que plantou, foi o aluno que colheu, foi o aluno que foi lá na casa de farinha, aprendeu com alguém o ponto certo da farinha e tá aqui a farinha pra trazer de lucro, pra eles, sei lá, fazer aí dentro das eletivas.
 [00:28:05] Cleber Tapeba E eu estou falando isso em uma atividade.
 [00:28:08] Cleber Tapeba Quanto que poderia ser trabalhado? Os
 [00:28:10] Gabriel Tapeba Os artesanatos, né?
 [00:28:11] Cleber Tapeba Diversas coisas.
 [00:28:12] Cleber Tapeba Enfim, em várias, né?
 [00:28:16] Cleber Tapeba Hoje em dia, é um pensamento que eu estava pensando esses dias.
 [00:28:20] Cleber Tapeba Nossos artesãos, né, temos poucos aí, e não se dá uma continuidade, não se vê cursos, não sei.
 [00:28:25] Cleber Tapeba Uma atividade que ontem eu estava falando com os meninos, que eu fazia com a minha avó, Gabriel, que era a retirada do tucum, do olho da palha.
 [00:28:33] Cleber Tapeba A vóvó cortava assim, no dedo, e tirava, não se cortava, né, tirava o tucum e cortava no dedo.
 [00:28:38] Cleber Tapeba Menino, eu fui fazer isso lá, cortei as palhas tudinho, não acertei o ponto de tirar o tucum.
 [00:28:43] Cleber Tapeba E era uma coisa que eu fazia, comumente.
 [00:28:46] Cleber Tapeba Quem é que hoje tira, corta o olho de palha para fazer tirando o tucum?
 [00:28:50] Cleber Tapeba Fazer a corda.
 [00:28:52] Cleber Tapeba Quanto que a gente puder fazer isso dentro das escolas, cara? O que é que está
 [00:28:55] Cleber Tapeba cara? O que é que está faltando?
 [00:28:57] Cleber Tapeba Eu não vou nem dizer, não sei mais nem o que é que está faltando.
 [00:29:00] Cleber Tapeba Porque está na cara.
 [00:29:02] Cleber Tapeba São atividades simples.
 [00:29:04] Cleber Tapeba A escola, Jenipapo Kanindé.

WhatsApp Audio 2022-12-12 at 14.18.04.mp4

2º MOMENTO DE ENTREVISTA EM 29 DE JULHO DE 2022.

CLEBER TAPEBA.

[00:00:00] Gabriel Tapeba Que geralmente é vezes dois, vezes três das vagas.
 [00:00:03] Cleber Tapeba Eu acredito que a gente dava até aí uns 500 professores que possam ser chamados, porque geralmente leva esse número lá para cima.
 [00:00:11] Cleber Tapeba E vai dar bom, eu acredito que vai dar bom.
 [00:00:15] Cleber Tapeba Até 2024, se for criado, eu já disse para os meninos, não deixem de solicitar o cadastro de reserva.

[00:00:22] Cleber Tapeba Não deixem, porque isso garante que pelo menos a gente...

[00:00:26] Cleber Tapeba Vamos dizer aí que na pior das hipóteses, ela bote mais 100 de cadastro de reserva.

[00:00:34] Cleber Tapeba Já são 300, cara.

[00:00:36] Cleber Tapeba Eu nem coloquei vezes dois, vezes três.

[00:00:38] Cleber Tapeba Eu coloquei assim, vamos dizer que na pior das hipóteses ela garanta mais 100.

[00:00:43] Cleber Tapeba Então a gente já tem aí 300 professores garantidos com um concurso público na mão.

[00:00:52] Gabriel Tapeba E aí, Cleber, para finalizar, é só uma pergunta.

[00:00:54] Gabriel Tapeba O que o movimento indígena vai ganhar com o Cleber Mestre?

[00:00:58] Gabriel Tapeba Cleber futuramente Mestre, já está ganhando...

[00:01:00] Gabriel Tapeba Eu sei que já tem aí seus frutos da graduação, que possibilitou você ser diretor, atuante de professor do Fundamental 2, Fundamental 2 Médio já passou.

[00:01:12] Gabriel Tapeba Mas o Cleber Mestre, como é que vai ser formado aí com o seu mestrado?

[00:01:18] Gabriel Tapeba O que o movimento indígena tem a ganhar com o Cleber Mestre?

[00:01:21] Cleber Tapeba É uma pergunta que eu não tinha parado para pensar ainda nela.

[00:01:24] Cleber Tapeba Sabia, Gabriel?

[00:01:26] Gabriel Tapeba Mas assim, deixa eu dizer minha opinião como tendo.

[00:01:30] Gabriel Tapeba Eu acho que nem concluir já é um exemplo.

[00:01:32] Gabriel Tapeba Imagina quando concluir.

[00:01:33] Cleber Tapeba Que isso!

[00:01:35] Cleber Tapeba Nem tanto, nem tanto.

[00:01:37] Gabriel Tapeba Que só você passar, vira referência para as outras pessoas.

[00:01:40] Gabriel Tapeba Legal que assim que você passa no mestrado, as pessoas já lhe consideram mestre.

[00:01:45] Cleber Tapeba Não, tem mestrado.

[00:01:47] Gabriel Tapeba Não sei ainda, você ainda nem concluiu.

[00:01:50] Gabriel Tapeba Mas como seria mais ou menos esse pensamento aí?

[00:01:52] Cleber Tapeba Cara, eu acredito que é o que eu estava...

[00:01:56] Cleber Tapeba Não pensei nisso para o movimento indígena.

[00:01:58] Cleber Tapeba Eu pensei para mim mesmo, sabe?

[00:02:00] Cleber Tapeba Uma relação pessoal.

[00:02:02] Cleber Tapeba É, uma relação pessoal. Eu estava uma relação pessoal. Eu estava conversando isso com o professor e disse, futuramente a gente vai estar dialogando de pé de igualdade.

[00:02:12] Cleber Tapeba Não é um diálogo com alguém que é doutor, olhando de cima para alguém que está mestrando.

[00:02:19] Cleber Tapeba Aí ele olhou para o mestre Cléber e disse, mas eu não te olho de cima.

[00:02:22] Cleber Tapeba Aí eu disse, não cara, você não.

[00:02:25] Cleber Tapeba Mas é isso que eu quero.

[00:02:26] Cleber Tapeba Eu não quero que as pessoas me olhem de cima e já dizendo assim, foi que veio esse cara com uma graduação indígena querer dar aula aqui dentro da universidade.

[00:02:36] Cleber Tapeba Então são esses os espaços.

[00:02:40] Cleber Tapeba E eu acho que não é a escola indígena que eu quero para o meu futuro.

[00:02:46] Cleber Tapeba Apesar de não desdenhar dela, não desfazer de onde eu estou trabalhando.

[00:02:50] Cleber Tapeba Adoro por demais.

[00:02:52] Cleber Tapeba Gosto, faço porque gosto.

[00:02:55] Cleber Tapeba Mas eu me vejo além disso.

[00:02:58] Cleber Tapeba É isso que eu busco.

[00:02:59] Cleber Tapeba Eu busco estar além, não ficar nesse mundinho fechado.

[00:03:03] Cleber Tapeba Conformismo.

[00:03:04] Cleber Tapeba Eu não me conformo.

[00:03:06] Cleber Tapeba Eu vejo o que eu quero mais.

[00:03:07] Cleber Tapeba Isso é pouco.

[00:03:09] Cleber Tapeba Então isso é o que me movimenta.

[00:03:11] Cleber Tapeba Isso que faz com que eu escute esses preconceitos velados, que eu escuta essas coisas que a gente não vai conseguir.

[00:03:19] Cleber Tapeba Ah, está aqui por causa de cotas.

[00:03:21] Cleber Tapeba Está aqui por causa daquilo, está aqui por causa daquilo outro.

[00:03:24] Cleber Tapeba Eu já calei a boca de muita gente dentro do meu curso, que veio com essa história.

[00:03:29] Cleber Tapeba Empenhei o meu curso.

[00:03:32] Cleber Tapeba Eu disse olha a nova nota pela minha nota.

[00:03:40] Cleber Tapeba Foi a maior de todas, eu passei em primeiro, não é me gabando, mas foi o primeiro da turma.

[00:03:45] Cleber Tapeba Então eles ficam assim, não, mas aí tem a história das cotas, meu amigo, olhe para a minha nota.

[00:03:51] Cleber Tapeba Não fique olhando para a cota não, porque na cota a gente fica lá no meio, lá para trás, olhe para a minha nota e se compara pela minha nota.

[00:03:59] Cleber Tapeba Então eu acredito que são aprendizados, eu poderia ter desistido, na minha primeira tentativa eu fiquei por alguns décimos.

[00:04:10] Cleber Tapeba Eu me lembro de ter me compartilhado, das experiências que não tinha passado.

[00:04:16] Cleber Tapeba Mas aí, eles disseram, e agora?

[00:04:18] Cleber Tapeba Eu disse, agora eu vou meter as caras aqui e vou voltar por cima, se eu não voltar em primeiro eu volto em segundo.

[00:04:25] Cleber Tapeba Não tem essa história de dizer que eu vou ficar parado não.

[00:04:28] Gabriel Tapeba Eu passei uma coisa parecida na viagem para a Espanha em 2017, que o primeiro lugar chegou para mim, o cara que passei no primeiro lugar, disse assim, cara, tu ficou em último lugar centésimo, eram cem vagas.

[00:04:41] Gabriel Tapeba Aí eu disse, é, a gente vai no mesmo avião, eu fiz essa brincadeira com ele, a gente vai no mesmo avião, o primeiro e o último não tem essa disparidade não.

[00:04:51] Gabriel Tapeba Pois é isso, Cláudio, só finalizando aqui a nossa entrevista, agradecer, a parte do desagrado agora, foi aí uma hora, duas minutos.

[00:05:00] Cleber Tapeba Já?

[00:05:01] Cleber Tapeba Já, passou rápido.

[00:05:03] Gabriel Tapeba Mas assim, a conversa foi boa, e assim, compartilho muita coisa, muita coisa aí, inclusive muitas das que você viveu, que eu não sabia que você tinha vivido, eu vivi na pele, também passei.

[00:05:13] Cleber Tapeba Acontece, infelizmente nós estamos ali naquele espaço que é disputado, é um espaço de disputa, não é um espaço, ah, porque a gente está numa universidade pensada para as minorias, que não vai haver essa disputa, é um espaço de disputa, cada um querendo, não tem a história da irmandade dizer, não, vamos seguir todo mundo junto.

[00:05:36] Cleber Tapeba E quando se fala universidade de movimento indígena também, eu gostei da parte que você falou de movimento indígena, que eu me identifiquei mais ainda, porque realmente a gente, acho que é o Paulo Freire que fala, que o sonho do oprimido, chega um tempo que o sonho do oprimido é ser o opressor, entendeu?

[00:05:51] Cleber Tapeba Então assim, para mim não tem lógica o movimento indígena se fechar tanto e virar algo com essa autoridade, não dá, nem combina, a gente foi feito por comunidade, a gente é uma comunidade, então o que a gente puder incluir, é tanto que, não sei, eu não vejo esse outro pensamento, não quero acreditar que existe, realmente existe, mas o que a gente puder fazer para mudar esse pensamento.

[00:06:19] Cleber Tapeba É, eu acho que assim, se a gente conseguir mudar essa geração futura, a de por vir, a gente consegue fazer muita coisa, é aquilo que eu estava dizendo, a gente tem que trabalhar nessas questões aí, para que nas gerações futuras eles possam ver melhor, porque os que já passaram, já estão muito informados.

[00:06:36] Cleber Tapeba E houve uma frase que diz assim, se nada der certo vai ser professor, aí tu é doido, essa aí pesa, né? Tu é doido. Pesa,

[00:06:42] Gabriel Tapeba Tu é doido.

[00:06:42] Cleber Tapeba Pesa, entendeu?

[00:06:47] Gabriel Tapeba Então eu posso mudar esse pensamento, e obrigado aí por ter contribuído.

[00:06:52] Cleber Tapeba Que isso, se precisar voltar, nós estamos aí de portas abertas, só nesse período agora que tem muito boletim.

[00:06:59] Gabriel Tapeba Agora que eu já sei o caminho.

[00:07:01] Cleber Tapeba Fica à vontade, meu querido. É um

[00:07:01] Cleber Tapeba É um prazer conhecer hoje um clube que eu ainda não conhecia por completo, tem muita coisa ainda para conhecer, mas...

[00:07:06] Cleber Tapeba São as nuances da vida, Gabriel, eu acho que...

[00:07:08] Gabriel Tapeba Eu estava lembrando da nossa seleção junto, eu disse assim, rapaz, um dia a gente fez seleção junto, tinha que acontecer, você tinha que ser aprovado, eu tinha que ir para outra oportunidade, que para mim foi uma oportunidade maravilhosa, conhecer São Gonçalo e viver aquela realidade lá.

[00:07:22] Gabriel Tapeba Eu disse assim, não, tudo tem um propósito, tudo tem um propósito, entendeu?

[00:07:26] Gabriel Tapeba Então, gratidão mesmo pela amizade, por estar me recebendo aí na tua casa.

[00:07:29] Cleber Tapeba Mas você foi que me deixou na mão, depois que eu fui aprovado eu ainda lhe fiz o convite, Gabriel, venha para cá para ser o coordenador dessa escola e você não aceitou, mas...

[00:07:40] Cleber Tapeba Não, vou não.

[00:07:41] Cleber Tapeba O salário é pouco.

[00:07:42] Cleber Tapeba O salário é pouco, cheio de soberba.

[00:07:44] Gabriel Tapeba Mas a gente vai aos poucos, vai entender o que acontece.

[00:07:46] Gabriel Tapeba Um dia a gente vai ter a oportunidade aí, seria um prazer trabalhar contigo, é sério.

[00:07:50] Gabriel Tapeba Mas quando valorizar mais os coordenadores aí...

[00:07:53] Cleber Tapeba E o gestor então?

[00:07:54] Gabriel Tapeba É, imagina.

[00:07:56] Cleber Tapeba Eita, Freud.

[00:07:58] Cleber Tapeba Mas é isso, vamos tomar um pouquinho de café.

[00:08:00] Gabriel Tapeba Bora, valeu, Cleber.

[00:08:01] Gabriel Tapeba Obrigadão aí.

[00:08:02] Cleber Tapeba De nada, meu querido, mas você quiser aparecer, fica à vontade.

1º MOMENTO DE ENTREVISTA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2022.

CRISLANE FERREIRA (TAPEBA)

WhatsApp Audio 2022-12-11 at 20.21.06.ogg

WhatsApp Audio 2022-12-11 at 20.21.21.ogg

WhatsApp Audio 2022-12-11 at 20.21.49.ogg

WhatsApp Audio 2022-12-11 at 20.22.07.ogg

WhatsApp Audio 2022-12-11 at 20.22.49.ogg

WhatsApp Audio 2022-12-11 at 20.23.34.ogg

WhatsApp Audio 2022-12-11 at 20.23.51.ogg

WhatsApp Audio 2022-12-11 at 20.24.06.ogg

WhatsApp Audio 2022-12-11 at 20.24.21.ogg

WhatsApp Audio 2022-12-11 at 20.24.44.ogg

ÁUDIO 1

[00:00:00] Gabriel Tapeba Olá, Crislane, tudo bem?

[00:00:02] Gabriel Tapeba Me chamo Gabriel Corria, sou aluno do mestrado do MIH, que é o mestrado interdisciplinar em humanidades, orientado pelo professor Roberto Kennedy.

[00:00:11] Gabriel Tapeba Eu gostaria de saber se você me autoriza a realizar essa gravação para minha pesquisa de mestrado.

ÁUDIO 2

[00:00:01] Crislane Olá, tudo bem, Gabriel?

[00:00:02] Crislane Autorizo, sim.

ÁUDIO 3

[00:00:00] Gabriel Tapeba Crislane, você como indígena tapeba, qual a sua participação dentro do movimento indígena?

ÁUDIO 4

[00:00:02] Crislane Bem, a minha participação no movimento indígena, eu considero uma participação ativa, sempre que tem algum movimento de luta pela educação, saúde ou territorial, eu procuro sempre estar envolvida, inserida, até por conta, eu trabalho em um dos segmentos de luta do povo tapeba, que é o segmento da educação, então a gente sempre está lá lutando por melhorias para o nosso povo, pelos nossos direitos.

ÁUDIO 5

[00:00:01] Gabriel Tapeba Em relação ao seu vínculo com a Unilab no curso de especialização, como foi essa experiência, Crislane?

ÁUDIO 6

[00:00:00] Crislane Tapeba A minha experiência com o curso de especialização da Unilab foi muito boa, eu gostei bastante do curso, apesar que nós fizemos esse curso durante a pandemia, então ele foi 100% online, mas ainda assim a grade curricular desse curso me agradou bastante, aprendi muito, ainda mais sobre o continente africano.

ÁUDIO 7

[00:00:00] Gabriel Tapeba Eu gostaria de saber também se você poderia compartilhar conosco os desafios que você enfrentou durante sua especialização.

ÁUDIO 8

[00:00:01] Crislane Tapeba Os desafios foram muitos, porque primeiro, como eu já citei, nós fizemos o curso durante a pandemia, então nós não tínhamos aquele apoio presencial do professor, sempre tudo online.

[00:00:20] Crislane Tapeba E assim, pra gente que trabalha, que tem que conciliar o trabalho e os estudos, no meu caso também, dona de casa, mãe, é sempre muito corrido fazer um curso desse de pós-graduação, ele exige muito, são muitas leituras, livros, textos, então os desafios foram grandes, mas, assim, ao final a recompensa é bem maior, você vê assim, quando você vê tudo que você passou e você vê que valeu a pena, o conhecimento adquirido, as novas experiências que você passa, isso tudo lhe faz crescer intelectualmente, conhecer pessoas novas, os professores, eu lembro no dia da defesa do TCC que os professores super atenciosos, o orientador, foi bem interessante, apesar dos desafios, tem hora que você acha realmente que não vai conseguir, mas deu tudo certo ao final.

ÁUDIO 9

[00:00:00] Gabriel Tapeba E como foi pra você indígena tapeba concluir um curso de especialização pela Unilab?

ÁUDIO 10

[00:00:01] Crislane Tapeba Eu ingressei no curso na cota de indígena, então eu sempre procurei trazer comigo essa responsabilidade, que eu estava ali representando esse grupo étnico durante esse curso.

[00:00:13] Crislane Tapeba Então, a todo momento, quando tinham fóruns, debates, textos, eu procurava colocar minha visão de mundo e trazer isso para dentro daquela análise que eu estava fazendo, dentro da minha visão como indígena.

[00:00:33] Crislane Tapeba Por muitas vezes a gente vê que o preconceito étnico se encontra de uma forma tão enraizada na nossa sociedade, assim como acontece com os afrodescendentes e acontece também com os indígenas.

[00:00:49] Crislane Tapeba Então, nós procuramos...

[00:00:52] Crislane Tapeba Eu sempre procurei ter essa visão de levar um pouco dessa minha experiência como indígena para dentro dos debates sobre preconceito étnico e, principalmente, de trazer essa cultura, a importância dessa cultura, que é tão rica, a cultura africana, para dentro das nossas escolas.

[00:01:19] Crislane Tapeba Esse é o objetivo maior, trabalhar contra esse preconceito que existe de que na África só existe pobreza, que na África só existe miséria.

[00:01:30] Crislane Tapeba Quando nós passamos a conhecer, a estudar, a conhecer melhor, a gente vê que é um continente cheio de diversidades e riquezas e é essa realidade que nós devemos trazer ao conhecimento dos nossos alunos, para que eles saibam também de tudo aquilo que a gente estudou, de tudo aquilo que a gente aprendeu, da diversidade, da cultura, da riqueza, e trazer isso para dentro das nossas escolas, fazendo com que eles tenham acesso a outras culturas fora aquela cultura que eles já estão acostumados, principalmente, que existe esse respeito, esse conhecimento, para que a gente venha eliminar de uma vez por todas o preconceito.

WhatsApp Audio 2022-12-11 at 12.32.56 (1).mp4

1º MOMENTO DE ENTREVISTA EM 12 DE AGOSTO DE 2022.

JOÃO KENNEDY (TAPEBA)

[00:00:01] Gabriel Tapeba Pronto, João Kennedy, de bom dia, meu nome é Gabriel, sou mestrando do MIH, mestrado em humanidades.

[00:00:09] Gabriel Tapeba Eu queria saber se você autoriza essa gravação.

[00:00:11] João Kennedy Sim, sim, tem autorização para fazer a gravação.

[00:00:14] Gabriel Tapeba Pronto, então eu vou fazer algumas perguntas aí para que você contribua com o meu projeto, já que você tem uma participação no movimento indígena na juventude.

[00:00:23] Gabriel Tapeba E assim, eu queria saber mais ou menos como foi esse começo no movimento indígena para ti, como foi esse reconhecimento.

[00:00:29] João Kennedy Primeiro que a gente é uma família, minha mãe bem participativa, meu avô era bem participativo no movimento indígena.

[00:00:37] João Kennedy Então assim, desde pequenininho eu venho nessa participação, né, com projetos sociais que vinham para dentro do povo, então eu tinha essa participação em fazer parte de grupos, grupos de flauta, de coral, essas coisas. Então sempre que tinha essas atividades

[00:00:47] João Kennedy Então sempre que tinha essas atividades eu estava engajado.

[00:00:51] João Kennedy Aí eu tive um breve afastamento devido às escolas, eu estudei na escola indígena até a quarta série, aí da quarta série eu migrei para a escola convencional, que a gente chama escola regular, nem gosto desse termo, convencional é melhor.

[00:01:06] João Kennedy A gente foi, aí fiquei da quarta série até concluir esse no médio.

[00:01:09] João Kennedy E aí voltei, por sei-se coincidência, para o movimento de novo através da escola, que aí eu comecei a dar aula, assumi o laboratório informático da escola Maçã de Novos de Matos, e aí tive o convite para fazer parte da militância da juventude aí em 2012, aí engajei, em 2013, engajei mesmo de faça, de cabeça no movimento.

[00:01:28] João Kennedy E até hoje.

[00:01:29] João Kennedy E até hoje estou ainda.

[00:01:30] João Kennedy Faço parte da Associação de Juventude Indígena Itapébrica, que é a AGIT, terminando o mandato, espero que os índios assumam agora, e também terminando o mandato da Comissão de Juventude Indígena do Ceará, a COGIS.

[00:01:40] Gabriel Tapeba Explique aí só um pouco dessas comissões da AGIT e da...

[00:01:43] João Kennedy Pronto.

[00:01:44] João Kennedy A AGIT foi criada em 2009, 2008 para 2009, numa assembleia estadual, e aí a juventude itapébrica estava presente, e tiveram essa ideia lá, e tudo saiu para a base.

[00:01:54] João Kennedy E aí é uma das primeiras, se não me engano a primeira articulação de juventude a nível de Estado, que foi criada pelos povos, e estimulou as outras.

[00:02:01] João Kennedy Aí teve a gente, teve o povo Itagari, e outros povos começaram a fazer essa articulação de jovens internos.

[00:02:07] João Kennedy Mas era uma...

[00:02:08] João Kennedy bem tímida, né?

[00:02:09] João Kennedy Então, assim, de 2009 até 2012, a atuação da AGIT era bem tímida.

[00:02:13] João Kennedy O próprio povo não tinha tanto conhecimento da AGIT, a não ser quando chegava na assembleia, no encontro de juventude, que aí se tinha, que se sabia que tinha movimento, mas o nome AGIT não era tão forte.

[00:02:24] João Kennedy Aí quando a gente assume em 2012, 2013, a gente já começa a fazer as ações, e aí de 2013 para cá, o povo em si reconhece.

[00:02:32] João Kennedy Então hoje, se você for numa reunião de lideranças, ou qualquer outra ação do povo, vão se lembrar da reunião de juventude.

[00:02:39] João Kennedy Então vai ter a fala da AGIT, vão pedir a participação, se vier um projeto que se pense em organizações, vão se lembrar que existe uma organização de juventude.

[00:02:47] João Kennedy Então a gente conseguiu ocupar esse espaço.

[00:02:49] João Kennedy Tanto é que a gente tem confiança hoje.

[00:02:51] João Kennedy Se eu não me engano, duas ou três assembleias para trás, a CITA, que é a nossa organização maior, ela delega funções para a gente articular, para mobilizar, para dividir vaga, para vir logística.

[00:03:02] João Kennedy Então a gente criou essa confiança por um trabalho que a gente fez das lideranças mais velhas para estar fazendo isso.

[00:03:07] João Kennedy E aí, com o forçamento da AGIT, o que a gente consegue conquistar?

[00:03:11] João Kennedy A gente acaba de levar tudo isso.

[00:03:15] João Kennedy Aí o que a gente conseguiu conquistar?

[00:03:18] João Kennedy A gente conseguiu ganhar espaço a nível de Estado.

[00:03:20] João Kennedy A gente pensou, vamos ampliar esse trabalho.

[00:03:22] João Kennedy Aí como tinha a Juventude de Itaguari, que tinha um trabalho, a gente já, de imediato, conversou com a Itaguari e começamos a fazer reuniões.

[00:03:30] João Kennedy Aí fizemos reuniões no finalzinho de 2013, comecinho de 2014.

[00:03:34] João Kennedy Aí quando depois, se não me engano, em março, ou vermelho de 2014, a gente teve o primeiro encontro estadual de juventude.

[00:03:40] João Kennedy E aí foi criada a comissão.

[00:03:42] João Kennedy E também, como a AGIT começou bem tímida, então passou de 2014 até 2017 bem tímida, e quando foi em dezembro de 2017, a gente viu que essa comissão que hoje eu faço parte, participou da construção da primeira comissão, mas não estava bem garado para assumir o encargo dentro da comissão.

[00:03:57] João Kennedy Tanto é que na época, quem estava representando o povo estava Pedro Cassimiro, que hoje é presidente da CITAM.

[00:04:03] João Kennedy Mas quando foi em 2017, com o nosso trabalho da AGIT, a gente conseguiu conquistar o espaço dentro da comissão.

[00:04:08] João Kennedy E aí a gente, desse trabalho da comissão, esse trabalho de ajudar a articular os povos.

[00:04:13] João Kennedy Se um povo não tem uma organização, a gente vai lá e estimula o jovem a fazer esse trabalho.

[00:04:18] João Kennedy E faz ações para a juventude a nível de Estado.

[00:04:21] João Kennedy Tem parceria, por exemplo, com o Centro de Defesa, com o projeto de juventude conectada, que é a AGIT, que chama, que é uma galera que faz um trabalho.

[00:04:28] João Kennedy Nesse mesmo grupo tem um trabalho voltado para a questão mental, saúde mental.

[00:04:32] João Kennedy Então, assim, é um trabalho que a AGIT, a COGIT, conseguiu fazer e que vem fortalecendo.

[00:04:38] João Kennedy Então, a gente conquistou os Jogos Indígenas, que tinham passado, acho que se não me engano, em 2012, foi 2013, 100 jogos.

[00:04:43] João Kennedy Então, em 2017, a gente já sai do encontro de juventude, já com a reunião marcada com a Candalaria de Juventude do Estado.

[00:04:51] João Kennedy Dessa reunião, a gente já consegue marcar uma classe forte, já consegue pensar, já consegue um recurso.

[00:04:57] João Kennedy A gente conseguiu um recurso, um MAP de R\$ 409 mil, ou seja, é um recurso que vai ficar todo ano, já está no orçamento do Estado.

[00:05:05] João Kennedy Todo ano vai ter aquele gasto de R\$ 400 mil, que é mais ou menos isso, para os Jogos Indígenas.

[00:05:10] João Kennedy Então, a gente tem essa garantia.

[00:05:11] João Kennedy Quando vai para uma Assembleia Estadual, o povo já vai preparado para discutir os jogos, onde é que vai ser, porque sabe que esse recurso já vai estar lá.

[00:05:20] João Kennedy Infelizmente, em 2020, 2021, por conta da pandemia, a gente não teve jogos, mas esse ano a gente já voltou com os jogos, já ficou até na Aratuba, no Pouco Imunidade.

[00:05:29] João Kennedy Deu uma olhada lá.

[00:05:30] João Kennedy Então, a gente conseguiu. Isso é um trabalho da COGIT,

[00:05:31] João Kennedy Isso é um trabalho da COGIT, que a gente não pode deixar de esquecer.

[00:05:34] João Kennedy Claro que os jogos possuem uma atividade não só para a juventude, mas para o povo como um todo.

[00:05:40] João Kennedy Depois que a gente fez a conquista, a gente meio que delegou para a Federação, que é a nossa organização maior de Estado, ficar responsável em organizar e tudo mais.

[00:05:50] João Kennedy Mas sempre a gente é convidado para as reuniões, para tudo referente à pauta.

[00:05:55] Gabriel Tapeba Atualmente, você é diretor, né, João Kennedy?

[00:05:58] João Kennedy Isso. Mas

[00:05:59] Gabriel Tapeba Mas como foi esse processo para chegar até aqui, lá da pedagogia até aqui na direção prática?

[00:06:05] João Kennedy Mais ou menos, acho que nem me apresentei, né?

[00:06:07] João Kennedy Sou João Kennedy Tapego, sede diretor da Escola Marcelino.

[00:06:11] João Kennedy E como eu falei, faço parte da Comissão de Juventude, sou coordenador da AGIT e atualmente sou presidente da Associação dos Professores Indígenas Tapego.

[00:06:22] João Kennedy A minha trajetória é bem assim, né?

[00:06:23] João Kennedy Como eu disse no começo, eu saí da escola indígena, fui para a escola convencional, voltei para a escola indígena.

[00:06:30] João Kennedy Não tinha de início, quando eu iniciei minha trajetória na educação, como professor, como não tinha essa perspectiva de ser diretor.

[00:06:38] João Kennedy Estava gostando muito do trabalho da sala de aula, até hoje eu gosto, né? O laboratório informático tem um carimbo muito enorme

[00:06:41] João Kennedy né? O laboratório informático tem um carimbo muito enorme para o laboratório.

[00:06:46] João Kennedy Só que a gente vai criando experiências, a gente vai vendo situações dentro das escolas, algumas coisas.

[00:06:51] João Kennedy Eu tenho um monte de início.

[00:06:53] João Kennedy Se eu não estou gostando de alguma coisa, eu não reclamo, eu vou lá e tento fazer.

[00:06:59] João Kennedy Se eu acho que tem que ser diferente, eu não posso estar reclamando, eu tento ir lá e fazer.

[00:07:02] João Kennedy Só reclamar não adianta.

[00:07:04] João Kennedy Então, quando foi em 2014, eu comecei em 2012, só que eu não fazia nenhum curso.

[00:07:10] João Kennedy Tinha acabado de sair do ensino médio e aí já entrei na escola.

[00:07:14] João Kennedy Então, foi um ano sem cursar nada, em 2012.

[00:07:18] João Kennedy Em 2013, começou também sem cursar nada, e aí eu pensei em fazer pedagogia.

[00:07:23] João Kennedy Não, como eu ia ficar mais no laboratório, tinha que pegar uma sala de aula, a exigência era maior para ter um curso.

[00:07:29] João Kennedy E aí, no final de 2013, eu comecei a cursar pedagogia.

[00:07:33] João Kennedy Iniciei no IDEC, aquela aula que era lá em Fortaleza, que não tinha ninguém aqui na Calcaia na época para mim, e tinha que ir para lá.

[00:07:40] João Kennedy Só que com a dificuldade, estava muito difícil fazer o curso, e aí acabei mudando para a FAEX, que era os postos que tinham aqui na Calcaia.

[00:07:47] João Kennedy Aí fazia três vezes na semana à noite, aqui no Metrópolis.

[00:07:51] João Kennedy E foi concluindo em 2018 o meu curso.

[00:07:53] João Kennedy E aí, quando foi em 2014, deu este estrago, estava na minha cabeça de precisar fazer um curso de gestão.

[00:08:02] João Kennedy Pensei em fazer primeiro e assumi, mas como a creche exige o curso de gestão, assim que eu terminei, não fiz 2019, mas 2020, para 2021 eu me matriculei no curso de pós-gestão escolar.

[00:08:16] João Kennedy E aí concluí o curso e assumi a gestão da escola.

[00:08:20] João Kennedy Concorri logo no começo de 2014, eu acho que teve a eleição aqui na escola, e aí eu tinha acabado de morar na comunidade, morei nessa aldeia que nós chamamos que é Sobradinho.

[00:08:29] João Kennedy Então, pensei em concorrer, mas não tinha a formação ainda, que eu não tinha concluído.

[00:08:34] João Kennedy E também não tinha começado a cursar o curso de pós-graduação, então não podia fazer, não podia concorrer.

[00:08:41] João Kennedy Tentei concorrer, mas não deu certo.

[00:08:43] João Kennedy E aí a gente teve que ficar na escola como professor de novo.

[00:08:47] João Kennedy Assumi a coordenação da escola, pro meu período, até conseguir fazer.

[00:08:53] João Kennedy Então, quando foi esse ano, teve uma eleição, acho que em 2018, pra gestor de novo.

[00:08:59] João Kennedy Só que aí nessa época eu não tava com vontade de concorrer, e apoiei o gestor que tava aqui, que na época era o Arimaté.

[00:09:06] João Kennedy A gente apoiou ele.

[00:09:07] João Kennedy Tem esse amadurecimento, né? De saber que

[00:09:08] João Kennedy né? De saber que eu não tava concluindo a minha graduação, e também não tinha o curso de pós, então acho que não era necessário eu tá concorrendo pra ir no questionário, já que eu não tava preparado pra estar.

[00:09:18] João Kennedy Por mais experiência que a gente tivesse já na escola, de conhecer a comunidade, tudo, eu acho que não era o momento.

[00:09:23] João Kennedy Esperei, tive paciência, e agora nesse ano de 2022, o Arimaté saiu da escola, foi trabalhar pelo município, eu acho, não sei onde ele tá agora.

[00:09:31] João Kennedy E aí surgiu a vaga, concorri com outra pessoa.

[00:09:35] João Kennedy O movimento indígena é muito disso, de articulação.

[00:09:37] João Kennedy Então, na escola, já tinha conversado com os professores, se alguém ia concorrer.

[00:09:41] João Kennedy A gente já tinha feito reunião com a comunidade, então a comunidade abraçou o nome.

[00:09:45] João Kennedy No começo, teve uma resistência por...

[00:09:48] João Kennedy por essa preocupação de quem iria assumir, mas ficou uma comunidade.

[00:09:52] João Kennedy Já morei aqui, já me conheci, então a comunidade em si abraçou a ideia e apoiou.

[00:09:57] João Kennedy Então os outros professores também não tiveram interesse, não tinham interesse, apoiaram o meu nome também, então fui bem confiante pra fazer essa eleição.

[00:10:05] João Kennedy Essa é uma característica da educação indígena, de ter essa confiança da comunidade, numa eleição como essa, né?

[00:10:10] João Kennedy Ter a confiança da comunidade, ter esse apoio dos professores, e quanto mais próximo você estiver deles, melhor pra você.

[00:10:15] Gabriel Tapeba Aí, tu falou uma coisa que eu achei interessante.

[00:10:19] Gabriel Tapeba Tinha vontade, mas não tinha capacitação.

[00:10:21] Gabriel Tapeba Como é que tu acha da importância dessa...

[00:10:23] Gabriel Tapeba Porque antigamente no movimento indígena, a gente sabe que tinha um nível médio, né?

[00:10:26] Gabriel Tapeba Você poderia estar ali em sala de aula, dando aquele apoio, alguns até como voluntário, né, e tal.

[00:10:31] Gabriel Tapeba Então pra ti, qual é essa...

[00:10:33] Gabriel Tapeba na balança, quando a gente coloca na balança, essa capacitação, essa vontade com a falta de capacitação, o que é que tu acha que avançou desse tempo pra cá?

[00:10:40] João Kennedy Cara, assim, a legislação, né?

[00:10:43] João Kennedy Com a mudança da legislação, forçou o professor a ter que buscar uma formação.

[00:10:47] João Kennedy Não digo que é o essencial a formação, eu conheço muitos professores que estão iniciando, muitos professores hoje que são diretores, ou que não são.

[00:10:58] João Kennedy Tem professores hoje que estão aí concursados pelas redes convencionais do estado, do município, que iniciou sem ter um nível médio ali, né, dando aula e era extremamente capacitado. O

[00:11:09] João Kennedy O que eu coloco muito da educação diferenciada é isso, que dá força de vontade do professor.

[00:11:14] João Kennedy Tipo, eu tô iniciando agora a minha graduação, mas eu quero estar em sala de aula.

[00:11:18] João Kennedy Se tem uma oportunidade, aquele professor vai pesquisar, vai se atentar pro plano de aula, tipo assim, não, eu não posso fazer feio, porque a cobrança já tá sendo maior porque eu sou indígena.

[00:11:27] João Kennedy A cobrança vai ser redobrada porque eu não tenho um curso ainda.

[00:11:31] João Kennedy É, então eu tenho que me preparar.

[00:11:33] João Kennedy E o professor indígena ele faz isso, ele planeja e sabe o que vai fazer na sala de aula pra poder tá correndo atrás.

[00:11:40] João Kennedy Então, eu coloco muito isso.

[00:11:42] João Kennedy Mas é a legislação mesmo, a cobrança fez com que eles buscassem isso.

[00:11:47] João Kennedy A minha preocupação da formação é muito por conta da perda que a gente tem quando um indígena entra numa graduação, principalmente se for em particular.

[00:11:57] João Kennedy Porque eles não veem a questão da multidisciplinaridade, eles não veem a questão cultural, eles não veem a questão do território.

- [00:12:05] João Kennedy Então, assim, o professor não...
- [00:12:07] João Kennedy O professor muitos, infelizmente eu conheço alguns, que eram de militância do movimento, mas quando foi pra uma graduação, volta diferente, volta mudado, volta com um pensamento totalmente diferente.
- [00:12:20] João Kennedy Que não deveria ser ruim, deveria ser bom.
- [00:12:22] João Kennedy O diferente não é pra ser ruim.
- [00:12:25] João Kennedy Mas só que muitos voltam com o pensamento de escola convencional, porque a formação que ele tem é toda pensada numa estrutura de escola convencional.
- [00:12:34] João Kennedy Não vem pensando na interdisciplinaridade, na multidisciplinaridade, não vem pensando em nada disso.
- [00:12:39] João Kennedy Vem pensando naquela regrinha que já é imposto pela escola convencional. E
- [00:12:42] João Kennedy E quando a gente chega na escola indígena não é assim.
- [00:12:44] João Kennedy Tipo, de coisas simples, regras.
- [00:12:47] João Kennedy Tipo, eu sei que meu aluno é da aldeia, tem a questão de viver em muitos em situações de vulnerabilidade, então eu não posso cobrar que meu aluno venha padronizado com a farda, com a calça e com o sapato.
- [00:12:59] João Kennedy Porque ele não vai ter condição de vir.
- [00:13:01] João Kennedy Mas muitos acabam vindo com esse pensamento de que tem que ser padronizado.
- [00:13:05] João Kennedy Não, não tem que ser.
- [00:13:06] João Kennedy A escola diferenciada foi criada pra isso.
- [00:13:08] João Kennedy Pra poder, tipo, o meu filho quebrou a chinela hoje, não vai pra escola porque ele tá descalço.
- [00:13:13] João Kennedy Não, pode ir, acontece, é uma situação.
- [00:13:15] João Kennedy Não é que todos vão vir descalço. Não é
- [00:13:17] João Kennedy Não é porque ele tá descalço que ele vai deixar de aprender.

WhatsApp Audio 2022-12-11 at 12.32.56 (2).mp4

2º MOMENTO DE GRAVAÇÃO

- 00:00:01 João Kennedy Não é porque ele está descalço que ele vai deixar de aprender muito, pelo contrário, o conteúdo que ele vai ter na cabeça dele ali, que ele vai memorizar, ele então na escola calçado, de calça comprida não, vai.
- 00:00:10 João Kennedy -Claro que a gente simplesmente não vai poder exagerar, porque a gente recebe várias idades, então o olhar de uma é diferente do olhar do outro, então a gente vai ter que ter algumas regras.
- 00:00:19 João Kennedy - Mas eu sinto que isso se perde quando a formação passa de uma universidade particular, principalmente, não sei, acho que a gente não tem muita experiência de profissionais que se formaram nas universidades públicas, na UFC ou na UECE, a maioria hoje, acho que 90% dos nossos professores, 85% vem da rede particular de universidade, então eles vêm com esse pensamento.
- 00:00:45 Gabriel Tapeba - Aí você falou da sua graduação, da sua pós-graduação, pós-especialização, chegando no mestrado, como é que foi o jogo do mestrado?
- 00:00:53 João Kennedy - Pronto.
- 00:00:54 Gabriel Tapeba - Como é que está sendo?
- 00:00:57 João Kennedy - Primeiro, eu já pensei em fazer mestrado, mas acho que é o mal da maioria dos nossos professores, a gente pensar que está bom aqui, mas nunca está bom, além de poder avançar mais.

00:01:06 João Kennedy - Já pensei em fazer mestrado logo quando eu terminei a minha graduação, eu pensei em mestrado, mas com a correria de movimento, de escola, da articulação de juventude, tudo acaba pesando, então a gente meio que sempre empurrando mais para frente, até que chegou o momento, a gente assumiu a gestão da escola e aí já estou terminando o mandato na Cogess, na gestão, daqui a dois anos eu termino o mandato na APROINT, então estou começando a ter mais tempo na gestão, estou tendo um pouco mais de tempo também, agora a gente tem a parte administrativa, a parte burocrática para estar resolvendo, então a gente consegue ter um tempo, é uma coisa que eu posso fazer aqui, eu posso fazer em casa, posso fazer do lado do celular, dependendo do contexto, do que seja, então eu tenho esse tempo.

00:01:52 João Kennedy - Então foi o momento certo, tinha pensado num mestrado, também acho que era interdisciplinar lá no Mato Grosso do Sul, era Mato Grosso, só que não deu para eu me inscrever, e aí um colega me mandou, Gabriel Correia me mandou a edital, e aí eu pensei, acho que dá certo.

00:02:09 João Kennedy - Já tinha um trabalho com os professores, com a juventude sobre o Nhegatu, que é uma área que eu pretendo abordar no meu mestrado, na minha dissertação, e aí pronto, vou aproveitar e vou fazer.

00:02:18 João Kennedy - Peguei o projeto que a gente tinha, adaptei ali bem rápido, fiz bem as pressas mesmo, recebi até com certo tempo para fazer, mas a correria acabou deixando sempre para a última hora.

00:02:28 João Kennedy - Mas eu acho que, como eu disse, eu tenho muita paciência, tive conflitos na escola, tive que sair, consegui ter paciência para esperar o momento certo de retornar para essa escola que eu trabalho hoje, peguei briga para assumir a gestão, bem que não era o momento, esperei, tive paciência, concluí minha graduação, fiz minha pós, não peguei briga para tirar diretor, para poder eu assumir, não, esperei o momento certo para eu poder estar assumindo e o momento chegou, e o mestrado foi da mesma forma, eu acho que era o momento, talvez se eu tivesse concorrido 10 vezes antes, eu não teria passado, porque dessa vez, não que eu fui aprovado, mas eu passei em segundo, e a vaga era para uma pessoa, só que para uma outra vaga, que era para pessoas com deficiência, não teve inscrição, desceu para pessoas trans, que só era uma vaga, já estava preenchendo, então a vaga desceu para indígena, e aí como eu fiquei em segundo na seleção, eu acabei.

00:03:23 Gabriel Tapeba - Então tem que ser, né?

00:03:24 João Kennedy - Tinha que ser, por isso que eu acho que se tivesse sido inscrito para do Mato Grosso, ou para qualquer outro, talvez não tivesse entrado, porque não era o momento.

00:03:31 João Kennedy - E é uma coisa que eu estou aprendendo, a gente passa muito a ver, eu passo muita coisa, mas às vezes, porque não é o momento, tem que esperar o que vai acontecer.

00:03:40 Gabriel Tapeba - E finalizando assim, a tua questão de quais são os desafios que tu acha que o mestrado, por exemplo, o mestrado necessita de uma disponibilidade, necessita de um deslocamento, e para ti, o que esses desafios têm pesado, e tu também está na gestão da escola, como é que tu está conciliando assim?

00:03:59 João Kennedy - Pronto, primeiro que, terminando na outra pergunta anterior, eu sinto muito necessidade dos nossos professores, eles param, eles param uma pós-graduação, uma especialização, então, uma segunda licenciatura, tem professor que tem 3, 4 licenciaturas, tipo, não pensam em fazer um mestrado, e eu acho que a gente precisa ocupar esse espaço acadêmico.

00:04:22 João Kennedy - Pela maioria vindo de universidade...

00:04:24 Gabriel Tapeba - Ainda mais agora com concurso, né?

00:04:26 João Kennedy - A maioria vindo de, eles não pensavam acho que em concurso, eles estavam muito acomodados na questão do contrato temporário, que sempre dava certo,

nunca se acordaram para isso, mas, eu acho que por muitos virem de universidades privadas, acho que eles não tinham essa perspectiva de fazer um mestrado, era uma pós, a própria universidade de vez apertava, estava terminando um curso e apertava uma pós ali numa área, e aí não tinha essa perspectiva, e eu sinto que a gente precisa ocupar o espaço acadêmico, a gente não tem hoje, fora o Weibe, que é advogado, por ser advogado, acho que a gente consegue ter mais esse espaço, ocupar mais esse espaço, a gente não consegue ter, a gente tem o Thiago Anacé, o Thiago Halley, que está conseguindo ocupar um pouco dos espaços, o Kleber Tapeba, o Geraldo, tipo, tem nomes que estão fazendo mestrado, a gente não tem conhecimento, porque eles não estão ocupando esse espaço acadêmico, de debate, de discussão, e não é só ocupar esse espaço de debate dentro da universidade, é levar para o fundo da aldeia.

00:05:20 Gabriel Tapeba - Eu me surpreendi vendo o Geraldo lá na UNILAB, eu nem sabia que ele fazia UNILAB, mas é pertinente sua falta.

00:05:25 João Kennedy - Não, é porque assim, a gente tem que ocupar o espaço da universidade, mas para a gente também ter visibilidade, não é só o espaço da universidade, também é o espaço da aldeia, tipo, fazer com que eu chegue na universidade, não porque eu sou um mestrando, porque eu sou um mestre, sou um doutor, mas porque eu sou um mestre, sou um doutor indígena, e tem essa área de discussão que a gente tem que contribuir também.

00:05:46 João Kennedy - Então, o desafio era esse, e quando eu consegui entrar, já que eu consegui, então o desafio está sendo, em primeira distância, e por ser aula presencial, que eu gosto das aulas presenciais, acho melhor que as onlines, as onlines ajudam muito por conta da distância, então facilita algumas coisas, mas a distância é um fator principal, eu estou sem transporte agora, por exemplo, então eu tenho que ir de ônibus, então eu tenho que acordar 4 horas da manhã, pegar um capuanzão, 4h30, para estar 5h30 em Fortaleza, pegar outro, para chegar lá no mínimo, 15 pras, 15 pras 8, 8 horas, está por lá.

00:06:23 João Kennedy - Então é essa correria que acaba pesando.

00:06:28 João Kennedy - Fora isso, cara, para mim é retomar o hábito, eu terminei em 2018, fiz uma pós a distância, então não é a mesma coisa presencial, então para eu retomar o hábito de ler, de estar escrevendo, a questão de, tipo, ter que começar a escrever de agora, para não deixar acumular, então ter que ter cabeça para saber quais disciplinas eu posso abraçar e que agora não posso, de ter a estratégia de se é melhor pegar muitas agora e colocar no final, ou intercalar, deixar igual, mesmo tanto até o final, então tudo isso é uma coisa que a gente vai aprendendo com o tempo.

00:07:07 João Kennedy - Por sorte, a minha orientadora, eu conheci ela ontem, a Geórgia, foi bem legal, então assim, me deu uma luz enorme.

00:07:14 João Kennedy - No primeiro dia levei um susto, eu acho que foi o Carlos Henrique o professor, então ele já deu umas falas que explodiram a cabeça da gente, a gente disse assim, eu vou fazer muita coisa, então isso ajudou.

00:07:26 João Kennedy - E aí é conciliar com o trabalho que está dando certo, as aulas estão sendo nos dias de quarta e quinta que eu estou fazendo, então eu tenho sorte de ter um núcleo gestor bom, ter uma equipe boa na escola, não só do núcleo gestor, secretário, tem o assessor financeiro, mas o geral como um todo, eu consigo sair e ter a confiança que vai funcionar.

00:07:51 João Kennedy - Não vai funcionar 100%, porque precisa da gente aqui as vezes, mas eu sei que os meninos dão conta, 90% das coisas eles não precisam me ligar para perguntar nada, eles resolvem.

00:08:01 João Kennedy - Agora se for uma coisa muito de decisão mesmo, eles acabam ligando, perguntando, e aí de lá eu respondo o que tem que ser feito, então eu consigo.

00:08:10 João Kennedy - E os dois primeiros semestres acredito que eu vou me ocupar mais na universidade, acho que os dois últimos semestres eu vou estar mais em casa escrevendo, então vou estar mais tranquilo.

00:08:20 João Kennedy - Mas é tempo, o desafio é o tempo, você conciliar tudo, minha esposa agora está grávida, então a gente tem que ter a quantidade maior, quando for para o próximo semestre, vai ter aquela preocupação, talvez ela vá estar mais perto de ter, em outro semestre a gente vai estar com a criança, então vai ter essa dificuldade, esse trabalho.

WhatsApp Audio 2022-12-11 at 12.32.57.mp4

3° MOMENTO DE GRAVAÇÃO

00:00:00 Gabriel Tapeba - Pronto, aí encerrando, você estava contando das suas dificuldades de gestão, né?

00:00:05 Gabriel Tapeba - Seria o que mais?

00:00:06 João Kennedy - O tempo, né?

00:00:07 João Kennedy - Na estrada, a questão de conciliar o tempo era o que estava pegando mais.

00:00:11 João Kennedy - Não, o tempo de ter que ir até lá da distância, que era um problema enorme.

00:00:16 João Kennedy - O tempo a gente estava conseguindo conciliar a dificuldade que eu estou tendo agora só programar a minha noite, né?

00:00:22 João Kennedy - Porque o dia estava extremamente lotado.

00:00:24 João Kennedy - Por exemplo, eu venho para a escola, venho com a intenção de fazer isso e imagina que não passo nada porque, tipo, é uma coisa que resolve aqui, outra coisa que resolve ali.

00:00:32 João Kennedy - Aí na escola acaba tomando tempo.

00:00:33 João Kennedy - E aí o tempinho que eu vou ter mais é a noite.

00:00:36 João Kennedy - Ontem eu consegui ter uma boa fala com a orientadora, então ela já me deu alguns toques, algumas coisas.

00:00:41 Gabriel Tapeba - Foi remoto, né?

00:00:42 João Kennedy - É, foi remoto.

00:00:43 João Kennedy - Então assim, foi bem tranquilo.

00:00:45 João Kennedy - Eu acredito que agora eu estou separando um cantinho lá em casa para o estudo.

00:00:49 Gabriel Tapeba - Então tem que ter...

00:00:50 João Kennedy - Começar a comprar um livrozinho, começar a decorar uma estantezinha lá que...

00:00:53 João Kennedy - Ler, ler, escrever, ler, escrever, ler, escrever.

00:00:56 João Kennedy - Porque eu quero...

00:00:57 João Kennedy - Não quero parar no mestrado, né?

00:00:59 João Kennedy - Eu quero terminar aqui e pegar tudo.

00:01:00 Gabriel Tapeba - É isso a nossa vontade.

00:01:02 Gabriel Tapeba - Então, João Kennedy, só agradecer, né?

00:01:04 Gabriel Tapeba - Foi rápido.

00:01:05 Gabriel Tapeba - Agradecer aí a sua participação.

00:01:07 Gabriel Tapeba - Dizer que você continua sendo uma referência, né?

00:01:09 Gabriel Tapeba - Agora eu falo, né?

00:01:10 Gabriel Tapeba - Que eu olhando para você, né?

00:01:11 Gabriel Tapeba - Continua sendo uma referência, às vezes a gente acaba não dizendo isso para as pessoas, né?

00:01:14 Gabriel Tapeba - Aí depois vai dizer quando a pessoa não faz.

00:01:16 Gabriel Tapeba - Deus me livre, mas enfim.

Gabriel Tapeba - Então assim, cara, continua sendo essa referência aí para os jovens, né?

00:01:22 Gabriel Tapeba - Para o movimento indígena em si.

00:01:24 Gabriel Tapeba - Eu sei que no meu caso eu preciso ser mais participativo, né?

00:01:27 Gabriel Tapeba - Até por conta da correria e dos meus trabalhos, eu não ter vínculo com a escola indígena, entendeu?

00:01:32 Gabriel Tapeba - Então assim, como eu trabalho na área tipo de empresas, de escolas convencionais, como chama, né?

00:01:39 Gabriel Tapeba - Não tenho tanta participação mais no movimento como eu tinha de 2015 até 2020.

00:01:45 Gabriel Tapeba - Então assim, no meu caso você continua sendo uma referência.

00:01:48 Gabriel Tapeba - Então, continua dando aí o teu melhor.

00:01:50 Gabriel Tapeba - Agora um mestrado, futuramente é um doutorado.

00:01:52 João Kennedy - Doutorado, doutorado.

00:01:54 Gabriel Tapeba - E assim, está quebrando aquele conceito de que indígena só consegue ir até uma graduação no máximo, né?

00:01:59 Gabriel Tapeba - Ou então uma especialização ali.

00:02:01 Gabriel Tapeba - Entendeu?

00:02:01 Gabriel Tapeba - A gente está nesse rol aí dos escolhidos, né?

00:02:06 Gabriel Tapeba - Mas que lutaram bastante, né?

00:02:07 Gabriel Tapeba - Nada é fácil.

00:02:08 Gabriel Tapeba - Você tentou a primeira vez, foi?

00:02:10 João Kennedy - Foi a primeira vez.

00:02:11 Gabriel Tapeba - Primeira vez que conseguiu, eu tentei cinco vezes.

Tapeba - Cinco vezes.

00:02:14 Gabriel Tapeba - As quatro vezes em mestrados sem essas vagas específicas, né?

00:02:21 Gabriel Tapeba - E aí talvez surja a Unilab, aí você nota a importância da Unilab que tem de realmente dedicar essas políticas afirmativas.

00:02:27 João Kennedy - Entendi.

00:02:28 Gabriel Tapeba - Então só agradecer mesmo, muito obrigado aí, beleza?

00:02:30 João Kennedy - De nada.

00:02:32 Gabriel Tapeba. - Valeu, João Kennedy.

ANEXO- FORMULÁRIO

Os questionamentos e respostas seguem abaixo:

1-Qual sua forma de ingresso na UNILAB ?

1-Sisure.

2-Política afirmativas para estudantes indígenas e quilombolas.

3- Edital

4-SISURE

5- Sisu

6-Edital Específico para indígenas e quilombolas

7-Edital Específico para Indígenas e Quilombolas

8-Cota indígena

9-Cota

10- Cota

2-Qual a importância do COESI para os estudantes indígenas da UNILAB?

- 1-O COESI é a principal organização de estudantes indígenas que fortalece a permanência dos indígenas na UNILAB, através de atos, de reconhecimento dentro da universidade e organização dos estudantes indígenas, é necessário existir o grupo.
- 2-Garantia de uma efetivação de políticas afirmativas para esses povos em situações de vulnerabilidade social econômica, afins de promover a permanência destes estudantes.
- 3-Não posso opinar.
- 4-Para a auto-organização, organiza a luta coletiva e as pautas relacionadas aos estudantes Indígena.
- 5-Nos organizar e nos manter juntos para que possamos ir conquistando espaços e nossos direitos.
- 6-Manter um diálogo entre os parentes de outras etnias, como também a busca por melhorias para os estudantes indígenas.
- 7-Importante para debatermos nossas pautas dentro da unilab, assim como nosso próprio movimento dentro dela. Importante para nossa permanência.
- 8-O coesi é onde nos unimos enquanto indígenas dos diferentes povos e nos fortalecemos para as batalhas diárias. Além disso é por dele que lutamos pela garantia de nossos direitos na universidade, como: acesso específico, permanência, pesquisa, extensão, respeito e dignidade.
- 9-De suma importância pra lutarmos por nossos direitos.
- 10-Fortalecer a política de acesso a universidades públicas a estudantes indígenas.

3- Como surgiu o COESI?

- 1-Surge a partir da necessidade dos estudantes indígenas se organizarem coletivamente para tratar dos assuntos e direitos dentro da Universidade.
- 2-Peguei a gestão coesi no segundo mandato.
- 3-Não posso opinar.
- 4-Surgiu a partir da inquietação pra auto-organização e sobrevivência na Unilab.
- 5-Não sei
- 6- A partir da necessidade de uma voz representativa dentro da universidade, que pudesse falar por todos os indígenas matriculados na Unilab.
- 7-Atraves da organização dos estudantes indígenas da unilab no ano de 2018.
- 8-O criamos em 2018 a fim de juntar os indígenas da Unilab para pensarmos nossas pautas e ações para garantir nossos direitos e gerar visibilidade.
- 9-Surgiu como uma oportunidade de melhorar a vivência das pessoas.
- 10-Parte da necessidade de uma representatividade de cursistas indígenas nas discussões da política de acesso a universidade para indígenas.

4- Nos conte mais sobre sua participação nesse coletivo:

- 1-Participo das reuniões, sempre que são realizadas, dos eventos que o grupo organiza e das reivindicações junto a UNILAB, participo e sou presente no COESI.
- 2-Um dos ex. coordenadores.
- 3-Não posso opinar.
- 4-Estou atuante de forma ativa nas atividades e reuniões, debatendo diversos pontos de interesse dos estudantes dentro da Unilab.
- 5-Entrei recentemente, então, não tenho tanta participação ainda
- 6-Enquanto estava na minha formação, busquei participar dos diálogos/reuniões e quando não podia se fazer presente, procurava contribuir de maneira indireta.
- 7-Sou muito atuante dentro do coletivo, participante de reuniões e encontros q acontece na unilab.

8-Particpei da criação do Coletivo e desde então tenho atuado junto a outros parentes em defesa de nosso coletivo e pautas.

9-Procuru sempre com muito respeito aceitar e contribuir a melhoria das pessoas na qual convivo

10-Consultoria, contribuindo com algumas idéias de atividades e tentando contribuir na mobilização.

5-Quais os avanços mais relevantes do COESI desde sua criação até o momento?

1-A organização dos estudantes indígenas, a luta incessante para busca de novos indígenas dentro da universidade, seja através de reuniões com a UNILAB ou próprios atos, luta pela permanência dos estudantes indígenas e a autoafirmação e reconhecimento dentro da Universidade.

2-Acredito que seja a luta por políticas afirmativas que gerou um comitê e desse comitê teve a criação do CAPAF que é comitê de acompanhamento de políticas afirmativas...

3-Não posso opinar.

4-Aumento de estudante indígenas, bolsa permanência, espaços de poder e de decisão.

5-Não sei.

6-Acredito que uns dos avanços foi fazer nós indígenas sermos ouvidos dentro da universidade.

7-Nossas políticas públicas, mesmo o edital específico ter sido cancelado.

8-O coesi se tornou um dos movimentos mais organizados dentro da Unilab e por meio disso pudemos promover visibilidades e lutar pela presença massiva dos nossos dentro da universidade.

9-Teve seus avanços, mas, porém, ainda há uma longa jornada a se conquistar.

10-Conseguir da voz aos estudantes indígenas, e acesso a reitoria

6- Em quais momentos do ambiente universitário o coletivo indígena mais atua?

1-Semana dos povos indígenas, em outros movimentos sociais e culturais, reivindicações.

2-Nos momentos do samba e em manifesto.

3-Nenhum

4-Nas questões de assistência estudantil e nas pautas específicas

5-Ajudar os povos indígenas ingressar na faculdade

6-Não posso destacar um momento específico, pois sempre que os parentes precisam o coletivo se mobiliza.

7-Acredito q em todos os momentos pois em todos os cursos têm indígenas.

8-Atua em diferentes momentos, sobretudo naqueles em que se fala das políticas de ações afirmativas e povos tradicionais e originários.

9-Em quase todos, estamos e lutamos muito pelos nossos espaços.

10-Todos os espaços de debate que demandem a participação de um indígena.

7-Como o coletivo de estudantes indígenas vê o ingresso e a permanência dos estudantes indígenas na UNILAB?

1-O ingresso deve ser mas facilitado para os povos indígenas, em questão de regras e diretrizes classificatórias a UNILAB é bastante rígida e foge bastante da realidade das comunidades indígenas, apesar de haver um avanço na educação, as oportunidades se dão através sem ser exclusivamente do ENEM, assim a permanência também tem que ser facilitada, muita burocratização em pouco tempo.

2-Não existe garantia, mas que nós ou eu enquanto participante do coesi, ver como uma

possibilidade de fortalecer as bases nos territórios, mas para isso é necessário políticas para garantir a permanência.

3-Não posso opinar.

4-Vejo eu de forma problematizada, pois defendemos a entrada e permanência porém muitos não atuam ou colaboram com a organização do coletivo.

5-De maneira positiva, ocupar espaços e mostrar nossa capacidade de se manter aqui dentro é de suma importância

6-De maneira preocupante, já que a permanência desses indivíduos depende também das políticas afirmativas da universidade.

7-Como uma vitória dos povos indígenas e o coletivo q atua dentro da universidade.

8-Essa é a principal luta, garantir que nossos povos acessem a Unilab e permaneçam, mas sobretudo por meio de um processo que dialogue com a realidade dos povos, com um processo específico e simplificado.

9-Como uma oportunidade nunca tida em nenhuma universidade

10-Ainda difícil, o processo para cursos de graduação ainda é muito distante da realidade das aldeias indígenas do Ceará, sem falar no programa de permanência que geralmente se torna demorado.

8-Quais os possíveis avanços o COESI e a UNILAB poderão conquistar com a mudança recente do Governo Federal?

1-Continuar lutando e reivindicando os direitos estudantis dentro da universidade e fora dela.

2-Em relação ao governo, acredito que deva mudar em relação a bolsas mas em relação a políticas voltas para as minorias, acredito que não mude muito, a gestão ainda agir de má fé e sorrateiramente.

3-Não posso opinar.

4- Ainda é incerto.

5-Não sei.

6-Com um governo favorável as minorias, acreditamos termos avanços nas políticas afirmativas dentro da Unilab.

7-Mais políticas públicas, permanência e entrada de nossos povos. E o retorno do edital específico.

8-Que se faça valer de fato essa política de ações afirmativas, com um processo que nos contemple, bem como o acesso a bolsas e outras melhorias.

9-Creio que virá muitas mudanças e mais oportunidades para nós indígenas.

10-Acessibilidade de mais estudantes indígenas dentro na universidade, ampliação de mais cursos.

9-As políticas afirmativas e vagas para indígenas atualmente suprem a demanda, seja por povo ou por curso? Comente sobre.

1-Há modelo de seleção na qual dificulta o egresso de estudantes indígenas. Há muitas vagas para seleção, porém poucos indígenas adentram, se não aqueles que prestam exame através do Enem.

2-A políticas afirmativas que foi implementada é apenas um rabisco do que seria, uma política que ainda não nos contempla.

3-Não

4-Não, precisamos construir uma política interna pra entrada de mais estudantes respeitando a situação de cada povo e das escolas indígenas

5-Acredito que ainda não. Podemos trabalhar mais isso nas nossas aldeias e tentar ocupar mais a UNILAB

6-Acredito que não, em especial as políticas afirmativas que garantem a permanência desses indivíduos deixam muito a desejar.

7-Acredito que não pois a forma de ingresso que e pelo sisu não nos complementa

8-Hoje as vagas destinadas a indígenas, assim como outros segmentos, são somente por meio do Sisure, utilizando a nota do enem, para muitos indígenas é inviável visto que muitos não conseguem fazer por diversos problemas, como a distância da aldeia para o local da prova, dentre outros. Portanto, o atual modelo não contempla a demanda do coletivo e dos demais povos e comunidades tradicionais.

9-Ainda não, a demanda é gigantesca, mas estamos lutando por mais essa conquista também.

10-Não suprem, ainda mais quando se fala do processo de acesso que deixa alguns parentes de

fora, como por exemplo a nota do Enem, onde nossos jovens e adultos não tinha o estímulo para realizar a prova, por isso muitos que hoje pensam em ingressar na universidade desisti por não ter nota do Enem

10-De forma geral, qual a relevância de uma Universidade como a UNILAB, para os povos indígenas? Quais apontamentos você faria?

1-De extrema importância, fortalece a luta dos povos indígenas em inclusão social, ao mundo do trabalho, aos mais meios de inclusão, uma vez que os povos indígenas foram isolados dos direitos a educação e explorados, a universidade deixa os indígenas ainda mais forte para seguir na sua luta e resistência.

2-Apesar do desmonte da política da universidade ainda sim é uma universidade pensada para as minorias, mas não quer dizer que não é desigual, se compararmos com outras universidades, sairíamos na frente, mas repito não é uma universidade da integração...

3-Relevante, melhoras nas divulgações dos editais

4-A Unilab é uma universidade que tem em seu programa a descolonialidade e a interculturalidade em seu plano de trabalho, ocupar este espaço realça a formação e a qualificação de indígenas em diferentes áreas importantes para a luta coletiva nos territórios

5-Meus apontamentos é que ainda há de certa maneira uma rivalidade entre os povos indígenas aqui, então de forma geral temos que alinhar primeiro isso para que possamos reivindicar mais.

6-Poderia ter uma relevância ainda maior, se respeitasse o que está no seu próprio nome, Integração.

7-A unilab e uma casa para todos principalmente para os povos indígenas

8-A universidade é uma importante ferramenta de luta e promoção de melhorias para os territórios indígenas, assim é extremamente importante que demarquemos a universidade, por ser um direito, para que nós sejamos nossas próprias referências e possamos fortalecer os povos e territórios.

9-A unilab nos acolhe vivenciamos o que vivemos ela nos dá oportunidade de não perdermos nossa identidade étnica

10-Boa para formação dos indígenas, mas que necessita de professores que levem as demandas

e realidades dos indígenas para dentro da universidade, para ser discutida também em sala de aula.

11-A nível de estado, como você classifica a participação indígena no ambiente universitário? E em paralelo, como analisa essa participação a nível nacional?

- 1-Muito pouco ainda, porém, acredito que esse cenário irá aumentar consideravelmente.
- 2-Analisando parte de produção acadêmica, bom é muito pouco, porque é necessário base nos territórios para ter objetivo na academia, digo isso porque a causa indígena se você não parar para pensar, a luta é todo dia e se você não abrir mão da causa, a produção acadêmica cai, a base é importante para termos mínimo de certeza que estamos fazendo o certo. Tiro por mim, me perdi na luta, enquanto deveria ter focado na academia, mas muita coisa serviu, pouco de amadurecimento que tenho hoje...
- 3-Buscar conhecimento sempre é uma melhor opção
- 4-A nível de estado, precisamos melhorar muito, em nível nacional está muito bem.
- 5-Sim, está tudo fluindo. No meu ponto de vista ainda tem pessoas que esconde sua habilidade, porém, no decorrer dos semestres pode ser que acabe desenvolvendo coisas para ajudar
- 6-Tem sido crescente, porém a grande preocupação dos parentes que ingressam, é como permanecer dentro da universidade
- 7-Razoável
- 8-Hoje nossa participação na universidade já tem surtido efeitos bastante positivos, diversos indígenas já têm promovido melhorias para seus territórios e gerado oportunidades. E a nível nacional de mesmo modo, muitos estudantes e profissionais indígenas tem sido referência e inspirado outros, sobretudo jovens.
- 9-Nível baixo, ainda há muita discriminação e falta de conhecimento das próprias universidades.
- 10-Ainda mínima tendo em vista o difícil acesso, a falta de informação, o que leva a muitos buscarem faculdade particulares. Acredito que essa nova geração irá contribuir para que os índices de indígenas na universidade aumentem. A nível nacional colocamos que estados como os do Norte, já tem uma política de formação e ingresso dos indígenas nas universidades mais avançado que o Nordeste.

12-Como você percebe a inserção de trabalhadoras e trabalhadores indígenas no mundo do trabalho?

- 1-Ainda de forma lenta, porém se faz necessário o fortalecimento e a universidade é um meio de os povos indígenas adentrar ao mundo do trabalho.
- 2-De forma honesta e com respeito e valorização do seu trabalho.
- 3-Não posso opinar.
- 4-Ainda complexa e precisa ser mais efetivada
- 5-Não sei informar
- 6-De maneira geral, relativa, pois como muitas comunidades vivem próxima a centros urbanos, as vezes o empregador nem sabe ou ignora o fato de ser ou não indígena.
- 7-Como conquistas
- 8-Ainda é um grande problema, pois muitos questionam nossa cognição e capacidade, mas oportunidades têm sido geradas nos próprios territórios e no movimento.
- 9-Guerreiros
- 10-Tem crescido nos últimos anos, a nova geração está deixando o roçado, a caça e pesca de lado e buscando mais espaço no mercado de trabalho, não que essa busca seja exitosa na maioria das vezes.

13-Qual outro comentário a mais, para além do que apontamos no questionário, você faria a respeito da luta dos povos indígenas por inserção e permanência a universidade?

- 1-Não deixar de lutar, de reconhecer suas origens, e reafirmando a luta indígena, para não nos

tirarmos aquilo que estamos reconquistando novamente, pelos nossos antepassados.

2-Não posso opinar

3-...

4-Precisamos de indígenas que tenham a responsabilidade em ocupar estes espaços contribuindo

com a luta coletiva no Coesi

5-Nenhum

6-Que pudéssemos contar com a ajuda de mais pessoas nessa busca por essa compensação histórica.

7-Sem mais

8-É necessário que pautemos mais o ensino superior nos nossos movimentos, sobretudo nas escolas e organizações de juventude, para assegurar nossa presença na universidade e que esta presença venha a ser para levar outros e gerar mudanças dentro da universidade e dos territórios.

9-De que nunca podemos baixar a cabeça ou perder a vontade de um espaço a mais para nós

10-Relatório bom, com questionamentos necessários, o que pode ter faltado é solicitações de como facilitar o ingresso, ou como ajudar no aumento dos números de cotas, ou quais cursos de extensão seria necessário para fortalecer a participação das universidades nas aldeias.